

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

29 DE ABRIL DE 2011

No dia 29 de Abril, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2011.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
 - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
 - 4.2- Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 – CMM.
 - 4.3- Relatório e Conta de Gerência de 2010 – SMA.
 - 4.4- Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Autarquia – 2010.
 - 4.5- 1.ª Revisão Orçamental – SMA.
 - 4.6- Constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.
 - 4.7- Relatório de Avaliação do Grau de Observância do estatuto do Direito de Oposição.
 - 4.8- Alteração dos Estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM.
 - 4.9- Proposta de Regulamento Municipal de Estacionamento.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 47 presenças, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 66 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

Adérito Ferro Pires, Marisa de Fátima Seixas Aranda, Miguel Ângelo Fernandes, Eduardo Gomes Almeida, Fernando Manuel Gomes Alves, Carla Sofia Caldeira Manuel de Sousa, José Domingos Carneiro, Cristina Maria Ferreira Passas e Manuel Augusto Ferreiro

Justificação de Faltas:

- Marisa de Fátima Seixas Aranda: sessão de 29 de Abril de 2011.
- Miguel Ângelo Costa Lemos Fernandes: sessão de 29 de Abril de 2011.
- Manuel Augusto Ferreiro: sessão de 29 de Abril de 2011.

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, Júlia Maria Almeida Lima Sequeira Rodrigues, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Membros da Assembleia Municipal de Mirandela, caro colega Humberto Cordeiro. Em nome do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, declaro aberta esta sessão. Nós já comunicámos com ele, está um tudo ou nada atrasado, mas vem aí.

Queria lembrar que a Ordem de Trabalhos é extensa. Hoje temos que nos organizar bem e tem que haver alguma contenção verbal e uma distribuição equilibrada dos tempos de intervenção.

Relembro que às 13h25, William e Kate vão-se beijar, não sei se isso é importante...mas...não sei se será importante termos isso em conta.

Começando com a sessão da Assembleia Municipal, a primeira questão tem a ver com a correspondência enviada e recebida. Todos vocês receberam uma cópia da correspondência recebida e enviada e queria só dar nota de duas informações que chegaram posteriormente à Mesa.

A primeira é da deputada Elina Marlene Sousa Fraga. Diz ela:

“Por motivos de ordem pessoal e profissional, comunico a V. Ex.ª a suspensão do meu mandato como membro da Assembleia Municipal de Mirandela, pelo prazo de 30 dias, com efeitos imediatos.

Neste contexto, deverão ser promovidas as diligências necessárias com vista à minha substituição, no período coincidente com a suspensão anteriormente referenciada.”

Devo dizer que essa substituição foi efectuada e que em vez da deputada Elina Fraga, vai aqui estar (não sei se já está) o deputado Sérgio Batista.

Recebemos também, por correio electrónico, uma informação do deputado Adérito Pires, que diz:

“Por motivos profissionais não poderei estar presente na reunião da Assembleia Municipal, marcada para o próximo dia 29 de Abril, pelas 09h30. Nestas circunstâncias, solicito que seja promovida a minha substituição para esta reunião.”

Essa substituição foi também feita, mas tanto quanto me parece, a deputada Clara Quental da bancada do Partido Socialista, não está ainda presente, mas ela foi informada, foram-lhe enviados os documentos para esta sessão, mas não sei porquê, não está presente.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 25 DE FEVEREIRO A 15 DE ABRIL DE 2011

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
10.03.2011	Universidade de TMAD	XXV Aniversário
11.03.2011	CPCJ	Relatório de Actividades 2011
11.03.2011	Assembleia Distrital de Bragança	Sessão Ordinária (Convocatória)
11.04.2011	ANMP	XIX Congresso Nacional de Município Portugueses

CORRESPONDÊNCIA ENVIADA DE 25 DE FEVEREIRO A 15 DE ABRIL DE 2011

DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
05-04-2011	Assembleia da República (Presidente e Grupos Parlamentares)	Moção sobre Portagens
05-04-2011	Notícias de Mirandela, Jornal Terra Quente e Rádio Terra Quente	Moção sobre Portagens

Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Abril de 2011.

PONTO 1 – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Prosseguindo com os trabalhos, vamos então passar à discussão e aprovação da acta da sessão ordinária realizada no dia 25 de Fevereiro.

Professora, faça favor.

Deputada Municipal Otilia Fernandes Lima (PSD):

A minha intervenção é muito rápida, cumprimentando especialmente o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, neste momento o Sr. Secretário da Mesa e restantes elementos.

É um esclarecimento, se necessário, ou seja:

O Sr. Secretário acabou de dizer que uma deputada do PSD pediu a suspensão do mandato por 30 dias. Eu não tenho muito presente neste momento o Regimento mas suponho que por 30 dias não pode pedir suspensão, mas sim substituição, não é?

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Não, a lei fala mesmo em suspensão por 30 dias.

Deputada Municipal Otilia Fernandes Lima (PSD):

É o mínimo? Era essa a dúvida que eu tinha.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

E pode ir no máximo até 365 dias.

Deputada Municipal Otilia Fernandes Lima (PSD):

Muito obrigada.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Não sei se há mais inscrições, penso que não. Vamos então proceder à votação da acta.

Quem vota contra? Quem se abstém? 2 Abstenções por ausência, presumo eu.

A acta foi aprovada por maioria, com 45 votos a Favor, 2 Abstenções e nenhum voto contra.

Significa isto que neste momento estão presentes na sala 47 deputados municipais.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por maioria, aprovar a acta da sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2011.

PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Passamos então ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos que é o primeiro período de intervenção aberto ao público. Penso que só vejo uma pessoa que faz parte do público. Não havendo intervenção do público, passamos de imediato ao Ponto 3 que é o Período de Antes da Ordem do Dia.

PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Se me permitem, porque é sempre bom ir relembrando o Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, neste ponto há um primeiro período de 60 minutos. Neste período as intervenções não podem exceder 10 minutos por cada deputado municipal, garantindo-se o período de intervenção mínima de 3 minutos.

Como tal, como é hábito, nós vamos proceder às inscrições e vamos distribuir já nesta fase o número de inscrições pelos 60 minutos que temos. Poderá haver um segundo período de intervenções de 30 minutos, decorridos os 60 minutos e após decisão de plenário.

Portanto, declaro aberto o período de inscrições no Período de Antes da Ordem do Dia.

Deputado Faustino Cunha, deputada Rita Messias, Odete Ferreira, Luís de Sousa, Eduarda, Vasco Aníbal, temos aqui também o Sr. Eng.º Baltazar Aguiar, deputado António Figueiredo e penso que é tudo.

São 8 deputados e, portanto, isto dá mais ou menos 8 minutos para cada deputado. Tentem não exceder o tempo, por favor.

Pode iniciar o deputado Faustino Cunha, por favor.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Bons dias à Mesa, aos Srs. Vereadores e aos Srs. Membros da Assembleia Municipal.

Exm.º Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia e em especial Srs. Presidentes de Junta.

Consultei o portal da Câmara Municipal de Mirandela a fim de saber o que consta sobre o tema “Mobilidade Sustentável”, pelo que passo a transcrever, citando: “Tendo em conta a candidatura apresentada, esta autarquia identificou como áreas de intervenção prioritária, a articulação entre as decisões urbanísticas e as consequências ao nível da acessibilidade, o congestionamento de tráfego nos acessos ou no próprio centro e ainda a acessibilidade proporcionada à população com mobilidade reduzida.” Fim de citação.

Certo, estou absolutamente de acordo, porém pergunto: e as populações rurais? Como é a acessibilidade destas para chegar ao centro?

Continuo, portanto, a aguardar que o tema seja debatido e analisado nesta Câmara, conforme venho propondo desde 26 de Fevereiro de 2010.

Tenho dito, muito obrigado Sr. Presidente.

Deputada Municipal Rita Messias (PS):

Srs. Secretários da Mesa, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sr.ª s. Vereadoras, Srs. e Sr.ª s Deputadas Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras, muito bom dia todos.

Aproveitando a recente comemoração do Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor que foi comemorado no dia 23 de Abril e que regista também o falecimento de escritores de renome como Cervantes e Shakespeare, queria em meu nome pessoal e em nome do grupo parlamentar do PS, prestar uma homenagem a todos os escritores mas principalmente aos escritores que fazem parte desta Assembleia.

O nosso muito obrigado a todos por contribuírem para a promoção da literacia no nosso País e principalmente na nossa comunidade.

E digo literacia porque a leitura é o meio mais eficaz para o desenvolvimento da literacia que é potenciada pelas práticas quotidianas da leitura, em casa, na escola, no trabalho e na comunidade.

Mas, o que é então a literacia?

A literacia é a capacidade para compreender e aplicar informações impressas para resolver problemas do quotidiano que se prendem com questões práticas.

As competências de literacia remetem para o suporte escrito da sua leitura e interpretação, sendo considerada a interpretação como uma competência nuclear fundamental na sociedade actual porque permite continuar a aprender e a adquirir novas aprendizagens.

Desta forma, as competências de leitura, escrita e interpretação são as que permitem adquirir todas as outras.

Mas porquê tanta preocupação com a literacia e porque é que quis trazer esse tema para aqui? Porque ela será responsável pelo sucesso económico e social nos próximos anos, porque a mudança é um aspecto importante na vida moderna. Mudam as tecnologias, a organização do trabalho, as comunidades, os papéis sociais de cada indivíduo. Logo, as pessoas, as instituições, os países, também têm que mudar, adaptar-se para sobreviverem e desenvolverem-se.

Esta adaptação necessita de uma aprendizagem constante e permanente, exigindo do indivíduo mais competências. Se isto não acontecer, as pessoas, as instituições, as comunidades e os países ficam vulneráveis e dependentes.

Segundo o estudo publicado em 2009 pelo GEPE-Gabinete Estatístico de Planeamento da Educação, sobre uma análise à dimensão económica da literacia em Portugal, coloca Portugal em 3.º lugar a contar do fim, numa lista de 22 países membros da OCDE, sendo que é o país com mais representatividade do nível mais baixo da literacia, ou seja, o nível 1.

Este estudo conclui que a literacia é um pré requisito para o desenvolvimento do potencial pessoal, social, económico e político, fundamental para lidar com novos desafios e com a crescente complexidade da vida, da cultura, da economia e da sociedade.

O mesmo estudo refere também que o conhecimento e as competências das pessoas constituem um importante motor de crescimento económico e social, sendo a literacia o elemento central principalmente à medida que a economia global evolui.

A literacia torna-se o elemento ainda mais importante e determinante do progresso económico e social pelo que os decisores políticos e responsáveis, tanto a nível nacional como local, devem colocar como preocupação central nas suas agendas a promoção da literacia.

Segundo o mesmo estudo, bem como outros realizados pela Universidade de Coimbra no mesmo sentido, salientam que os baixos níveis de literacia promovem desigualdade, desemprego, aumento de custos de bens e serviços públicos, pouca participação política e social. Influenciam negativamente o desempenho das instituições, provocam insucesso escolar, ausência de uma cultura de escolarização no interior das famílias, maior resistência à formação, que agrava ainda mais o fosso, maior vulnerabilidade e dependência.

Enquanto que elevados níveis de literacia provocam maior tomada de consciência e confiança em si próprio, maior preocupação e preparação para novos desafios, maior capacidade de adaptação, maior poder e capacidade de influência, melhor acesso à educação, ao emprego, à saúde e maior participação social.

Estimulam a economia e a criação de riqueza, contribuindo para aumento do PIB, contribuem assim para o crescimento económico e social, aumenta o sucesso escolar e melhora o envolvimento dos pais na educação dos filhos.

De referir que a nível nacional foi criado o Plano Nacional de Leitura em 2006, que tem como objectivo elevar os níveis de literacia dos portugueses, pelo desenvolvimento de competências de leitura, de escrita e interpretação e criação de hábitos de leitura.

Mais recentemente foi criado o projecto “Novas Oportunidades a Ler Mais”, que é um projecto do Plano Nacional de Leitura e pretende apoiar o desenvolvimento do gosto pela leitura junto de públicos adultos, principalmente inseridos em Centros Novas Oportunidades.

Estes projectos podem vir a ter um impacto benéfico, mas tem que haver um esforço concertado por parte do poder local e entidades da sociedade civil, complementando a sua acção, sendo crucial a criação de ambientes ricos em literacia e a criação de redes sociais de influência favoráveis ao desenvolvimento do gosto pela leitura.

É preciso envolver todas as pessoas com influência na comunidade para promover uma cultura de aprendizagem, desde a primeira infância à idade adulta, sendo que ao nível da comunidade há já muita preocupação com as crianças e jovens. No entanto, a faixa da população adulta é ainda um pouco esquecida e não pode, porque são os adultos que educam as crianças que estão a contribuir para a produtividade, pelo que se deve dar uma atenção redobrada a estes públicos.

O envolvimento dos adultos nos Centros Novas Oportunidades é uma boa forma de promover a literacia, não só deles mas também dos filhos.

Ao nível da acção dos Centros Novas Oportunidades, estes têm um serviço descentralizado indo ao encontro das pessoas e deslocando-se às aldeias, empresas, pelo que é fundamental os Srs. Presidentes de Junta e responsáveis associativos mobilizarem as pessoas, pois como já há pouco disse, os que têm menos competências são os que mais resistem ao envolvimento em actividades de educação e formação, logo, é necessário criar redes que estimulem a sua participação.

Gostaria de aproveitar para agradecer a todos os Srs. Presidentes de Junta e a todas as pessoas que têm acolhido as equipas do Centro Novas Oportunidades e que se têm empenhado no envolvimento dos adultos, nestas iniciativas.

O nosso muito obrigado, mas é necessário que todos dediquem mais atenção à prática da literacia, sendo imperativo moral de todos nós.

A necessidade de uma maior aprendizagem não tem a ver com caprichos do Governo ou da União Europeia, mas sim com imperativo da sociedade actual. Por isso, ninguém com responsabilidades sociais pode ficar alheio a esta necessidade.

Secretário da Assembleia, Municipal Rui Magalhães:

Tem a palavra o deputado Vasco Aníbal.

Deputado Municipal Vasco Aníbal (PSD):

Bom dia a todos.

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal, respectivos Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara, Sr.ª s. e Srs. Vereadores, Exm.ª s. Sr.ª s e Srs. Deputados.

Ainda que entenda como necessário e importante a discussão sobre os temas em agenda da presente reunião da Assembleia, não podia deixar de fazer uma análise ao estado actual porque passa o nosso País.

Já por diversas vezes afirmei nesta Assembleia, ser necessário que o nosso pensamento relativamente à nossa região, seja uno, para que todos possamos caminhar no sentido da resolução dos grandes problemas que a afectam, sabendo que esta tem sido uma prática não utilizada pelos responsáveis políticos.

Tenho também afirmado que às vezes parece estarmos mais predispostos em fazer trabalho que agrada mais aos partidos que representamos, do que às próprias populações. E na minha opinião isso tem acontecido.

Muitas são já as vezes em que defendem uma menor partidização na vida política nacional. A verdade é que este sistema não tem beneficiado a nossa região e concelho, já que muitas são as vezes em que os interesses defendidos pelos partidos ou até governos, não são os mesmos defendidos pelas populações.

Esta forma de actuação cega não nos tem posto no mapa do desenvolvimento e no caso concreto, os interesses do governo PS não podem nem devem condicionar a liberdade de expressão das respectivas câmaras PS.

Poderíamos falar da situação da Linha do Tua, da situação da saúde em Mirandela e de toda uma conspiração que tem havido contra Mirandela por parte do governo, em favor de Bragança ou até Vila Real, perdendo desta forma o protagonismo de outros tempos.

Mas se falo destas questões relativamente a Mirandela, é evidente que a região no seu todo também não está bem e a sua situação de subdesenvolvimento vai infelizmente continuar a manter-se.

Este governo, ainda que pontualmente possa ter tido alguma atenção relativamente àquelas duas, não foi capaz de criar políticas de desenvolvimento sérias para o interior, preferindo em vez disso abandoná-lo.

Esse abandono por parte do poder central não tem mesmo assim sido capaz de quebrar a abnegação deste povo, que apesar das dificuldades porque tem passado, tem lutado em busca de ânimo e coragem.

As desilusões têm sido muitas, o governo nunca investiu, também os agentes da região, nomeadamente as câmaras, continuam a funcionar cada uma para si. Apesar do trabalho desenvolvido por elas, não o colocam sob forma de ir ao encontro da resolução dos seus principais problemas, numa visão para lá das fronteiras de cada uma.

Neste sentido, entendo que deve haver um congresso anual entre todas, de forma a concretizar objectivos.

Ainda que possa o assunto trazer alguma polémica, sou capaz de afirmar que muitas das causas para um não bom desempenho colectivo poderá ter a ver com o excesso de número de concelhos, pois não podemos ter concelhos com cerca de sete, oito, mil, dez mil habitantes e onde um melhor ordenamento podia levar a um melhor e mais desenvolvimento equilibrado.

Entendo que nos dois distritos existem 11 concelhos que na minha opinião podiam ser abolidos, aliás, mais ou menos esta realidade acontece de 100 em 100 anos.

É evidente que aliada a esta visão existe também o esvaziamento da região de bens essenciais por parte do governo PS mas a história ensina-nos que é nas alturas difíceis que temos que encontrar o esforço que nos permita vencer as dificuldades, de forma a encontrar energia colectiva, que dá determinação, lucidez e talento para o que é preciso ser feito.

É uma realidade o afastamento dos eleitos e eleitores, a descrença e a desconfiança da política entre as populações, compete aos responsáveis políticos olhar estes desafios e dar-lhes prioridade na resolução dos problemas com que nos debatemos, pois está em causa um modelo político e social.

Precisamos de aumentar em colaboração com as populações uma maior participação nas acções que cada um pode e deve desempenhar. Há que encontrar entre as Juntas de Freguesia, Câmaras e outras gentes, formas que dêem às populações uma visão nova na procura de resolução dos problemas que os afectam.

Não podemos continuar a ficar reféns dum horizonte curto, temos isso sim, de ir à procura de horizontes que ultrapassem a nossa própria visão.

São vários os problemas deste país e uma das razões porque ele chegou a estado actual, foi sem sombra de dúvida a falta de sustentabilidade e a ausência de um olhar de longo prazo do governo, já que a maior parte das vezes decidiu e escolheu, comprometendo o presente e futuro deste País e desta nossa região.

O investimento não pode ser só feito no Algarve, Lisboa, Porto e Litoral, o interior não pode ser só local de experiências de reservas naturais.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores deputados, quando se gasta o que se tem e não tem, o resultado só pode ser deficitário. Foi o que aconteceu com este governo, gastou demais, tal como acontece, infelizmente, com muitas famílias deste e quando isso acontece, a população é pedir apoio financeiro, só que não se pode continuar a pedir, sob pena dos juros poderem ser elevados e depois não ter hipótese de pagar as dívidas.

Isto foi o que aconteceu com o governo, mas ainda assim, no dizer dos seus responsáveis, a culpa é dos outros. Quando não se faz uma boa gestão é o que acontece.

O resto do filme já todos sabemos, o governo ao não gerar riqueza, contribuiu para as desigualdades e fez deste País ainda mais pobre, com mais de dois milhões e meio de pessoas a necessitar urgentemente de apoios e mais há que estão a caminhar para integrarem este pelotão.

Esta é infelizmente, a triste situação em que o governo nos deixou e governou bem, principalmente no dizer do Sr. Primeiro-Ministro. E agora ainda quer governar mais? Com que justificação? Então estes políticos não vão ser penalizados?

É sabido que as dificuldades se vão agravar, a fome já há muito existe e irá aumentar a situação de desemprego vai deixar muita gente em dificuldades.

É pois necessário e obrigatório encarar de frente estes novos tempos na procura de formas que os ajude a combater, é preciso muita persistência e agir rapidamente.

Os tempos que nos esperam vão obrigar-nos a mudar radicalmente a nossa atitude e é preciso encontrar novas formas de organização e porventura um novo modelo de vida.

Este País tem que ter acções mais justas, em que a coesão nacional seja uma realidade, é preciso gente nova, que traga ideias novas, é preciso empresários que invistam ainda mais, é preciso debater e aprofundar com os cidadãos as questões que nos dizem respeito de forma a tornar este País mais economicamente estável, para isso há que encontrar gente com essa capacidade.

Também nós precisamos de ter gente conhecedora da nossa região, em particular do nosso concelho, em lugares na administração pública, para que a sua voz seja ouvida em defesa da região, sabendo no entanto que muitas vezes não é feita a devida justiça e por esse motivo quem perde são as populações.

Termino, Sr. Presidente, dizendo o seguinte:

Atendendo às dificuldades por que passam todas as instituições de solidariedade social do nosso concelho, irei doar a partir do mês de Junho inclusive o valor total da minha senha de presença, até ao fim da presente legislatura, à APPACDM e à Casa do Menino Jesus de Pereira.

Viva o concelho de Mirandela, ele tem que se desenvolver.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Vai assumir a palavra a deputada Odete Ferreira.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia, Exm.º s Deputados, bom dia aos presentes.

Aconteceu há muito pouco tempo o 25 de Abril, um 25 de Abril sem festa e sem as tradicionais comemorações a que já vínhamos sendo habituados. Contudo, não é propriamente do 25 de Abril que eu venho falar.

Lembro-me, porque ainda o vivi em tempo de boa memória, que entre as várias canções se dizia paz, pão, educação, habitação, entre outros...

A colega de bancada Rita Messias preparou uma intervenção a propósito de dias comemorativos mas nem seria preciso evocar dias comemorativos do livro ou da poesia ou dos autores ou quer que seja, para que realmente toda a intervenção tivesse perfeito cabimento e mais que cabimento, um alerta, um acordar de consciências, se é que ainda há muitas adormecidas.

Portanto, a propósito da questão retive, como penso que todos os presentes terão retido, uma palavra fundamental, uma palavra-chave que é a questão da literacia e de facto, aquilo que ainda ontem ouvi alguém, tentando promover cursos de português para estrangeiros, que o patronato (alguns deles) estavam com muita pressa que o curso acabasse, porque nem as horas de formação permitiam aos trabalhadores. Nós somos um país de emigrantes, também não podemos esquecer e se calhar não nos proporcionaram essas hipóteses de conhecer a língua, os portugueses desenrascaram-se por lá e peço desculpa por usar este termo, mas é um termo já tão nosso que de facto apraz-me usá-lo.

Faz parte da literacia as condições habitacionais. A escola já consegue fazer muito, devido a vários programas, não vale a pena estar aqui a enunciá-los, mas de facto, este município tem prometido há dez ou mais anos a habitação social, não vemos qualquer desenvolvimento, (pelo menos eu não tenho conhecimento, nem nenhum elemento da bancada tem conhecimento), nesse sentido.

Eu não estive no anterior mandato mas estive antes desse e lembra-me que fiz uma intervenção já nesse sentido da habitação social em que dizia que seria implementada na zona perto do cemitério novo, dizendo eu que não seria uma zona nobre porque guetizava as famílias e nós sabemos, como professores, como educadores, que a guetização habitacional leva a uma guetização na escola, a problemas de indisciplina e por aí adiante, já para não falar em questões como o bullying e etc.

Quem quiser outro tipo de escola que não procure a escola pública, tem os colégios particulares, que gaste dinheiro e que faça o que tem que fazer. Passado esse tempo todo, nós queremos mesmo saber se a habitação social que tenho ideia que o programa que foi protocolizado com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, que é uma empresa pública se está a andar ou se esta Câmara o deixa cair por falta de financiamento, devido às suas dificuldades.

É mesmo necessário neste momento considerando que as crianças, os jovens, quer queiramos quer não, são o futuro do nosso país, dado que todos estamos numa situação preocupante e eu tenho plena consciência dela e acho que há muita gente que não contribui mas eu contribuo mensalmente para o país e não é tão pouco como isso, portanto, quem de direito, por favor, a verdade, sabendo até que há famílias que estão escolhidas depois de um processo administrativo, estão seleccionadas e no mínimo há seis, sete, oito anos à espera dessas habitações. Já para não falar nas paupérrimas condições habitacionais de imensa gente no meio rural. Isso sei-o, porque também pertencço a uma estrutura que é o núcleo local de inserção e um dos problemas que mais é focado é precisamente a questão da habitação.

Eu acho que disse o essencial, muito obrigado.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Tem a palavra o deputado Luís de Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Bom dia Sr. Presidente, bem-vindo, Srs. Membros da Mesa, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Srs. Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores.

Tenho dois assuntos avulsos, antes de uma declaração política que gostaria de deixar neste período "Antes da Ordem do Dia".

Os assuntos avulsos são muito simples, os membros do grupo do CDS/PP gostariam de solicitar ao Executivo em permanência o relatório de progresso na implementação do plano de prevenção de corrupção do Município de Mirandela e em segundo lugar, relativamente ao acesso Mirandela Oeste, gostaríamos que o Executivo se dignasse esclarecer a esta Assembleia o seguinte:

Ponto 1 – Qual o traçado final da ligação do nó da auto-estrada a Mirandela?

Ponto 2 – Qual é a autoridade ou autoridades responsáveis pela melhoria desse acesso?

Ponto 3 – Qual a previsão do início de obras?

Não será demasiado lembrar que o volume de sinistrados neste troço é elevado, sobretudo em períodos de chuva ou gelo e aproveito igualmente para lembrar que qualquer traçado desse acesso deverá ter em conta os interesses e preocupações dos negócios e residentes, existentes no actual percurso.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

O País está mergulhado numa crise económica e financeira sem precedentes, que resulta em grande parte de uma má gestão do Estado, a todos os níveis, incluindo ao nível autárquico.

Num país onde cerca de dois terços da população activa trabalham ou vivem do Estado, tentar encontrar pontos de ancoragem no sector privado para o crescimento económico, sem pensar numa requalificação, redimensionamento e redireccionamento do Estado é utópico. Quando o Estado pára, a banca pára e o consumo retrai, a economia entra em recessão.

No caso português, falar de recuperação económica, significa repensar o sector público.

A refundação do Estado é inevitável e inadiável. As medidas de austeridade são conhecidas de todos. As mais brandas vão da retenção do 13º mês e da sua conversão em títulos de tesouro, a cortes salariais e reduções de subsídios. As mais extremas são os despedimentos na função pública, resultantes quer de fusões e redimensionamento de alguns sectores da administração central, quer de um novo mapa do poder local em Portugal.

A fusão e extinção de vários organismos, serviços, institutos públicos, governos civis, empresas municipais, autarquias e juntas de freguesia, voltam a estar sobre a mesa. Desta vez não basta dizer que o poder local é um mau menor nas contas do Estado. Se os políticos portugueses não se disponibilizarem para o fazer de vontade própria, a Troika encarregar-se-á de os obrigar a fazer.

O País, isto é, o Estado, as empresas e as famílias, viveram largos anos acima das suas possibilidades. Pedia-se emprestado dinheiro, não para satisfazer necessidades básicas ou para investir na qualificação, mas para satisfazer desejos e hábitos de consumo desmesurados.

Difundiou-se a ideia de que o investimento público era gerador de riqueza, mas que riqueza? A riqueza das clientelas do poder, claro está. Proliferaram as parcerias público-privadas com acordos desastrosos para o erário público. Proliferaram institutos, fundos e fundações, que nada mais são do que estratégias de camuflagem da dívida pública.

Criaram-se jobs for the boys e oportunidades de investimento privado assentes em decisões feitas à medida. Proliferaram os equipamentos com utilidade limitada e custos inestimáveis de gestão e manutenção e por aí fora. Tudo isto feito às custas de empréstimos à banca, dívidas a fornecedores e recurso a credores internacionais.

O recurso indiscriminado ao crédito privado estrangeiro, atingiu um ponto de saturação. Hoje é sabido que os bancos estão com falta de liquidez e avessos ao risco. Por outras palavras, estão com falta de dinheiro para emprestar ou para assumir o pagamento de reembolsos de grande dimensão e não querem assumir mais créditos mal parados.

A banca tem quota-parte de culpa neste processo, por ter facilitado o sobre endividamento das famílias, das empresas e sobretudo das autarquias e da administração central.

Em anos de vacas gordas, em que os contribuintes alemães, finlandeses, franceses e outros pagavam pelos nossos excessos e faziam vista grossa à nossa má governação, os bancos foram oferecendo crédito ao desbarato.

Hoje a banca está a renegociar dívidas mal paradas, a conceder menos crédito às instituições e a impor condições de financiamento mais rigorosas.

Para as famílias, infelizmente, a banca está a assumir a mesma atitude predadora que levou à desgraça da classe média nos Estados Unidos e noutras economias desenvolvidas.

Em vez de incentivarem a poupança e desincentivarem o sobre endividamento das famílias, vão lançando novas campanhas de créditos pessoais e oferecendo hipotecas sobre hipotecas já contraídas, (segundas hipotecas), numa atitude irresponsável e avara que agravará ainda mais a situação já precária desses agregados.

A recuperação do crédito mal parado já começou. Famílias sobre endividadas estão a ser despojadas de suas casas e os bancos estão-se a transformar cada vez mais em agências imobiliárias. Não é ficção, também não é alarmismo, é uma realidade e que já está a acontecer no nosso concelho.

As autarquias vão ter responsabilidades sociais acrescidas nos próximos tempos e têm que saber estar à altura dos desafios que se colocam.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Bom dia a todos. Ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo, aos Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Junta, minhas Senhoras e meus Senhores.

A intervenção política do Primeiro-ministro agora demissionário José Sócrates dizia há um mês atrás nas Novas Fronteiras, ou melhor, diria eu: *“é mais uma repetição à câmara lenta doutras novas fronteiras, foi um descaramento político, senão vejamos:”*

Deve haver sentido de responsabilidade nos partidos e eu pergunto? Onde está o sentido de responsabilidade deste partido, o PS? Destes governantes? Pode o povo acreditar nestes profetas policéfalos que hoje dizem uma coisa e amanhã outra? Deve-se acabar com a intriga palaciana e com a sede do poder. Eu pergunto: onde é que está a intriga palaciana? Eu só a vejo num protagonista que é o Primeiro-ministro em gestão. Tinha a birra do FMI e depois culpa a oposição.

Deve-se acabar com o calculismo político. O calculismo político existe no PS e nestes governantes, sem estratégias e com mediocridade. Não queria o FMI nem o PEC, era como fugir o diabo da cruz e acabamos por lá cair.

Deve-se acabar com os profetas da desgraça, dizia ele, e tentações políticas. Eu pergunto: quem são os profetas da desgraça? Eles já existem simulados há muito tempo e eles têm um nome. Senão vejamos:

Portugal, segundo a Eurostat, paga de dívida a dois e cinco anos 12,1% e a dez anos 10% e no dia 26 de Abril reviu em alta o défice em 9,1% e não em 7,6%. Isto só quer dizer que o nosso País é o quarto com maior défice da zona europeia. E afinal pergunto eu. Onde estão os profetas da desgraça? Eu conheço esse homem, esse homem chama-se José Sócrates e os seus acólitos. Afinal, digo eu, as profecias em relação à minha última intervenção (que aqui fui muito criticado) têm razão de existir.

Srs. deputados municipais, Srs. Presidentes de Junta, meus Srs., minhas Sr.ªs., só acredita quem quer mas que existe manipulação de linguagem, existe.

Parece que vivemos num país em que nada falta à segurança social. O trabalho recomenda-se, em que os dados do INE em 17 de Fevereiro do ano de 2012, apontam para 700.000 pessoas sem emprego, aos que se juntam os part times forçados e os que já desistiram de procurar trabalho, que vai ficar numa taxa média anual de 11,8%. Isto era em Fevereiro.

Para o ano de 2012 prevê-se atingir uma média de 13%, quase 800.000 desempregados, isto são dados do INE.

Dito isto, vem uma ministra dizer que todas estas políticas activas de emprego terão que ser reformuladas. Mais uma batotice deste governo que nunca foi sério em relação às políticas de emprego.

O Serviço Nacional de Saúde, recomenda-se bem a estes governantes.

Ao falar do Serviço Nacional de Saúde, que é uma das conquistas de Abril, deviam era estar calados e ter vergonha. Isso é retórica política e isso vê-se a olho nu. Não é preciso ser detective de gabardine branca, tipo série Colombo. Eu pergunto o que é que fez o PS local em relação à saúde na nossa região? Destruuiu-a, ou melhor, não fez nada, limitou-se a fazer coisinhas e aqui também há uma quota de responsabilidade do CDS/PP.

Onde está o Princípio Constitucional da Universalidade do Serviço Nacional de Saúde? E a qualidade fixada na Lei de Bases de Saúde, em que a ministra através de um despacho quer limitar o transporte de doentes e agora fez uma pequena inversão de marcha. Já estou farto destas políticas falidas e falta de verdade. Digam aquilo que querem, mas com verdade. O País quer saber a verdade. O endividamento recomenda-se.

Saibam V. Ex.ª s, que eu já aqui o disse várias vezes, que a dívida pública em relação aos dez anos era 10%, quando o Sr. Ministro das Finanças dizia que se os juros chegassem aos 7%, era um desastre para a economia, era um descalabro, ele dizia que os governantes deviam ser responsabilizados pela crise e agora vitimizam-se. Nessa mesma quinzena houve um recorde nas obrigações do tesouro. Só com a intervenção do BCE é que a especulação parou. Faça-se qualquer coisa. O que é que será das gerações vindouras, do meu filho, dos meus netos, as más novas que vieram do Banco de Portugal para o facto do Governador chamar a atenção da economia estar à beirinha da recessão, estava 0,3, agora está 0,7 e vai caminhar para 1,7 ao fim do ano.

Eu nunca ouvi isto do antigo Governador do Banco de Portugal. E de facto estamos em recessão e vai ser o único país do planeta terra, que no ano de 2012 vai estar em recessão. E sabem porquê, Srs. deputados municipais, Srs. Presidentes de Junta e meus Srs. e minhas Sr.ª s? Porque aos políticos, a política, aos técnicos, os lugares técnicos, sem filiação partidária, porque o anterior Governador de Portugal, queria agradar a gregos e a troianos e isso não pode ser, fica mal.

Nos meados de Fevereiro ou Março, vem o Sr. Primeiro-ministro demissionário, com pompa e circunstância dizer que o défice baixou, reduz para 350 milhões de Euros e então lá se pôs a caminho...

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, terminou o seu tempo, se faz favor.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Só mais um minuto Sr. Presidente. Já termino.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

... a sua campanha pelo país. Mas este Ministro esqueceu-se de falar aos portugueses no corte da despesa, da sua consolidação. E a sua consolidação está sobretudo a fazer-se pela via da receita. Não é preciso ser grande economista e não pela redução da despesa do Estado, que continua a subir. Isto quer dizer que a subida de 15% das receitas fiscais, suportou a consolidação orçamental de Janeiro de 2011.

Esta despesa está só controlada, mas subiu em relação ao mês de Janeiro de 2009.

Eu vou terminar e é um segundo.

Chegamos ao cúmulo e isto é o cúmulo, é a tristeza, eu sinto-me triste de ser português. Chegamos ao cúmulo em que os investidores em dívida pública acreditam que é mais arriscado investir em obrigações nacionais em Portugal do que em dívida no Líbano ou no Casquistão, vejam lá, é uma vergonha. Tudo isto assenta como uma luva aos nossos governantes deste país, tudo isto é indigno e crítico, aqui deparamos com um Estado de nada eficiente, só gosta de dar guloseimas aos boys, isto é viver num país sem rumo, sem atitude, sem conceitos reformistas, é um país do faz de conta, do deixa andar.

Estes governantes são o paradigma da desgraça, dos cursos das novas oportunidades, sem nexos, sem credibilidade, o país das licenciaturas ao fim-de-semana ou por encomenda.

Tudo isto, o que eu disse aqui desta tribuna não é novidade, é repetição de filmes agora em câmara lenta. Já chega Srs. deputados municipais, já chega, já chega!... E diz um escritor francês que eu muito admiro, "às vezes para ver claro, basta mudar a direcção do olhar".

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. deputado.

A palavra ao Sr. deputado Baltazar Aguiar, lembrando a todos o dever de respeitarmos os tempos.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente da Assembleia e respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, respectiva Mesa, Srs. deputados, Srs. Presidentes da Junta, Cidadãos de Mirandela. Meus Senhores e Minhas Senhoras, bom dia a todos.

Permitam-me que regresse ao concelho de Mirandela, vamos regressar ao concelho de Mirandela e deixar aqui uma pequena informação.

As eleições são dia 05 de Junho, nessa altura o nosso prezado deputado municipal, ao que sei, candidato a deputado, terá oportunidade para fazer toda a campanha eleitoral.

Penalizo-me, porque tinha uma informação errada de que seria candidato, mas de todo, agora e os que me conhecem sabem que a mentir não estava e não aceito este tipo de adjetivos.

Já agora, convidava-o – saiu – mas convidava-o a fazer o mesmo exercício que fez, o mesmo discurso que fez, utilizando os limites do concelho de Mirandela e a direcção política e o poder do concelho de Mirandela. É um pequeno exercício que é fácil de fazer.

A minha intervenção tem a ver com o facto das contas de 2009 terem sido recusadas pelo Tribunal de Contas. Foi o que eu li na Comunicação Social, é o que consta duma entrevista dada pelo Sr. Presidente da Câmara e começaria a abordagem a este tema, um pouco mais atrás, quatro anos atrás.

Quatro anos atrás, na apresentação das contas de 2006, dizia-se nesse relatório o seguinte: cerca de 91% da dívida é a grandes empresas, que podem esperar pelo financiamento das obras e que na sua adjudicação a construção já sabiam das premissas temporais do financiamento.

Na altura, não se lembram, mas isto criou-me uma surpresa, uma indignação, pela ligeireza com que se tratavam estes temas e se tratavam os fornecedores.

A primeira questão que daqui decorre, é esta e a pergunta que eu deixo à Câmara é a seguinte: hoje ainda assim é? E porque eu coloco esta pergunta. Coloco esta pergunta porque se ainda assim é, eventualmente o tecido económico de Mirandela não será sujeito a grandes sacrifícios. Se já não é assim, a situação em Mirandela poderá ser muito mais grave.

No entanto a mesma ligeireza com que permitia na altura dizer-se “*bom, nós devemos às grandes empresas, elas podem esperar, sabiam disso quando concorreram*” que a mim me causou preocupações e disse, isto vai acabar mal e ainda hoje está presente no pensamento da actual Câmara Municipal, senão vejamos:

Quando interrogado sobre o quebrar o princípio do equilíbrio orçamental, que era uma das questões que o Tribunal de Contas colocava, o nosso Presidente da Câmara diz: “*É uma questão subjectiva*”, eu repito, “*É uma questão subjectiva e nos municípios nunca acontece, eles põem isso como uma questão pedagógica*”.

A mesma ligeireza com que se dizia anteriormente que os concorrentes às obras sabiam que se pagava quando calhasse, quando Deus quisesse, está aqui subjacente nesta resposta.

O Tribunal levantou ainda dúvidas quanto aos limites de endividamento da autarquia, isto é, a autarquia ultrapassou os limites de endividamento. Qual é a resposta que vem? Mais ou menos, há lá contabilizações que nós consideramos e eles não. A mesma ligeireza que vinha há quatro anos atrás e que predurou durante estes quatro anos.

No relatório do Tribunal de Contas, são criticadas ainda as taxas de execução orçamental da receita, que ficaram por cerca de 51%.

De então para cá caminhámos sempre para receitas inferiores a estas. E então pasme-se. Quando perguntado e o que é que isto provoca, o que é que vai acontecer, nada, ou melhor, o mesmo que acontece a outras câmaras, o valor que for ultrapassado será descontado no ano seguinte nos duodécimos. Eu fico pasmo com a ligeireza e era disto que vos queria dar conta, porque ao que sei, o facto do Tribunal de Contas recusar a homologação das contas da Câmara de Mirandela, não passou na nossa comunicação social, não é do conhecimento da maioria dos municípios e nós comprometemo-nos perante os nossos eleitores e perante os Mirandelenses em geral, que na nossa caminhada cívica, na nossa prestação cívica, faríamos voz de tudo o que tivesse a ver com o concelho de Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Tem a palavra a deputada Eduarda Neiva Rosa.

Sr. deputado António Figueiredo está a pedir a palavra? Para dar uma explicação? Pedia-lhe o favor de ser breve.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Um minuto, nem isso. Diz aqui: Tribunal de Contas, recusa de homologação às contas da Câmara Municipal de Mirandela: Rádio Brigantia e Rádio Terra Quente.

Deputada Municipal Eduarda Neiva Rosa (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectiva Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

O grupo parlamentar do PSD, preocupado com os constrangimentos das obras no IP4, vai apresentar a seguinte moção:

Moção

Devido às obras que estão a decorrer no IP4, as sinalizações foram alteradas, criando grandes constrangimentos aos utentes.

Como estas obras ainda vão decorrer durante bastante tempo. o grupo parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de Mirandela, sugere que seja vigiada e controlada esta sinalização, no intuito de sem colocar em causa a segurança de todos que ali trabalham e a percorrem, melhorar a qualidade da sua utilização.

Para tal, sugere-se que seja dado conhecimento desta moção à Secretaria de Estado das Obras Públicas, aos Governos Cívicos de Bragança e de Vila Real, ao concessionário e à Brigada de Trânsito.

Pelo grupo parlamentar, muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o deputado Jorge Pereira. A Mesa está a registar algum pedido de inscrições. Como sabem as inscrições para o Período Antes da Ordem do Dia devem ser feitas no início. Todavia a Mesa, face ao que está regimentado, procurará integrar mas sempre lembrando aos Srs. deputados a contenção de utilização do tempo.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Exm.º Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e demais elementos, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Exm.ª Assembleia.

Comemorámos no passado dia 25 de Abril os 37 anos da Revolução dos Cravos. Ainda que para um número significativo da nossa população, o nível de desenvolvimento da nossa região e consequentemente do país, seja tido já e há muito como um dado adquirido, tal é apenas possível, graças à revolução operada naquela data.

Para tal, lembro apenas dois indicadores muito claros e objectivos:

A taxa de mortalidade perinatal naquela data e no nosso país, situava-se ao nível dos países designados do terceiro mundo. Actualmente, este indicador coloca Portugal como um dos melhores da Europa.

A taxa de analfabetismo naquela data e no nosso país, superava os 30% e hoje ronda os 3%.

É pois o reconhecimento de que apenas um povo com elevado nível de educação e cultura, mais facilmente poderá participar activamente no desenvolvimento económico e social do seu país, promovendo e fomentando uma verdadeira cultura para a cidadania.

Contudo, lamentavelmente, em Mirandela as comemorações oficiais do 25 de Abril, promovidas pelo Município não têm tido a dignidade que merecem.

Porque é de comemorações que falo e esta reunião tem como tema primordial a análise do exercício de 2010, não ficaria bem comigo próprio, se aqui e agora não manifestasse o meu lamento pela forma diria mesmo envergonhada como no nosso Município se promoveram as comemorações do 100 anos da proclamação da República em 1910.

Este lamento é tanto mais sentido, tendo em conta que em Bragança, por exemplo, se envolveram as instituições da cidade, com organização de dezenas de iniciativas ao longo de todo o ano de 2010.

Na reunião de Fevereiro de 2010, deste órgão do Município, referi-me a um dos grandes vultos da revolução de 05 de Outubro de 1910, mas também da revolução de 31 de Janeiro na cidade do Porto, que foi Augusto Manuel Alves da Veiga, natural de Mirandela.

Foi-me então dito e a propósito, que estava enganado, que Alves da Veiga era natural de Izeda e não de Mirandela.

Conheço a ligação de tão ilustre figura da República a Izeda, vila do nosso distrito, de onde seus pais eram naturais, sendo nessa época residentes em Mirandela, onde nasceu seu filho. É aquilo que ainda hoje consta na informação oficial do nosso Município.

Assim, suscitando-se a dúvida sobre este tema, deverá o respectivo departamento municipal tratar de repor a verdade dos factos, tal como a história o exige.

Voltando ainda às comemorações do Centenário da República, um pequeno facto que em devido tempo registei:

Aquando da apresentação do livro da autoria de José António Ferreira “Assembleia da República 1975 a 2010”, ou seja, da Constituinte à actualidade, no período reservado ao debate, este não aconteceu, pois contrariamente ao defendido pelo autor, nada é necessário alterar, supostamente estará tudo bem, ideia defendidas por Mota Andrade e José Silvano.

Entretanto, na sequência da elaboração das listas do PSD por Bragança à Assembleia da República, o nosso Presidente manifestou e muito bem, o seu desagrado pela forma como a sua lista foi constituída, dizendo nomeadamente: “*nos devidos lugares, lutarei para alterar este tipo de nomeações*”.

Assim, tal como já o fiz sobre outras matérias, deixo um alerta. Será ou não necessário alterar um conjunto de práticas instituídas, ou será, tal como diz o nosso povo, apenas nos lembramos de Santa Bárbara quando trova.

Dois questões agora muito rápidas ao Executivo.

Sobre o Cachão, gostaria que o Sr. Presidente nos informasse qual a real situação do Matadouro, há ou não avanços na venda daquela unidade industrial? Já agora informar que os trabalhadores não vêem com muito bons olhos o interesse de um dos possíveis compradores.

Ainda sobre o Cachão, saber qual o ponto da situação da nova rede de água e saneamento. Gostaria de saber qual a situação da obra, é que após algumas autorizações de prorrogações do prazo de execução da obra, esta mantém-se parada, havendo já quem suspeite do abandono da obra por parte da empresa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. deputado.

Eu lembrava aos Srs. deputados que os assuntos podem ser postos no ponto que fala “Outros Assuntos de interesse para o Município”, será mais objectivo e específico.

Tem a palavra o Sr. deputado Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais e restantes presentes.

Sobre a política nacional penso que estará tudo dito.

A situação é da responsabilidade de quem tem governado este país e que está muito interessado em fazer acreditar que os políticos são todos iguais, porque assim é mais fácil passar a ideia de que não vale a pena mudar e assim andamos, entre PS, PSD, com ou sem CDS e o resultado está à vista.

Portanto, acho melhor utilizar este tempo e este espaço democrático na resolução de problemas locais.

No passado dia 12 do presente mês, participei numa reunião do Jardim-de-infância Arco-íris, em Mirandela, como pai.

Qual o meu espanto, quando a professora Fátima deu informações sobre o funcionamento daquela escola, que deixaram os pais em estado de choque (eu falo por mim), dando relatos de puro vandalismo.

Em dias de jogo de futebol e uma vez que aquele Jardim-de-infância está fisicamente pegado ao estádio de futebol, tanto as funcionárias como a professora, encontram resíduos de vidro, lixo e outro tipo de coisas, indicando que o Jardim-de-infância é vandalizado e o seu espaço é violado por pessoas que nada têm a ver com o Jardim-de-infância.

Para além disso, sou testemunha de relatos de pais que já por diversas vezes deram a indicação de que os filhos fogem, no momento em que vão entregar os filhos à escola e já por duas vezes se não acontece um desastre é por muito pouco.

O facto de eu falar nesta situação aqui na Assembleia Municipal, prende-se com a necessidade que a Câmara Municipal tem de falar nisto objectivamente e de forma oficial, com a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, uma vez que a situação já foi debatida e já foi falada anteriormente e os resultados têm sido precisamente os mesmos.

Não sei se a nível de um novo gradeamento, dum sistema de abertura retardada, algo terá que ser feito ali, para evitar a curto prazo uma catástrofe ou uma coisa que a gente nem quer falar...

Agora falando de outras situações do concelho, eu venho aqui perguntar ao Sr. Presidente da Câmara sobre a empresa Mirapapel.

Tenho conhecimento que esta empresa alugou ou comprou alguns armazéns do antigo Complexo Agro-Industrial do Cachão e que tem vindo a fazer armazenamento de lixo naquela localidade.

A população tem vindo a queixar-se de cheiros, de aumento de insectos e a minha pergunta é no sentido de saber se esta empresa acautelou a legislação em vigor sobre o armazenamento de lixo e se está a ser cumprida.

Queria algum esclarecimento sobre esta situação.

O deputado Jorge Pereira já falou aqui na situação das obras do Cachão, que permanecem paradas única e simplesmente.

É muito constrangedor para aquelas pessoas que moram no fundo do bairro, que mantêm as suas casas ou com muita poeira ou com muita lama e é de facto pouco dignificante para a Câmara Municipal iniciar umas obras e não as terminar.

A empresa levantou o estaleiro, o Sr. Presidente da Câmara na última reunião respondeu-me que a empresa não precisa de estaleiro para acabar a obra, o que é certo é que precisam de máquinas e precisam de mão-de-obra para terminar aquela obra, o que não aconteceu.

É um bocado constrangedor, depois daquilo que o Sr. Presidente da Câmara fez na última campanha eleitoral.

Durante a última campanha eleitoral e num comício realizado naquela localidade, o Sr. Presidente da Câmara prometeu a pés juntos e dissuadindo aqueles que diriam que as obras não iam ser terminadas, que sim senhor, sim senhor, as obras iriam ser terminadas o quanto antes. Está à vista que não foram terminadas e a situação permanece.

Ainda relativamente à Suduol, a empresa detentora da extracção de óleos lá no Cachão, eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual a situação da empresa, porque quanto a esta situação o Ministério do Ambiente respondeu a uma pergunta do Partido Ecologista Os Verdes e eu gostava de saber se existe mais algum esclarecimento sobre este assunto. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o deputado Paulo Pontes, faz favor.

Informo a Assembleia que a primeira hora deste ponto já terminou. Temos 30 minutos, hoje o programa é longo, de maneira que mais uma vez apelo à contenção.

Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, bom dia a todos.

Em faço desde já uma declaração talvez de ignorância, de ruralidade, porque eu e mais 36 só estamos aqui porque o poder local determinou que nós aqui estivéssemos, porque o poder central não determinaria e já deu várias indicações de que talvez na próxima legislatura nenhum de nós cá estará, eu não estou de certeza absoluta.

Pessoalmente choca-me, se calhar sou demasiado rural, apesar de viver na cidade e ter alguma formação, não fazer vida na aldeia, mas choca-me virem pessoas aqui à Assembleia Municipal por iniciativa própria, sem a questão estar na ordem do dia, virem defender a reestruturação do poder local, a junção de juntas de freguesia e municípios.

Choca-me também quando tiram o hospital de Mirandela tudo se levanta, mas porque se hão-de levantar, vai para Vila Real o hospital, qual é o problema, ou vai para Bragança.

Quando fecham as escolas porque é que hão-de protestar, vão para os centros maiores, mas qual é o problema? Vamos ser melhor atendidos, mais bichas, mas tudo bem. As pessoas que defendem isso ou não viveram ou não vivem e não vivem de certeza a realidade das aldeias e das freguesias. Só quem está lá, só quem trabalha para aquelas pessoas e não é trabalhar na junta de freguesia, não é fazer obras, que infelizmente obras, neste mandato já ficaram feitas do anterior, não se deve fazer nenhuma.

Mas é fazer o dia a dia lá, ouvi-las e agora com as expropriações da auto-estrada, pegar nos documentos, levá-los a Vila Real e entregá-los lá para virem os cheques para pagar as expropriações, é ir à Segurança Social, é pagar-lhes a luz, a água e o telefone, pelo menos eu faço isso tudo.

Há outra questão, a crise só existe por causa do poder local, o poder local gastou tudo e mais alguma coisa. Eu não conheço no nosso concelho (se calhar por ignorância mais uma vez) nenhuma junta de freguesia que apresente saldos negativos no final de cada mandato de cada ano, não percebo isso. Todas as juntas de freguesia se não apresentam saldos positivos, também não apresentam negativos, penso eu. Haverá uma outra que terá saldos negativos no final do mandato, também nenhuma outra freguesia terá receitas próprias, só se algum presidente mais imaginativo consiga transformar terra em dinheiro, eu não consigo.

E se gastamos, gastamos aquilo que nos foi dado por direito próprio e não gastamos mais do que aquilo que nos autorizaram.

Era só isto, lamento como é que há pessoas que vêm aqui para a Assembleia Municipal, numa altura destas, defender a extinção, porque é disso que se trata, é disso que temos que falar verdade. É a extinção de muitas juntas de freguesia. As freguesias que agora têm muitas anexas, as anexas estão contentes em relação à sede? Fazem sempre lá aquilo que eles pretendem? Era só.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Sr. Presidente da Mesa e Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, Srs. Deputados Municipais, meus Senhores e minhas Senhoras.

Não era para fazer uma intervenção, mas picaram-me um bocadinho e a gente tem que responder a determinadas coisas, mas com calma.

Em primeiro lugar quero dizer que gostei muito da intervenção do Dr. Luís, só lhe faltou dizer uma coisa no final “estamos falidos”, esta é a verdade, o PS levou-nos para este ponto, falimos, acabou.

Outra coisa que eu fiquei também admirado, foi que o Eng.º Baltazar, que é uma pessoa por quem tenho muita estima, pensava que era um político amador, mas está a transformar-se num político profissional.

O Sócrates já deu umas liçõezinhas, tem feito umas acçõezinhas de formação e realmente já os está a transformar em políticos profissionais.

É que para desviar a atenção das contas do governo, então vem com as contas da Câmara Municipal.

Vamos começar pelas do governo, eu já explico as contas da Câmara Municipal.

O seu governo mandou para Bruxelas, onde são aprovadas as contas, com um défice de 6,8, não foram aprovadas e disseram de lá, isto está é aldrabado, não, o défice não é 6.8 é, 8.6. Com certeza o Sr. Ministro das Finanças estava virado ao contrário e em vez de escrever 8.6, escreveu 6.8, mas também já não é 8.6, já é 9.1.

Afinal não é só com a Câmara de Mirandela, o governo está a fazer a mesma coisa e pior, porque depois não tem resposta para dar a Bruxelas.

Relativamente às contas de 2009, o Sr. Eng.º está mal informado, é que as contas ainda não foram aprovadas, o que é o contrário de serem reprovadas, mas sim pedidos alguns esclarecimentos que já foram fornecidos. Os Srs. vereadores também lhe deviam ter dito isso, porque eles também sabem que já foram fornecidos.

Mas eu vou informá-lo.

Olhe, a estrada Alvites-Avantos e Avidagos-Abreiro, começou em 2008, são três milhões de Euros, o Estado, zero, ainda não deu um tostão. Eles também têm razão, estão falidos.

A Sistemir funciona há um ano e meio, a Câmara continua a pagar aos técnicos, que até estão a fazer um bom trabalho, recebeu-se há pouco a primeira prestação. E como se recebeu a primeira, até me admira.

Transportes Escolares, Sr. deputado, começou em 600.000 a transferência, sabe em quanto vai? Em 119.000, vem diminuindo gradualmente. Sabe quanto gasta a Câmara? 900.000 Euros. Foram estes esclarecimentos que o Tribunal de Contas pediu e que já lhe foram dados. Como vê isto é geral.

E para não roubar mais tempo eu só quero responder ao Sr. que veio aqui falar do Arco-íris. É verdade, é a população que temos, são uns vândalos. Nós, constantemente, naquele Infantário, temos que gastar dinheiro em estores, em muros, em vidros, já estamos fartos de fazer apelos à polícia, a polícia não nos liga, a polícia não quer saber.

Quanto ao gradeamento, foi-nos apresentada há 15 dias, uma carta da Senhora Directora e foi-lhe dito à Sr.ª Directora que íamos pedir um orçamento para colocar o gradeamento no Arco-íris.

O Arco-íris vai ser fechado e também ela ficou autorizada a que informasse os pais, daquilo que estamos a prever fazer no Arco-íris.

Quanto à primeira parte, tem toda a razão, eles destroem tudo. Tudo que seja público nesta terra, é para destruir e aquele infantário é uma desgraça, mas nós Misericórdia, vamos resolver esse problema. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. deputado Luis Sousa está a pedir a palavra? Para que efeito, por favor. Para esclarecimento sobre esta matéria? Tenha a bondade então, pedindo de novo em voz alta, o favor da contenção, pois vamos já com algum atraso e hoje o programa é muito importante.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Muito rápido serei.

Gostava de esclarecer o seguinte: na minha intervenção política não foi defendido que se reduzissem as autarquias ou as freguesias, o que foi dito é que vai ser se calhar inevitável. Essa receita já foi proposta na Grécia e muito provavelmente também vai ser aplicada cá. Aliás, o Sr. Presidente de Junta, se ler o programa do seu partido, vai notar que uma das medidas que são propostas, é precisamente essa questão do desenho do mapa do poder autárquico.

Eu não percebi, quando puxou a corresponsabilidade do CDS/PP, no momento em que quem está no governo é o Partido Socialista, mas também lhe confesso, não sou eu a pessoa indicada para vir aqui defender o CDS/PP.

Como sabe, sou independente, represento este grupo de trabalho, que é um excelente grupo de trabalho com vários independentes, dedicado às causas locais e portanto não vou fazer essa defesa, mas vou de qualquer das maneiras lembrar aqui algo, já que falamos de política nacional, é inevitável, como foi aqui dito, sou membro da Assembleia, que os partidos do arco do governo – todos – têm responsabilidade na situação financeira em que o país se encontra. Não é só o PS por ser o último, o PSD, 10 anos no poder com maioria absoluta. Estamos a brincar, quem é que andou a engordar as construtoras do país? O CDS/PP, uma compra desastrosa de submarinos.

Presidente da Assembleia Municipal:

Agradecia que prestasse o esclarecimento.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Vou ser breve Sr. Presidente

Presidente da Assembleia Municipal:

Peço desculpa, quem gere o percurso da Assembleia é a Mesa. Peço-lhe o favor de ser breve e sintético, porque se tratou do pedido de palavra para um esclarecimento. Temos um longo programa e matérias muito importantes. O Período de Antes da Ordem do Dia tem um sentido e um espírito que é universal e que está condicionado pelo nosso Regimento. Faz favor, pode continuar.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

Muito bem, obrigado pelo esclarecimento.

Então rapidamente, só para vos relembrar alguns números do que se está a passar neste país e da gravidade da situação.

Derrapagens financeiras, foram feitas, quer por um governo, quer por outro e tanto faz que seja Porto como Lisboa. Esta mentalidade de virem para aqui os da capital e os da capital e por aí adiante, isto é tudo... tanto faz.

Casa da Música, Porto – 77 milhões, quatro anos e meio de atraso.

Centro Cultural de Belém, aquele famoso edifício do Sr. Presidente da República, na altura Primeiro-Ministro, Lisboa, custou 112 milhões, três vezes mais do que estava previsto.

Ponte Vasco da Gama, era para ter custo zero para o Estado, pois esta parceria já vai em 410 milhões, desastrosa. Portanto, os números falam por si.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. deputado. Terminámos, Sr. Presidente da Câmara, quer usar da palavra?

Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Se não usasse da palavra não respondia às questões concretas dos membros da Assembleia, nomeadamente sobre as de política local, que é isso que me interessa responder, tentar evitar sequer contaminar a minha resposta pelas análises nacionais, de que há tanta gente habilitada para fazer e que faz melhor do que eu.

Eu queria dizer, nas respostas a algumas perguntas concretas, sendo também concreto e respondendo aquilo que na posse da Câmara pode ser respondido.

Ao deputado Faustino Cunha, dizer-lhe que sobre a mobilidade sustentável, faz uma pergunta que é: e as populações rurais não estão lá, eu continuo a aguardar o agendamento para esta Assembleia Municipal, que já lhe disse da última vez, também pode ser feita pelo grupo parlamentar do CDS/PP - também pode - não quer dizer que não possa ser pelos outros, mas também pode pelo CDS/PP.

Em relação à Dr.ª Odete Ferreira, dizer-lhe que fiquei espantado, porque há mais de dez anos que as cerimónias do 25 de Abril, para o bem e para o mal, com críticas e com virtudes, sempre foram comemoradas desta forma, exactamente da forma que foi este ano, nem mais nem menos, a única diferença que se lá notou e isso digo-lhe, foi a sua ausência, de facto foi notada, porque teria outro brilho a cerimónia, foi a única diferença em relação ao ano anterior, o resto foi exactamente igual.

Em relação à habitação social, dizer-lhe que o projecto neste momento está suspenso, como estão suspensos outros projectos a nível local, a nível regional e a nível nacional.

Anunciei isso no início deste ano, quais os projectos suspensos, um deles era a habitação social, com as consequências que isso terá, é evidente.

Sobre o deputado Luís Sousa, sem querer entrar na questão de fundo, as duas questões laterais que colocou, sobre o relatório da corrupção, ser-lhe-á enviado rapidamente, está a concluí-lo a comissão, depois também estará disponível na página da Câmara Municipal.

Sobre o acesso Oeste a Mirandela é um dos projectos que quem faz é a Câmara Municipal, quando começa não sabemos, quando tivermos recursos financeiros para o fazer. Temos isso no UON2, financiado, não temos neste momento ainda ideia de quando vai começar, fiquei com a preocupação, que nós também a temos, mas que desvirtua um bocado esse traçado, que é, que as empresas lá instaladas não fiquem prejudicadas, porque existe uma proposta alternativa que resolveria melhor o problema, mas elas estão lá instaladas e também ficam com essa referência, que não podem ser prejudicadas.

Eu vou deixar o Eng.º Baltazar para o fim, agradeço-lhe particularmente a pergunta, porque me vai permitir dar uma resposta com rigor, a uma coisa que ele fez sem rigor, dizendo que os outros não tinham rigor, que é engraçado, mas isso vai ficar para o fim.

Ao Jorge Pereira, dizer-lhe a mesma coisa sobre as comemorações do 25 de Abril, registo, que gostava doutras com maior dignidade, com maior participação, sugira, na sua bancada, é membro desta Assembleia, faça uma proposta, esta Assembleia pode aprová-la e eu como recomendação da Assembleia, posso tentar modificá-las. Faça uma proposta concreta no âmbito das suas competências de eleito municipal.

Quanto às questões do Cachão, cruza-as também com as do Pedro Fonseca, para dizer que a questão das obras do saneamento estarem paradas, é a parte final que falta concluir pela empresa, também estão dependentes da conclusão da Etar, que decorre ao lado do Cachão, para depois fazer as ligações definitivas que passam por pontes que é preciso entender-se entre a empresa e a Câmara Municipal. Uma coisa está dependente da outra, agora o que é verdade é que 90% das obras estão concluídas, claro que esses 10%, enquanto não forem concluídas prejudicam as pessoas mas convém notar que neste momento, no âmbito desta problemática do saneamento e do tratamento, estão a decorrer no Cachão obras de mais de um milhão de Euros do saneamento e cerca de três milhões e meio de uma Etar para todos os detritos que existam no âmbito desta freguesia e de outras freguesias, ali decorrentes, que é significativo de investimento e que não pode ele próprio também acabar do dia para a noite. Isto demora tempo suficiente, é evidente que as populações querem que tudo seja muito mais rápido, mas não tem sido.

Em relação à carta do Ministério do Ambiente, recebeu a mesma carta que eu, Câmara Municipal, está lá específica e objectivamente como deve ser tratado o problema, a Câmara Municipal, na parte que lhe diz respeito, já informou esse mesmo Ministério qual o ponto da situação do licenciamento, que é aquilo que nos diz respeito e já informámos que ele não está feito ainda porque faltam as condições que lá explica a respectiva carta e estamos a aguardar explicação.

Também lá diz qual é a entidade que pode aplicar esses critérios e que pode tomar uma decisão, vamos aguardar por ela.

Em relação à questão que ficou, do Matadouro, da preocupação do Jorge, é também a nossa preocupação, continuamos a aguardar a decisão a tomar, ainda não a tomámos, quando decidirmos será em conjunto com os trabalhadores.

Deixando para o fim a questão de fundo, eu pensei que ela ia ser levantada mais no âmbito da prestação de contas, porque penso que era este um dos pressupostos que poderia vir a propósito, o Eng.º Baltazar quis fazê-lo agora e bem, no Período Antes da Ordem do Dia, com a tal preocupação do rigor, que esqueceu muitos pontos e que eu vou tentar explicar rapidamente, porque às vezes pode fazer-se duma questão que não tem o significado que lhe querem dar, uma questão política é que já lhe deram.

A questão é esta:

Em primeiro lugar, o Tribunal de Contas não aprova contas das Câmaras Eng.º Baltazar, isto que fique claro. Homologa ou não a aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal, é que é totalmente diferente e vou dizer porquê. É que as consequências duma coisa e outra são completamente diferentes.

Segundo lugar, o que o Tribunal de Contas disse é o que qualquer entidade diz e já o fez duas ou três vezes durante os 16 anos que eu estou na Câmara Municipal, é que dá dez dias à Câmara Municipal para esclarecer os dois ou três pontos que fazem parte do seu relatório, para dizer que homologa ou não as contas. É o que faz qualquer entidade normal. Não homologou nem deixou de homologar, deu dez dias para que pudesse pronunciar-se sobre elas.

Também se esqueceu o Eng.º Baltazar, apesar do seu rigor, também lá diz que foram homologadas as de 2006, 2007 e 2008, mas esqueceu-se de dizer aqui. Só fala nas de 2009 porque era importante para este momento. A explicação é o princípio do endividamento líquido que lá está estabelecido e convém que fique claro, para toda a gente perceber em linguagem simples, duas coisas:

É que o Município de Mirandela não excedeu o limite legal de endividamento estabelecido por lei, diz lá com toda a clareza. O que o Município de Mirandela, segundo o entendimento do Tribunal de Contas, nas contas que lá tem sem a explicação, pode ter ultrapassado é o limite líquido do endividamento, quer isto dizer, que a partir duma determinada altura, além do limite de endividamento legal que existia e que são os parâmetros que a lei estabelece, existiu também uma norma específica que diz que os Municípios não podem ultrapassar 125% do conjunto de receitas que obtém naquele ano, que estão discriminadas na lei.

E isto quer dizer o quê? Que basta haver uma redução, que basta haver uma inflação na procura e na oferta, que basta haver uma crise, para haver significativo corte nas receitas, pelo menos nas correntes, nos impostos directos e indirectos, para que esse princípio seja automaticamente o endividamento líquido superado. Porquê? Porque se estamos a contar com determinados valores e eles não acontecem, o endividamento líquido ultrapassa os 125% do valor proposto. Ponto 1.

Mas Ponto 2 que ainda é mais importante. Também soube e ouvi-o esta semana na comunicação social que os Municípios da Madeira, todos em conjunto e vão tomar também os do Continente através da Associação Nacional de Municípios, vão contestar esta interpretação do Tribunal de Contas, porquê? Porque para esse endividamento contam as receitas que estão previstas no início, quando se faz o Plano e Orçamento para o ano seguinte, das transferências, que se devem receber naquele ano, do Governo para os Municípios. O que tem acontecido e é prática corrente, não só do Governo, mas dos Municípios, para as juntas de freguesia ou para outras entidades, é que muitas das obras previstas ou muitas das receitas previstas para aquele ano, só são transferidas muitas vezes, no decurso do ano seguinte, ou porque as obras se atrasaram, ou porque as receitas não vieram ou porque os fundos comunitários se atrasaram, o pagamento se atrasou, só são contabilizados no ano seguinte e deixam a descoberto as contas do ano anterior.

Portanto o que nós dissemos ao Tribunal de Contas com toda a clareza, foi, no nosso entendimento, quais eram as receitas que faltavam receber do ano de 2009 e que foram contabilizadas em 2010.

Ao Tribunal de Contas competirá decidir se aquilo que nós dissemos nos valores que ultrapassam este limite estarão ou não estarão de acordo com a interpretação que têm sobre o endividamento líquido.

Se tal for entendido não haverá problema absolutamente nenhum, serão homologadas as contas, se tal não for entendido, serão homologadas na mesma, continuo a dizer que tenho as outras com reparos e um dos reparos será o limite que isto ultrapassar, será descontado no ano seguinte em 10%, não com a ligeireza que diz o Eng.º Baltazar, porque eles não são para ficar lá, é para abater dívida fixa desses 10%. Não é o Município que deixa de a receber, esses 10% serão canalizados especificamente para pagar dívida e não para fazer investimento.

É esta a explicação sobre a principal consequência, se ela existir, da questão da homologação das contas. Eu espero e continuo a esperar e penso que intenções, sem vir a decisão final depois da resposta, não pode haver, de que as contas serão homologadas depois desta decisão.

A outra questão que lá diz em Registo do Património Imobilizado, continuo-vos a dizer, é verdade que foi feito um esforço no Município estes anos todos, porque não havia nada de registo de património, mas é verdade que ainda falta fazer muito, nomeadamente no domínio público, dos caminhos, das estradas, dos largos, que acontece em todo o concelho e isso é o contrário, quanto mais registo de património houver, mais favorecido é o Município, que fica com maior capacidade de endividamento e de outro tipo de solvabilidade financeira, porque tem mais receita ou mais valor patrimonial registado. Queria deixar este esclarecimento da nossa parte, independentemente da análise que cada um pode fazer, ficasse nisto.

E terminava esta explicação com uma coisa muito simples.

É fácil dizer agora, quando as questões estão em crise e há alguns a levantar a questão nacional e a questão local, é fácil dizer que as pessoas esbanjaram dinheiro, gastaram mais do que podiam, agora numa fase de recessão, mas ninguém entende, nem ninguém põe à frente, que quando se exerciam os mandatos, se exerciam de acordo com a lei.

E a lei dizia que os municípios – e quem o não fazia prejudicava o seu concelho – que além das receitas correntes próprias, tinham um limite de endividamento legal, estabelecido por lei, que era entendido para financiar as respectivas diferenças entre as receitas e as despesas e o que interessava era não ultrapassar a lei e essa questão não foi ultrapassada nunca pelo município de Mirandela, isto que fique claro e objectivo.

Deputada Municipal Odete Ferreira (PS):

É só para esclarecer que quando falei em Abril sem festa, nem sequer me estava a referir à questão Mirandense, mas já agora aproveito, por ter sido notada cá a minha ausência, muito obrigada.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Prestado o esclarecimento, para encerrar este ponto, vamos já votar a moção apresentada pelo grupo parlamentar do PSD, que eu releio:

Moção

Devido às obras que estão a decorrer no IP4, as sinalizações foram alteradas, criando grandes constrangimentos aos utentes.

Como estas obras ainda vão decorrer durante bastante tempo, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Mirandela, sugere que seja vigiada e controlada esta sinalização, no intuito de sem colocar em causa a segurança de todos que ali trabalham e a percorrem, melhorar a qualidade da sua utilização.

Para tal, sugere-se que seja dado conhecimento desta moção à Secretaria de Estado das Obras Públicas, aos Governos Cívicos de Bragança e de Vila Real, ao concessionário e à Brigada de Trânsito.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Acho que a questão a quem vai ser enviada, depois deve ser discutida, deve ser enviada à tutela, seguramente, mas nós vamos votar a favor.

Um dos graves problemas de sinistralidade rodoviária neste país, continua a ser a má sinalização que temos e também a má condição do piso das estradas.

Perguntei ao Sr. Presidente quando tinham início as obras de ligação, a moção teria ficado um bocadinho mais completa, se para além de solicitarmos a melhoria na sinalização, também a colocássemos um bocadinho mais depressa, na resolução dessa ligação do nó a Mirandela. Sei que as condições financeiras não são as melhores, mas é uma zona de risco, como nós sabemos, sempre que há chuva, sempre que há gelo, portanto a moção teria ficado mais completa, no meu entender, se também se introduzisse essa preocupação e portanto seria uma moção desta Assembleia, mais partilhada e que iria dirigida não apenas à tutela central, mas também à Presidência da Câmara, porque a resposta que tem que se dar relativamente à ligação do nó da auto-estrada até Mirandela, como já foi aqui dito, é da responsabilidade da Câmara Municipal.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Penso que não há mais intervenções.

Vamos então proceder à votação desta moção.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Foi aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pelo grupo parlamentar do PSD.

4 – PERIODO DA ORDEM DO DIA.

4.1- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então entrar no Período da Ordem do Dia.

A palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu responderei às perguntas, o resto está escrito.

Presidente da Assembleia Municipal:

Quem se inscreve?

Tem a palavra o deputado Rui Magalhães.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Exm.ºs Srs. Presidentes, Secretário, Deputados Municipais, Público aqui presente.

Hoje resolvi vir falar deste local, na qualidade, não de membro da mesa, mas membro desta Assembleia Municipal, para partilhar convosco mais algumas informações, relativamente à segurança no concelho de Mirandela.

Estive também presente na reunião do Conselho Municipal de Segurança, que neste mandato já reuniu duas vezes, o que é excelente. Nessa reunião tomaram posse mais dois representantes, um da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo (ESACT) de Mirandela e outro do ISEIT-Instituto Jean-Piaget de Mirandela.

Nessa reunião foram levantadas algumas questões relativamente à segurança e à criminalidade no concelho de Mirandela, tanto quanto nos garantiram os representantes da PSP e da GNR, embora exista um ligeiro acréscimo na

criminalidade no concelho de Mirandela, eles entendem que a situação não é ainda preocupante, mas a verdade é que eu noto que existe algum sentimento de insegurança em Mirandela.

Ainda recentemente, já depois do decurso desta reunião, houve mais dois assaltos a dois estabelecimentos comerciais na cidade de Mirandela, um à plena luz do dia e outro de madrugada, há cerca de um ou dois dias. É uma situação que deve merecer alguma atenção por parte dos Agentes da Segurança Pública em Mirandela, embora, volto a dizer, não seja motivo de alarme social.

Foi também debatida a questão da nova Esquadra da PSP de Mirandela e nessa reunião disse-se que a obra em termos de construção civil estava terminada em 31 de Dezembro de 2010 e que não tinha ainda sido inaugurada, parece, por falta de dinheiro para aquisição do mobiliário.

Na altura previa-se a sua abertura para o dia 01 de Abril de 2011. Essa data já passou e ela continua sem estar aberta e sem servir os Mirandelenses e a propiciar aos Agentes de Segurança Pública melhores condições no exercício das suas funções.

Relativamente à Esquadra da GNR de Torre de D. Chama, o que na altura se falou e foi garantido também pela Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Torre D. Chama, é que as obras iriam avançar em breve, sendo da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela os arranjos exteriores.

Eu aqui gostaria que o Sr. Presidente da Câmara partilhasse com esta Assembleia as informações que tem porque já decorreram dois meses e não sei se há ou não há novos desenvolvimentos relativamente a estas duas infraestruturas tão necessárias à população de Mirandela e de Torre de D. Chama. Muito obrigado

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. deputado Carlos Fraga.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Muito bom dia Sr. Presidente e Srs. Deputados. Todos são deputados municipais, como manda o Regimento, quer sejam Presidentes de Junta quer sejam membros eleitos directamente.

Isto não impede da minha parte que haja também uma palavra de saudação para o Sr. Presidente da Câmara e para os Srs. Vereadores presentes neste momento na mesa e também para a comunicação social e algum cidadão presente a acompanhar os trabalhos desta Assembleia.

Quanto a esta informação escrita do Sr. Presidente, seriam três tópicos, mas o orador anterior, o ilustre deputado Dr. Rui Magalhães que já falou sobre o Conselho Municipal de Segurança, portanto eu vou abdicar, porque alguma da matéria seria também por mim questionada mas já fiquei com informação que considero suficiente.

Queria referir o seguinte:

Na informação que nos é dada é um voto de parabéns ao Município no que respeita ao evento que decorreu que foi a Feira à Moda Antiga. Foi um evento extremamente positivo que decorreu na cidade. Movimentou pessoas, trouxe cá pessoas, houve animação, fez-se negócio e isso vem no sentido daquilo que eu também referi na reunião anterior, de a cidade precisar da tal animação turística.

Eu considero-a neste contexto e que o Sr. Presidente também entendeu que havia necessidade isto porque Mirandela, quer queiramos quer não, alguma gente tem ciumeira, mas é no meu ponto de vista a capital por excelência de Trás-os-Montes, a terra centralizada e é aqui que toda a gente se cruza, nós estamos virados para o turismo.

Não vamos fazer comparações com Vinhais ou com Moncorvo, o que me interessa é que a nossa terra tenha movimento e para ter movimento é preciso haver mais eventos do género da tal Feira à Moda Antiga. Têm que ser coisas reais e esta foi uma coisa real e boa. Parabéns a todos aqueles que nela participaram e que a motivaram.

O outro tópico que aqui queria dizer, eu não sei se acredite ou não acredite, mas fico um bocado pasmado mas está aqui escrito, tem a ver com a gestão de recursos humanos e fiquei pasmado por isto. Quase 500 trabalhadores, não tenho nada contra os trabalhadores, não tenho nada contra quem trabalha na Câmara, aparece aqui o número 492 trabalhadores. Esta Câmara e este Sr. Presidente levam 16 anos de mandato de executivo e eu gostaria de Câmara e este Sr. Presidente levam 16 anos de mandato de executivo e eu gostaria de saber quando ele tomou posse como Presidente da Câmara, quantos funcionários na altura tinha a Câmara ao seu serviço. Parece que não acredito neste número. Depois diz noutro ponto, outros, 28, mas que outros? Quais são esses outros 28? É costume dizer-se na gíria popular que na nossa casa há sempre lugar para mais um, mas cuidado, se é que estes números são reais, eu não sei. Cuidado, haverá lugar sempre para mais um, mas com tamanha enxurrada a casa acaba por rebentar pelas costuras.

Fico pasmado com este número apresentado de 492 trabalhadores. É caso para pensar e repensar e ver como é que isto pode ser progresso, envolvimento, sim senhor, mas às vezes o progresso nem sempre é progresso, é retrocesso e a confirmarem-se estes números, para a evolução que eu tenho visto no município, acho que houve aqui algo que correu mal, pessoas que foram colocadas em excesso.

Para terminar, Sr. Presidente da Mesa, ainda estamos em tempo de Páscoa, acho que se distribuíram para aqui amêndoas doces a mais, a muita gente. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também, a mesa não deixa de ter isso em consideração, estamos na Pascoela, não é.

Deputado Luís Sousa, tem a palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Eu também vou referir algo sobre o ponto 4 e 5, Gestão de Recursos Humanos e Reorganização de Serviços, porque também eu fiquei surpreendido com o número ainda que nunca nos tenha sido facultado essa análise longitudinal da evolução do número de funcionários da Câmara.

O facto é que actualmente, a Câmara Municipal de Mirandela tem cerca de dois funcionários por cada cem habitantes o que está acima da média nacional, que é de um trabalhador por cada 78 habitantes. Nós estamos com 1,9, quase 2 por cada 100 habitantes.

Em várias ocasiões ao longo deste mandato solicitei ao Executivo em permanência que facultasse aos membros desta Assembleia um estudo objectivo e rigoroso que nos permitisse fazer uma análise longitudinal e funcional das necessidades da evolução de recursos humanos desta Câmara mas nunca nos foi facultado tal documento.

Na reunião de 24 de Setembro de 2010 o Executivo submeteu à apreciação desta Assembleia uma proposta de alteração do mapa de pessoal e reorganização dos serviços municipais que também não vinha com qualquer fundamentação que justificasse as opções tomadas.

No recente processo de reorganização de serviços e de reafecção de recursos humanos às várias unidades orgânicas, nós gostaríamos de perguntar o seguinte:

Quantos novos funcionários ou contratados a recibos verdes, - vou incluir na definição de funcionários uma maior abrangência – foram contratados com esta reorganização de serviços?

Quantos dos já existentes com contratos a termo, com recibos verdes ou o que quer que seja, foram dispensados neste processo de reorganização de serviços e reafecção de recursos. E que nos diga também a variação do número de funcionários municipais de 2008 para 2009 e de 2009 para 2010. Já não vou tão longe porque as funções das Câmaras também se vão alterando e algumas novas competências vão-lhe sendo atribuídas, mas gostaríamos de ter o mapa dessa evolução de recursos.

Já agora gostava também de perguntar se faz parte da política de valorização de recursos humanos deste município que os funcionários sejam retirados das suas funções sem qualquer explicação porque me parece que houve com alguma reorganização de serviços foi que as pessoas não souberam bem porque razão foram enviadas a prestar outras funções noutros sectores e sempre que se faz este tipo de reformas estruturais era que ficasse tudo claro e explicado aos vários funcionários.

Também consideramos que a formação dada aos funcionários continua a ser insuficiente para as tarefas que lhe estão confiadas, eu daria como exemplo o projecto da criação do sistema de informação geográfica que aliás bem mencionado no Relatório de Contas, começa em 2003 com o trabalho de um funcionário da Câmara recrutado para esse efeito, sei que as pessoas que estavam envolvidas nesse projecto, são três funcionários mais uma coordenadora, fizeram um trabalho incansável durante oito meses, aquilo que para uma empresa privada custaria balúrdios de dinheiro à Câmara. Há projectos que podemos desenvolver com recursos próprios e devemos fazê-lo. É claro que é necessária alguma formação e formação continuada, especialmente esta matéria, porque o tratamento de novas tecnologias de informação e comunicação, há sempre novos desenvolvimentos.

Tanto quanto sei foi solicitado a este grupo que desenvolvesse paralelamente ao sistema de informação geográfica existente - caríssimo para as empresas, a preços de ouro – que fosse desenvolvido um sistema de informação geográfica com um software livre, o que é uma excelente estratégia, foi por nós sempre defendida nesta Assembleia, porque reduz os custos para a Câmara, do ponto de vista de licenciamento e cria também competências internas na gestão desses próprios programas e portanto nós somos sempre a favor da revalorização dos recursos humanos da Câmara, quanto não seja porque há aqui uma questão económica séria, que é a questão do licenciamento destes programas, que são extremamente caros.

Há aqui um problema de formação, há um problema de reorganização de serviços que por vezes não é comunicada da melhor maneira aos funcionários e no que concerne este caso em particular, gostaríamos de saber do Executivo se de facto o projecto de open-source para este sistema de informação geográfica que foi desenvolvido pelos nossos funcionários, se continua a ser uma prioridade desta casa ou não.

Outra questão também, relativamente aos recursos humanos, é por vezes a falta de sensibilidade para gerir alguns conflitos internos dentro das instituições, isso é normalíssimo isso acontecer, seguramente a Câmara Municipal não será o único caso, mas é preciso ter alguma sensibilidade, nós tivemos várias pessoas ao longo deste mandato e do anterior que por vezes se dirigiram a nós, com alguma insatisfação do modo como teriam sido tratados e do tipo de linguagem utilizada, que é uma linguagem, que no meu entender é completamente despropositada, linguagem do tipo “você não se esqueça fui eu que o meti cá”, ou veja lá que a situação lá fora está difícil”, este tipo de linguagem, francamente, é despropositada, é ofensiva e é intimidatória. Esse tipo de linguagem deveria deixar de existir e deveria sim, sempre que não se consiga resolver este tipo de conflitos internamente ou porque não se têm as competências para o fazer ou não se tem a devida distância, são meios pequenos, chamemos o apoio de alguém que os consiga resolver, mas é extremamente importante sanar estes problemas da melhor maneira, dentro da instituição, para que todos possam estar a remar na mesma direcção.

Ainda neste tema de recursos humanos e reorganização de serviços, a questão dos estágios, eu gostava de saber qual é o acompanhamento que se tem dado aos estagiários que estão dispersos nalgumas actividades da Câmara Municipal. Tive uma vez ocasião de ir aqui ao Museu e havia lá um estagiário e o rapaz parecia-me todo perdido, é preciso ter um bocadinho de acompanhamento, estou a dizer isto, Sr.^a Vereadora, não leve como uma crítica negativa e é apenas uma chamada de atenção. Acho que o papel dos estágios é de formação e, portanto, é necessário um acompanhamento e uma avaliação e que eles também se sintam realizados naquilo que estão a fazer. Às vezes tarefas menores que não têm qualquer utilidade para a sua vida profissional futura mais valia ficarem em casa a ler uns livros e a prepararem-se para o mercado de trabalho.

Situação financeira porque também vem aqui na apreciação da informação do Sr. Presidente da Câmara, sem prejuízo da avaliação do Relatório e Prestação de Contas que vai ser feito, há aqui números que importa reflectir.

Grosso modo, os compromissos assumidos e não pagos, reportados a 31 de Março de 2011, igualaram a dívida à banca.

A receita cobrada à data de 31 de Março, é grosso modo, cinco vezes inferior ao valor da dívida global assumida até à data que são reportadas as conta. Repito, cinco vezes menos.

Os juros e encargos com a banca ascendem a 246.000,00 Euros estou a dar números redondos.

Os impostos directos cobrados no nosso município, 303.000,00 Euros, não chegam sequer para pagar os juros e subsídios atribuídos pela Câmara.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. Deputado, tem dez minutos de intervenção.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito obrigado, estou mesmo a concluir.

E por último, Ponto 7, Plano de Contenção de Despesas e Aumento de Receitas, quanto ao Relatório sobre a execução das Medidas do Plano Municipal de Contenção de Despesas e de Aumento de Receita, não nos pronunciaremos quanto à sua efectiva implementação porque desconhecemos por completo os valores absolutos a que se referem as percentagens enunciadas. Se vocês abrirem a informação que vos foi enviada, vão ver que estão aí anunciados cortes de 50, 70, 80, etc., mas não havendo valores absolutos, francamente, para mim são figuras abstractas.

De qualquer das maneiras estou seguro que haverá figuras de concreto que correspondem a essas percentagens mas como não estão aí não nos pronunciaremos sobre isso.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado, tem a palavra o deputado Pedro Fonseca.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Mais uma vez bom dia.

Sr. Presidente da Câmara, a justificação que apresentou para a não conclusão das obras do Cachão não satisfaz ninguém e eu passo a explicar porquê.

A conclusão das obras de arruamento e pavimentação do ex-bairro social, que a partir do momento em que as casas foram compradas deixou de o ser, está adjudicada à empresa Maquisusi, empresa que é credora da Câmara. A Câmara Municipal ainda não pagou a totalidade da obra a esta empresa.

A construção da Etar está adjudicada a outra empresa, esta é a Cincof. Não venha aqui tentar misturar as coisas porque uma coisa não tem nada a ver com a outra. Esgotos é uma coisa, a construção da Etar é outra.

Não sei se também por esquecimento ou por omissão, não respondeu a outra pergunta que lhe fiz relativamente à Mirapapel e ao aluguer de espaço no Cachão e ao armazenamento dos lixos. Fiz-lhe esta pergunta e passo a lembrar-lhe o incómodo que tem causado naquela localidade, a nível de maus cheiros, de aumento de insectos e eu quero-lhe perguntar novamente se a legislação prevista para este tipo de unidades e de armazenamento de lixos está a ser acautelada e está a ser cumprida.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

É muito rápido Sr. Presidente.

Apenas para referir no que respeita à Informação escrita do Sr. Presidente do Executivo, que sim senhor é um acto público a assinatura da escritura da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, conforme foi aqui aprovado, mas eu gostaria de lembrar, pedir ou solicitar, não sei o quê, mas em termos da produtividade, que o Executivo procurasse obter e divulgar à Assembleia os resultados destas adesões a estas agências.

Lembre-mo-nos que aderimos à Qualifica, no sentido de esperar que esta adesão venha a ajudar e a contribuir para o desenvolvimento dos produtos regionais e não sabemos se foi feito qualquer estudo, qualquer coisa, o que é que se passa. Aderimos à Agência de Energia de Trás-os-Montes e também não sabemos para quê.

Quero reiterar o pedido de que com periodicidade anual, ou seja o que for, seja publicado um pequeno relatório sobre o que é que estas adesões têm feito ou o que fazem. Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente.

Ficaram aqui algumas dúvidas que convém esclarecer. O deputado Carlos Fraga prestou aqui um serviço público. Pensei que era do conhecimento da Assembleia ou dos membros da Assembleia que acompanham as actividades da Câmara Municipal e afinal não é por culpa da Câmara, evidente, porque toda a gente aqui acompanha a actividade da Câmara, portanto, é a Câmara que não tem sabido explicar, nomeadamente nesta questão de recursos humanos.

Começo só pelo Rui Magalhães para fazer o ponto da situação.

A Esquadra da PSP está pronta e na próxima semana, penso eu, já terá a mudança dos efectivos. Não sei depois quando se fará a inauguração mas deve ser durante o mês de Maio, de certeza antes de 5 de Junho, quase de certeza absoluta, será inaugurada.

Em relação à Torre D. Chama, está na fase final de concurso a obra. Mais uma semana e estará pronto o relatório final dessa obra.

Juntando as respostas ao Carlos Fraga e ao Luís Sousa, dizer-lhe apenas o seguinte:

Eu acho que isto foi um acto público e vou-vos dizer porquê. Acho que os meus serviços dos recursos humanos, devem enviar a todos os membros da Assembleia Municipal pelo menos dois pontos: que funcionários nós tínhamos em 31 de Dezembro de 1996 (e eu digo 96 porque eu tomei posse de Presidente da Câmara Municipal em Fevereiro ou Março de 1996) e que funcionários temos em 30 de Dezembro de 2010, que já os tem aí, 492.

Em finais de 2006 havia na Câmara cerca de 340 funcionários. Neste momento, diz o Sr. Fraga e bem, 492, até parece que nós metemos nestes 15 anos, já lá vão 15 anos, cento e não sei quantos funcionários quando isto não é verdade e vou dizer porquê. Pensei que o ano passado, quando se assinou o contrato de execução com o Ministério da Educação, vocês tivessem percebido e aí a culpa é nossa, que nesse contrato de execução, passavam para o Município de Mirandela 149 funcionários do Ministério da Educação.

Portanto, nos dois agrupamentos da Torre D. Chama e Mirandela, existem 149 funcionários que eram do Ministério da Educação até 2009 e que passaram para os quadros de pessoal do Município de Mirandela. E mais do que isso, há 70 funcionários nas escolas, que se chamam as tarefeiras e as acompanhantes da componente de apoio à

família que também constam deste quadro de pessoal que são apenas tarefas anuais mas que são também obrigação dos programas do Ministério da Educação. Faço questão que este relatório vos chegue exaustivamente porque dá 220 funcionários exclusivamente dedicados ao Ministério da Educação. É para saberem quanto pesa a educação nos municípios, transferida pelos governos, neste caso pelo Governo do país, 220 funcionários.

Basta uma conta por alto para perceber que se vamos em 492, nós diminuimos mais de 60 funcionários em relação a 31 de Dezembro de 2006, em termos do que é municipal. Penitencio-me porque pensei que as pessoas pudessem entender ou subentender, eu penso que sim, que vai chegar antes da próxima Assembleia a todos os membros da Assembleia Municipal o quadro efectivo do pessoal e o que é duma coisa e o que é doutra, para perceberem o que pesa ou não pesa e depois cada um fará o juízo crítico que entender.

Em relação aos casos pessoais que foram aqui levantados, nomeadamente pelo Luís Sousa, não vou falar sobre eles como Presidente da Câmara. Isso é uma questão de gestão de recursos humanos, muito mais quando eles passam para o exterior que são mal ou bem tratados. Às vezes não tem nada a ver com o trabalho nem com a produtividade do trabalho mas não quero entrar nessas questões. Já são 15 anos de Presidente da Câmara e já me deparei com várias situações de recursos humanos mas felizmente nunca tive grandes problemas nesse domínio e penso que nunca virei a ter porque tenho uma maneira de gerir que não me tem criado grandes conflitos. É evidente que haverá alguns e haverá também pessoas insatisfeitas, há de certeza absoluta, mas não vou falar sobre os casos individuais, nomeadamente os aqui levantados.

Quanto à questão do Pedro Fonseca, eu também não dei resposta para satisfazer ninguém. Disse o que eu acho que devia responder. Esqueci-me da Mirapapel mas como sabe a Mirapapel é uma empresa certificada em termos ambientais - e poucas há - portanto, se é certificada tem obrigação de cumprir a legislação para continuar a ser certificada. Eu penso que ela está a cumprir, vou ver agora, já que levanta a questão, e mandar os técnicos perceber se está ou não está a ser cumprida, não basta estar certificada porque tem na mesma que cumprir os objectivos da certificação. Depois, ainda não comprou nada no Cachão. Aquilo que dizem não é verdade. Têm intenção de mas ainda não tem, não pagou, nem fez escritura rigorosamente de nada. Está alugada aquela primeira que estava já no início, de resto têm intenção de, mas não está nada concretizado, mas vou averiguar.

O que eu disse não é que houvesse ligação em termos de obras nem de pagamentos de obras, eu sei que são empresas diferentes, é que estão combinadas algumas obras de escoamento do saneamento para a Etar e de localização de situações para fazer essa transmissão, que podem estar à espera de uma coisa e de outra para se fazerem, foi a única coisa que eu disse, porque tecnicamente é assim, não disse que uma desculpava a outra, antes pelo contrário, até porque uma é da responsabilidade das águas de Trás-os-Montes e a outra é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Está a pedir a palavra para este efeito, ainda, Sr. deputado?

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Para este efeito, é que ficou por responder a uma pergunta que gostaria, já agora, que o Sr. Presidente clarificasse.

Relativamente ao sistema de informação geográfica, o projecto que estava a ser desenvolvido por funcionários deste município, que receberam alguma formação, pouca, mas receberam alguma para desenvolver isso, e que hoje, tanto quanto sei foram afastados desse projecto. O que eu gostaria de saber é se nós continuamos com uma política de apostar na utilização de software livre para a criação deste projecto ou se continuamos com uma política de andar a pagar a empresas quantias chorudas por licenças.

Presidente da Câmara Municipal:

Eu não sei exactamente em concreto e, como tal, não lhe respondo, não está aqui o Eng.º Branco que tem essa responsabilidade e passo a explicar também a ausência. Durante a madrugada o sogro teve um AVC e teve que ir para o hospital e é a justificação de não estar aqui presente. Mas não tenho ideia dessa informação por escrito, não sei.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Depois pode, se não se importa transmitir isso ao Sr. Vereador e ele enviar-me a resposta.

PONTO 4.2 - C. M. M. – PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 – CMM

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra, sendo 2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP:

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Passamos então ao Ponto 4.2, Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2010.

Srs. deputados, inscrições.

Sr. deputado Dinis, faz favor, pode usar da palavra.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

O Relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2010 da Câmara Municipal é como de costume apresentado a esta Assembleia Municipal dando cumprimento ao artº 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro.

Como nos anos anteriores, entendo que as “Contas” são da competência do Tribunal de Contas, pois tecnicamente elas estarão correctas e serão eles que irão ou não validar esses resultados.

Relativamente ao Relatório de Actividades é que devemos fazer uma análise política da actividade desenvolvida durante este ano.

Estes documentos são geralmente interpretados de maneiras diferentes quer pela Oposição quer pelo grupo parlamentar do P.S.D. que apoia o executivo em permanência.

Em relação às intervenções da oposição é o costume, fazem o seu papel e realçam os aspectos que mais lhes interessam, sabendo que não estão correctos ao não referirem aquilo que os podem prejudicar nas suas intervenções. Enfim, não os podemos levar muito a sério pois cumprem o seu papel de oposição. Compete-nos a nós, que apoiamos o executivo, refutar essas opiniões e lembrar aquilo que eles, apesar de saberem, não querem admitir.

A crise financeira que começou em 2008 e nos levou a este caos económico, durante a governação socialista, tem-se reflectido na diminuição de receitas para os municípios.

A Câmara de Mirandela recebeu menos 53% de reembolsos de Fundos Comunitários, as receitas de obras e loteamentos caiu 45%, as receitas do Ministério da Educação presenteou-nos com menos 15%, e segundo sei 2011 ainda é pior, pois a Sr.ª Ministra julga que é com risinhos que se pagam os transportes escolares, as refeições e outras actividades que mais á frente demonstrarei. Tudo isto representa em relação a 2009 uma diminuição da receita quase de **4 milhões de euros**.

A acrescentar a esta diminuição de receita, temos que acrescentar que o atraso na entrada de receitas de capital de obras financiadas e já executadas, só no caso das estradas Avantos / Alvites e Avidagos/Abreiro **são 3 milhões de euros**, faz com que a execução da despesa de capital tenha descido em comparação com 2009.

Mas descidas destas, vamos ter constantemente durante os próximos 10 anos, pois nós vivemos num país diferente daquele em que plana o Engº Sócrates. Pode mostrar a lágrima no canto do olho, mentir com convicção, dizer que a culpa é dos outros, porque já poucos acreditam a não ser os que estão sentados à mesa do orçamento e os profissionais dos subsídios, pagos por aqueles que trabalham ou trabalharam durante toda a vida.

Mas apesar de todas estas contrariedades, é de louvar o trabalho que o executivo em permanência fez durante o ano de 2010. Minorar os efeitos da crise na vida das pessoas, foi o objectivo principal deste executivo PSD.

Para a oposição nada foi feito, por isso têm necessidade que alguém lhes recorde algumas das coisas que foram feitas.

No Ensino:

- Deu-se arranque ao processo do novo centro escolar, com a escolha do projecto vencedor, adjudicação do projecto de arquitectura e especialidades que aguarda homologação da DREN, para se dar início à construção;

- Continuou-se a apostar na qualificação dos jovens do 1º ciclo através das AEC, no reforço das tecnologias de informação e comunicação, através de uma candidatura apresentada e aprovada à Economia Digital e Sociedade de Conhecimento para dotar as escolas do 1º ciclo e jardins de infância de condições para a generalização do acesso à Internet;

- Distribuição gratuita de fruta variada em todas as escolas do 1º ciclo, duas vezes por semana;

- Concedeu uma comparticipação financeira para aquisição de manuais escolares para alunos do 1º ciclo;

- Isentou todos aqueles que não possuem recursos financeiros às refeições escolares e transportes escolares para as crianças do 1º ciclo e jardins-de-infância.

- Manteve um forte investimento na rede de transportes escolares, que representa um enorme esforço do município, pois o Ministério da Educação apenas comparticipa com menos de 10% do custo total.

Para conhecimento dos Srs. membros da Assembleia Municipal a Câmara gasta à volta de 900 mil euros, suportando 90% desses gastos com o seu orçamento. Estes gastos não podem, nem devem ser considerados despesas correntes, mas sim investimento na educação das nossas crianças.

Há necessidade de mudarmos culturalmente o nosso povo, porque se fossemos um país mais desenvolvido culturalmente de certeza que não estaríamos no abismo em que nos encontramos. Estes aprendizes da política já teriam mudado de vida, assim vão-se banquetear, enquanto o povo lhe bate palmas.

Mas relativamente ao ensino ainda ocorreram outros factos dignos de serem realçados:

- Foi aberto o concurso público, já publicado no DR do projecto de construção do Novo Edifício da Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo. É um passo importante para que daqui a 2 anos o ensino superior público, tenha instalações definitivas e se consolide em Mirandela, Prevê-se cerca de 2000 alunos a enriquecer e dinamizar a economia de Mirandela;

- Foi também assinado pelo Sr. Ministro da Agricultura um protocolo para a construção de um Centro Tecnológico do azeite em Mirandela;

- A Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes fez um acordo com a televisão “Porto Canal” para cobertura mediática dos 15 concelhos que a compõem, em que a sede desta delegação é em Mirandela;

- Na Biblioteca Municipal, colocou-se uma sala com computadores, ensinando como usá-lo e como navegar na Internet dirigido especialmente aos reformados.

No campo social podemos referir várias iniciativas:

- A Rede Social de Mirandela através do Banco Solidário, procedeu à recolha de alimentos para distribuir a famílias carenciadas. É de louvar o esforço de muitos voluntários do banco local, dinamizados pela S.C. da Misericórdia e pelo Município;

- O executivo e a Assembleia Municipal aprovaram um conjunto de incentivos às famílias e às empresas, para atenuar alguns dos efeitos mais graves da crise. A redução de 5% no IRS, a fixação da taxa mínima no I.M.I e no IMT. Reduções que representam um valor superior a 1 milhão de euros, que os contribuintes do concelho deixaram de pagar;

▪ Este Executivo PSD fez transferências de competências e recursos, efectuando trabalhos de modernização tecnológica em algumas Juntas de Freguesia, para que os seus municípios efectuassem nas respectivas Juntas o pagamento de serviços, tais como água, luz, telefone, segurança social, seguros e carregamentos de telemóveis;

▪ Criaram-se consultas médicas na junta de S. Pedro Velho e Fradizela;

▪ Contribuiu significativamente para que as obras nos Lares de Idosos do Romeu e de S. Pedro Velho, bem ao contrário do que o governo tem feito desprezando todo o interior do país;

Para este executivo em permanência, primeiro estão as pessoas e as suas condições de vida. Será também isto despesa corrente? Não interessa a classificação o que interessa é o objectivo a atingir.

Relativamente a obras, também nos apresentou muito trabalho. Apesar de não haver obras de grande volume, fizeram-se muitos trabalhos que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida dos municípios. Convém relembrar algumas, que por vezes nos passam despercebidas:

▪ Construção de várias lombas, em locais onde existiam passadeiras. Pavimentação e remodelação de vários passeios e substituição de vários pisos em muitos pontos da cidade;

▪ Iluminação do acesso ao Parque de Campismo e instalação de painéis solares junto da residência de estudantes e nas oficinas duas unidades de produção de energia fotovoltaica e solar térmica;

▪ Rega automática nos jardins, com o objectivo de diminuir o recurso à rede de abastecimento de água potável;

▪ Trabalhos de arranjo urbanísticos no Bairro do Fomento, transformando aquele bairro num local aprazível e com qualidade de vida;

▪ Continuamos a assistir, em bom ritmo à construção da futura clínica de hemodiálise e do Hospital Terra Quente, que se encontra num estado já bastante adiantado (o que faz subir a tensão arterial a alguns velhos do Restelo), à nova esquadra da PSP que já está concluída, mas que ainda não foi inaugurada, porque não há dinheiro para comprar o mobiliário (este governo é um espanto);

▪ Continuaram a fazer-se novos ramais e novos aumentos na rede de saneamento, novos calcetamentos em 15 freguesias, novos ramais de água e melhorou-se a qualidade da água em Rego de Vide e construiu-se um novo depósito de água potável no Romeu, uma estação elevatória em Frechas, uma ETAR no Cachão e outra em Cedães.

▪ No campo viário deitou-se novo piso nas estradas municipais Avantos/Alvites e Avidagos/Abreiro, obras que foram superiores a 3 milhões de euros. Fez-se a ligação da ponte da Formigosa a Chelas e melhorou-se caminhos rurais na zona dos Avidagos.

Isto é uma pequena parte daquilo que se fez em 2010.

Quanto a candidaturas a projectos comunitários, este executivo em permanência também realizou um bom trabalho:

▪ Promoção da Eficiência Energética e Utilização Racional de Energia, que permitirá poupanças significativas na factura energética, investimento de **414 mil €** complementada com outra candidatura já aprovada “Acções Inovadoras para o Desenvolvimento Urbano Mirandela XXI - Gestão do Espaço Público e do edificado no valor de **117 mil €**

▪ Apresentou uma candidatura ao ON2 para “Sistemas Energéticos em Piscinas Cobertas” com um investimento de **497 mil €**

▪ Concorreu à candidatura de “Política de Cidades Polis XXI-Acções Inovadoras para o desenvolvimento Urbano, QREN eixo IX-Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional”. **Conseguiu aprovar 3 operações entre as 13 aprovadas a nível nacional, um investimento total de 3 milhões e 983 mil €** Estas candidaturas devem ser ligadas à Candidatura “Tua Mirandela” que representa um **investimento já aprovado de 10 milhões €**

Podemos ter opiniões contrárias, é legítimo, mas temos que reconhecer valor às pessoas que se envolveram na feitura destas candidaturas, lideradas pelo Sr vice-presidente Eng. Branco.

Protocolos já assinados:

▪ Parque Eólico. Protocolo assinado em Outubro, constituindo um “Fundo de Desenvolvimento Regional da Terra Quente “com a empresa Perform 3, vencedora do concurso para a instalação de um parque de 25mwa. Além dessa construção, esse fundo irá instalar no concelho mais 500Kw de painéis solares e equipamentos de fluxo de iluminação pública, **investimento que rondará 10 milhões €**. Outros municípios preferiram receber as contrapartidas para aplicarem em despesas correntes, mas este executivo PSD preferiu garantir o investimento que representa um Parque Eólico, que ficasse associado a critérios de sustentabilidade económica;

▪ Foi assinado outro protocolo entre a Câmara e o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, que vai permitir a construção do novo quartel da GNR em Torre D. Chama.

Quanto a acontecimentos, eles são tantos e diversificados, que temos para todos os gostos, mas há um que devo realçar, “Operação Viriato 2010” que envolveu 300 elementos das Operações Especiais de Lamego, a actuarem em vários pontos do concelho.

Fins-de-semana e feriados, são dias em que encontramos muita gente que nos vem visitar e movimentar especialmente o comércio local (até parece que não há crise, o Eng. Sócrates já conseguiu anestesiar as pessoas).

Em conclusão, e apesar da penúria em que esta governação socialista nos colocou, a execução conseguida traduz o sentido de responsabilidade desta gestão, que colocou nas suas prioridades as pessoas, pois são elas o presente e o futuro de Mirandela.

Senhores deputados municipais da oposição, coloquem num lado as dificuldades económicas da Câmara e do país e o que ela realizou e com certeza que irão votar este ponto favoravelmente, porque cego não é o que não vê mas sim aquele que não quer ver.

Para terminar, o grupo parlamentar do PSD, vai votar favoravelmente o Relatório e Conta de Gerência de 2010 e espera que o executivo continue a trabalhar para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho.

Muito obrigado pela atenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o deputado Faustino Cunha, por favor.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Muito obrigado Sr. Presidente.

Exm.º Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia e do Executivo.

Vou referir-me apenas em relação às contas apresentadas.

Não quero pronunciar-me quanto à obrigatoriedade do artº 47.º, n.º2 da Lei das Finanças locais, que passo a citar:

As contas dos Municípios e das Associações de Municípios que detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local, são remetidas ao órgão deliberativo para apreciação, juntamente com o certificado legal das contas e o parecer sobre as contas, apresentado pelo Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisões Oficiais de Contas.

Foram apenas apresentadas as contas do Metro de Mirandela e não recebemos qualquer informação relativa ao Hospital Terra Quente ou ao Complexo Agro-industrial do Cachão.

Apenas como uma breve entre parênteses em relação ao orador que me antecedeu, eu por acaso, no Plano Plurianual de Investimentos, não vi quaisquer referências à construção da Esquadra nem do Hemodiálise, nem do Hospital da Terra Quente. Mas se calhar fui eu que não vi.

Começo assim por apresentar um pequeno mapa resumo comparativo da realização de algumas contas no ano de 2010 e referir a evolução das contas no ano de 2010 versus 2009 e ao previsto para 2010.

Vou falar apenas em milhões de Euros para não estar aqui a maçar com muitos números.

MAPA COMPARATIVO

(Milhões de euros)	(1) Real 2009	(2) Prev 2010	(3) Real 2010	(%) 2/1	(%) 3/2
REC.CORRENTES	13,9	19,6	15,1	109	77
Imp. directos	1,7	1,8	1,9	112	105
REC. DE CAPITAL	9,6	26,9	4,8	50	18
Venda de terrenos	0,4	2,5	0,04	10	1,6
Transf. FEF	4,0	4,0	3,7	90	93
Proj.Co-financiados	2,2	13,5	1,0	50	7
RECEITA TOTAL	23,5	46,5	19,9	85	42
DESP.CORRENTE	18,6	22,5	18,8	100	84
Desp. c/ pessoal	7,5	8,4	7,6	100	90
Aq. Bens Serviços	8,1	10,8	9,0	110	83
Aq. Serviços	6,1	8,4	7,3	120	87
Transf. correntes	1,8	2,2	1,4	78	64
Idem Freguesias	0,1	0,1	0,02	20	20
Desp. CAPITAL	19,6	24,2	15,5	79	64
Ap. Bens Capital	16,8	19,9	13,9	82	70
Transf. Freguesias	0,9	0,9	0,3	33	33
DESP. GLOBAL	38,2	46,8	34,3	90	73

Nas receitas correntes, por exemplo, o ano de 2010 conseguiu arrecadar mais 70% do que em 2009. No que respeita ao objectivo previsto, ficaram nos 77%.

Mas nos impostos directos ultrapassou-se a previsão, 105%.

No que respeita às receitas de capital, aqui é que as coisas estão mal, porque arrecadaram-se apenas 50% do que se arrecadou em 2009 e arrecadaram-se 18% do que estava previsto.

Na venda de terrenos só se arrecadou 1,6% do que estava previsto.

Nas transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, noventa e tal por cento.

Nos projectos co-financiados arrecadaram-se 7% do que estava previsto. A receita total apenas 42%, já que a receita corrente real de 2010 face a 2009 foi de 85%.

No que respeita à despesa com pessoal, a mesma coisa, até por acaso ligeiramente mais do que em 2009.

Na aquisição de bens e serviços também anda pelos 100, 80%.

As transferências para as freguesias, cuidado, 20% apenas do que se realizou em 2009 e 20% apenas daquilo que estava previsto.

Nas despesas de capital, andámos pelos setenta e tal por cento.

Acho que posso considerar algumas observações:

1- Na receita, não fora os projectos co-financiados a autarquia registou uma realização praticamente ao nível de 2009.

2- Na despesa pode dizer-se o mesmo, exceptuando as transferências para as freguesias que representaram apenas 20 a 30 por cento do registado em 2009.

3- Quanto ao desfasamento entre as previsões para 2010 e o efectivamente realizado, reflecte-se nas receitas correntes um aumento de impostos e uma efectivação ao nível dos 77%.

4- Já nas receitas de capital, é notório o exagero da previsão, arrecadando-se apenas 18% do previsto, sendo de apenas 7% nos Proj. Co-financiados.

5- É um enigma saber o que aconteceu a uma realização de apenas 1,6% na venda de terrenos.

Globalmente pode dizer-se que o executivo planeou exageradamente mal e teve uma capacidade de realização ao nível de 2009.

Porém, onde se constata os cortes que doem é ao nível das transferências, estrangulando as freguesias.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Presidentes da Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

A intervenção do deputado Professor Dinis faz-me voltar atrás a outras Assembleias e puxar pela minha memória. Puxando pela minha memória, na altura aplaudi numa intervenção dele em que ele dizia que aqui se faz política e era isto que eu lhe queria lembrar, uma intervenção sua e esta é a casa onde se faz política concelhia por excelência.

Por outro lado, também nesta linha e não é meu interesse, como já demonstrei várias vezes, entrar em discussões de política nacional, chega-nos e sobra-nos o que temos em mãos de política concelhia, não consigo deixar de lhe dizer duas ou três coisas, que passam pelo seguinte:

O Governo Central é mau para umas coisas e bom para outras e esquece que as grandes realizações de que o Sr. deputado fez menção na sua intervenção, como o Quartel da Polícia ou o Quartel da GNR da Torre, têm a ver com o Governo Central.

Por outro lado, o Centro Escolar tem a ver com o Governo Central e vamos dar os nomes às coisas e pô-las onde devem ser postas. Não pode ser bom para umas coisas e mau para outras. As grandes realizações do concelho têm na generalidade a ver com o Governo Central, bem ou mal.

Por outro lado, e eu comecei por dizer que não queria falar da política a nível nacional, para mim, este descalabro tem 25 ou 26 anos e estou disponível para poder falar sobre ele onde quer que seja, não aqui, mas em qualquer fórum, estou disponível para falar sobre ele.

E gostaria de lhe falar em duas realizações que já foram aqui lembradas por um deputado desta casa: o Centro Cultural de Belém e a Ponte Vasco da Gama. São duas realizações que ilustram todos os disparates, mais os estádios de futebol, só para voltar atrás, aos 25 anos e para repor as coisas.

E rematando esta questão, gostava de lhe dizer o seguinte: com a entrada na Comunidade, a Comunidade deu-nos “dinheiro” para nós estudarmos mais e estudarmos melhor, trabalharmos mais e trabalharmos melhor, repito, “trabalharmos mais e trabalharmos melhor”, emprendermos mais e emprendermos melhor, exportar mais e exportar melhor. Não fizemos nada disto, agora temos que pagar, ponto parágrafo e aqui não há muitas voltas a dar a esta questão e isto são 25 anos desta situação. Ponto parágrafo, poderemos conversar sobre isto noutros fóruns.

Então regresso à minha intervenção. Regresso à minha intervenção num primeiro apontamento, falando dos números, embora e como bem disse o Sr. deputado, os números serão depois tratados doutra forma e com outra exaustão pelo Tribunal de Contas que homologará (agora não há lapsus linguae) ou não as contas da Câmara Municipal de Mirandela de 2010.

No entanto desde já é preocupante, porque se uma das reservas colocadas nas contas de 2009 foi justamente o grau de execução quando o grau de execução das contas de 2010 ainda é inferior à de 2009, desde já temos aqui um problema.

Assim, como temos outro problema e era uma pergunta clara que eu gostaria de deixar ao Sr. Presidente da Câmara, se nos pode assegurar que o princípio da especialização do exercício está cumprido nas contas de 2010.

Para aqueles menos atentos a esta questão do princípio da especialização do exercício, eu trago aqui a forma mais simples que encontrei de explicar o que isto é. É um princípio geral por força do qual os proveitos e os custos de um período devem ser registados contabilisticamente no período a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. Esta é uma questão fundamental. Porque também e a seu tempo falaremos disso, das contas dos SMAS, elas mereceram um reparo por não cumprirem o princípio da especialização do exercício.

O que é que isto quer dizer é que muitas vezes aparecem-nos as contas com aquilo que foi pago e não aquilo que foi comprado e eu temo que as contas de 2010 da Câmara Municipal enfermem desse princípio, isto é, que o que temos lá é o que foi pago e eventualmente as responsabilidades que foram contraídas durante 2010 venham a passar para 2011 no momento em que são pagas. Isto contraria hoje um princípio fundamental do Pocal que é o princípio da especialização do exercício.

Daí que a pergunta que eu coloco desde já ao Sr. Presidente da Câmara, é uma pergunta muito clara, se sim ou não, está em condições de nos assegurar que as contas de 2010 respeitam o princípio da especialização do exercício?

Na nossa opinião e por algumas contas feitas, isso não acontece e não está respeitado o princípio da especialização do exercício.

Passada esta questão das contas, eu gostaria de falar das GOP's. Gostaria de falar das GOP's, porque sempre é importante e eu já disse aqui isso algumas vezes, saber qual é o nosso alvo, saber para onde queremos ir, saber qual é a estratégia que definimos para o concelho de Mirandela, o que queremos que o concelho de Mirandela seja daqui a 10 ou 20 anos. Na altura até sugeri que se fizesse um prémio Mirandela 2020 – há 2 ou 3 anos atrás – com ideias para Mirandela.

O Governo do concelho, a Câmara Municipal não o aceitou, eu continuo a pensar que é pertinente, é muito mau quando se tenta resolver o urgente e não se olha para o importante e o importante é saber o que é que queremos que Mirandela seja dentro de 10 ou de 20 anos e adequar aquilo que fazemos a essa estratégia para não acontecerem situações com que todos nós nos deparamos quando olhamos para o concelho, com polidesportivos a servir de corriças ou que nunca tiveram qualquer actividade desportiva, por exemplo, só para enumerar ou caricaturar e dar a perceber aquilo que eu quero dizer com isso.

Seguindo os diferentes temas, o primeiro tema é educação, cultura, turismo e tempos livres. Eu direi que a educação está ancorada pelo Centro Escolar. O Centro Escolar tem a ver com o Governo Central e o resto, digamos que não houve ideias novas, é mais do mesmo.

Está aqui dito, Festival dos Sabores de Azeite, Festival dos Jardins Nómadas, Festa da Geografia e Jetski. Eu direi que não houve nenhuma ideia nova nesta área e é mais do mesmo.

Quando falamos de desenvolvimento económico e acção social, aqui é que eu gostaria de passar algum tempo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. deputado, permita-me que o interrompa. Vi o disparo de um flash e eu perguntava à pessoa que veio tirar a fotografia. Srs. deputados peço o favor de não exercerem o diálogo e era para avisar o Sr. deputado que está a intervir que tem 10 minutos de tempo já gastos.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Então vou tentar abreviar aquilo que tenho para dizer, embora seja de grande importância e eu considero da maior importância.

No desenvolvimento económico e social, eu esperava que alguma coisa de importante fosse dito e houvesse algumas ideias e no desenvolvimento económico passa-se sem dizer nada. Não vi nada do pólo tecnológico, volto a lembrar, todos nós fomos até a uma sessão exaustiva, na Câmara Municipal, em que esteve o Ministro da Agricultura com o Sr. Vice-Presidente, fazendo uma explanação imensa. Sobre o pólo tecnológico, zero.

Não vi nada sobre o parque eólico e o fundo. Quero dizer e relembrar que o fundo vem condicionar o acesso a projectos subsidiados, o que quer dizer que a empresa ganhadora passa a controlar tudo aquilo que se venha a fazer nesta área. Não vi nada sobre Plano Director Municipal e não vi nada, pasme-se, sobre os 100 milhões de Euros de investimento no concelho de Mirandela que o Sr. Presidente da Câmara andou a anunciar durante a campanha eleitoral. O número redondo que ele dizia era 100 milhões de Euros.

Se alguém os viu por aí ou se alguém viu esses investimentos, eu agradecia que mo dissesse.

O que dizer de uma Câmara que investe zero, na actividade económica, zero, na zona industrial e hoje penso que é denominador comum de todas as bancadas dizer-se que o emprego sustentável é o emprego sustentável da actividade económica privada.

O que é que a Câmara nestes últimos anos investiu nessa área, dando garantia de sustentabilidade do emprego? Zero. Nem um mísero marco de correio consegue pôr na zona industrial, que dizer disto, qual é o sinal que se passa? O sinal que se passa é este, claramente: não queremos actividade económica, estamos de costas voltadas para quem empreende, estamos de costas voltadas para quem investe.

Se bem se recordam, em assembleias anteriores, foi-nos dito pelo Sr. Presidente da Câmara, “nós não queremos pequenos projectos, queremos coisas em grande, como vai ser feito pelo comendador Nabeiro”. Ainda hoje estou a espera de ver qual era o projecto e qual era esse investimento grande do comendador Nabeiro.

Que dizer de uma Câmara que não é sensível ao fazer lobby junto da PT para a instalação da banda larga, quando isso hoje é pão para a boca para quem investe e qualquer empresa que se instale precisa dessa ferramenta. E repare-se, o Sr. Presidente da Câmara está aqui, disse-nos que iria pedir à Associação de Municípios para fazer uma memória do que entretanto se fez e enviá-la aos deputados, não sei se vocês receberam, eu não recebi e até este momento nada foi dito. Portanto em relação ao tecido económico, zero, zero, zero.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, terminaram os seus 15 minutos. Já juntou 10 mais 5. Agradeço-lhe que encerre aqui a sua intervenção.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Peço um minuto só para fechar isto.

Em relação à acção social, eu devo confessar que às vezes fico perplexo com isto. Como é que se invoca como realização da Câmara Municipal uma coisa que é sobretudo da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela. Eu aplaudo e é de aplaudir a todos os níveis mas tem pouco a ver e não vamos fazer misturas, cada coisa em seu lugar.

A acção social que aqui está não tem a ver com a Câmara mas tem muito a ver com a Santa Casa.

Na administração e na cidadania, eu direi o seguinte: direi que é verdade que cumpriu com certeza todas as formalidades mas, no entanto, a substância não foi feita e já aqui foi dito, onde está o relatório do hospital privado. Eu queria-o ver desde logo por uma questão que já levantei há algum tempo. Qual é a participação societária do hospital privado? Hospital privado a que eu chamo condomínio de saúde, agora já mudei um bocadinho a classificação, uma pequena nuance. De facto era importante saber-se. Será que a Assembleia Municipal não tem direito a saber qual é a estrutura societária neste momento, do condomínio da saúde? Eu acho que tem todo o direito a saber qual é a estrutura societária do condomínio da saúde.

Por outro lado e para finalizar, eu espero que esta não seja uma terra de esqueletos. E porque é que digo uma terra de esqueletos? Vejamos o Museu de Azeite, que em termos da sua fase de construção é um esqueleto. A Ecoteca é outro esqueleto. Será que queremos juntar mais esqueletos em Mirandela? Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Tem a palavra o deputado Humberto Cordeiro.

Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD):

Senhor Presidente da Assembleia e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores.

Mirandela goza hoje de enorme prestígio Nacional e até Europeu graças a uma política acertada, dando resposta às exigentes condições de vida e bem-estar das pessoas.

Ninguém de boa fé pode negar que Mirandela, nos últimos 15 a 20 anos, tem mostrado a todos os portugueses esta realidade.

Para que isto fosse possível foi necessária competência, saber, vontade política e grande cooperação estratégica entre o Município e os vários governos, em que cada um cumpriu fielmente a sua parte.

As obras da responsabilidade do governo eram executadas, acompanhadas e transferidos os respectivos recursos financeiros, atempadamente.

As obras da responsabilidade da autarquia eram também executadas e pagas dentro dos respectivos prazos. Isto era, mas já não é.

Infelizmente, não é o que se tem passado nestes últimos anos.

Como sabem, a grande maioria das autarquias está financeiramente estrangulada e vive sérios problemas de tesouraria.

O arrefecimento da actividade económica não tem gerado fluxos financeiros que permitam ao Estado arrecadar mais receitas.

Comparativamente com o ano de 2009, a execução orçamental em 2010 registou uma quebra de cerca de 15% nas receitas, ou seja, menos 4 milhões de euros.

Este governo, com uma política de “empurrar” para as câmaras, o património, as actividades que impliquem despesas de manutenção, conservação e outras despesas operacionais, que imperiosamente têm de ser executadas (caso dos transportes escolares, refeições etc.), delapidou os fracos recursos financeiros das autarquias, abrigando-as a atrasar compromissos assumidos com os fornecedores e outros agentes económicos.

Com esta política de sacudir a “água do capote”, o Governo colocou as Câmaras numa situação de asfixia financeira tal que em muitos casos só será resolvida através do doloroso saneamento financeiro.

Em Mirandela, e presumo que na maior parte das câmaras deste país, deve acrescentar-se a estas duas condicionantes o atraso dos reembolsos dos fundos comunitários em cerca de 53%; - como já foi dito -, o atraso nas receitas de obras e loteamentos em cerca de 45% e o atraso das verbas do ministério da educação, são as que maiores responsabilidades têm nos constrangimentos financeiros que estamos a sofrer.

Por exemplo, as receitas comparticipadas pelo Estado em transportes escolares em 2009 foram de 119.000 euros, ou seja, apenas 15% dos 936.000 euros do total de custos com nesta rubrica.

Ainda nesta rubrica, em 2010, além de não ter sido recebido o total da dívida do ano de 2009 sofreu ainda um corte de mais de 15%.

Se nos lembrarmos que cerca de 20% da execução do orçamento está afecto a esta área funcional, a Educação e se nos lembrarmos que os recursos financeiros que lhes são destinados pelo poder central são cada vez menores e reembolsados cada vez mais tarde, é fácil de compreender que, mais dia, menos dia, o contrato que a câmara mantém com o Ministério da Educação terá que ser denunciado, sob pena de se entrar numa espiral de ruptura financeira.

Recordo que o Ministério da Educação tem compromissos por cumprir com esta autarquia que remontam ao ano de 2007. Desde essa altura, o valor em atraso ascende a cerca 3.000.000 de euros.

Se o Governo tivesse as suas contas em dia hoje não estávamos aqui a discutir a baixa taxa de execução orçamental mas sim o seu contrário.

Importa realçar ainda a este propósito que as obras já foram executadas e concluídas. Não estamos a falar de adiantamentos. Estamos a falar de obras, algumas delas concluídas há muito tempo.

Nestas circunstâncias, os atrasos de reembolsos financeiros de mais dois anos não deixam muita margem de manobra para se atingirem as melhores taxas de execução e nem fazem baixar o índice de endividamento líquido. E mais:

Os 3 milhões de euros em falta, agravam, e de que maneira, o limite do endividamento líquido em 2010.

Em suma, a maior parte da responsabilidade das baixas taxas de execução e do aumento das dívidas cabem quase inteiramente ao actual Governo.

É que diminuindo as dívidas a fornecedores em 3 milhões de euros, teríamos até uma situação positiva no índice de endividamento, proporcionando uma folga importante para a gestão financeira para 2011.

Finalmente, porque achamos que o executivo tem feito das “tripas coração” na gestão de todos os recursos, promovendo uma política de contenção das despesas, sem afectar grandemente as actividades, o nosso voto, só poderá ser, no sentido da sua aprovação. Obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

O deputado Luís Sousa tem a palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Antes de me pronunciar sobre o conteúdo da prestação de contas, gostaria de apenas fazer uma pequena observação relativamente ao formato da documentação que nos foi prestada.

Há uma série de tabelas que são bastante interessantes mas a lista de empenhadas em 2010 infelizmente estão num grafismo pouco legível. Eu felizmente não tenho problemas de vista e consegui compreender as observações que estão a letra minúscula e desfocada mas admito pessoas que tenham alguma dificuldade de visão não vão entender nada do que aí está reflectido. E aliás, a informação prestada a esta Assembleia é toda ela boa e este volume de informação indica aqui um trabalho extremamente atento por parte dos funcionários da Câmara, mas valia a pena, por exemplo no que diz respeito às empenhadas, haver um quadro sumário que indicasse os investimentos por freguesia, para facilitar a leitura, para não andarmos a passar de uma empenhada para outra e agrupar isto territorialmente para se ter uma melhor compreensão de como os investimentos estão a decorrer no concelho.

Minhas senhoras e meus senhores, como é sabido, a Câmara Municipal de Mirandela encontra-se numa situação financeira precária.

Já tínhamos alertado várias vezes para o descontrole das despesas correntes, para a falta de liquidez das finanças da Câmara para apoiar despesas de investimento e o relatório do Tribunal de Contas relativamente às contas de 2009 veio dar-nos razão sem que com isso queiramos obviamente chamar a nós os louros de arautos da desgraça porque disso nada nos serve.

O Tribunal recusou a homologação das contas de 2009 do Município de Mirandela, como já foi aqui dito, por considerar entre outras coisas que não foram respeitados quatro princípios.

Não foi respeitado o equilíbrio orçamental. Como já foi aqui referido pelo Sr. Presidente da Câmara, o montante de endividamento líquido da autarquia superou os 125% do valor das receitas e estamos a falar de um excesso aproximado de 645.000 Euros.

Também não foi observado o princípio de especialização. Já foi aqui referido e as taxas de execução orçamental da receita e da despesa ficaram-se apenas pelos 51% que também é outra questão que a gente tem batido ao longo destes vários mandatos.

Perante este cenário preocupante das finanças do município, para nós não constitui surpresa. O Sr. Presidente considera que não haverá quaisquer penalizações e que a actuação do Tribunal é invariavelmente pedagógica e inevitavelmente inconsequente.

Esta atitude ligeira por parte do Sr. Presidente, perante a possibilidade de o Tribunal de Contas não aceitar as respostas da Câmara relativamente às dúvidas levantadas pela fiscalização não nos parece adequada. Há responsabilidade política do executivo em permanência. O desequilíbrio entre a autonomia local para executar despesa e a dependência da Câmara de verbas transferidas do Estado gerou ao longo destas duas décadas, praticamente, uma total falta de responsabilização política pela má gestão da fazenda pública.

Não podemos deixar de referir a ausência de uma fiscalização incisiva e consequente que vá além do controle formal e procedimental e faça uma verificação substantiva do mérito das operações de despesa mais significativas e da eficácia global da gestão autárquica.

Infelizmente os auditores muitas das vezes ficam-se pela rama dos problemas e não alargam o âmbito das suas inspecções para além daquilo que é informação prestada ou facultada pelo executivo.

A inexistência de indicadores de desempenho orçamental e de progresso no cumprimento de objectivos expressos em instrumentos de planeamento e de gestão municipal têm facilitado uma gestão fantasiosa através de orçamentos empolados, sem qualquer previsão fidedigna da sua execução e com cifras de endividamento camufladas. Já foi aqui referido que em relação aos valores previstos as taxas de execução são extremamente baixas e também já foi aqui referido que contas de participação em capital não vieram anexas à gestão de contas, nomeadamente no que diz respeito à participação no Matadouro e também do Hospital Terra Quente e as que vieram foi sem a verificação de auditores que estão acreditados para esse tipo de trabalho.

Importa também referir a conivência da banca e o silêncio dos fornecedores que têm alimentado inadvertidamente esta tendência de sobreendividamento da Câmara, pensando no cumprimento de metas a curto termo mas hipotecando a sua liquidez a longo prazo. Alguns entretanto já se foram cortando porque já há obras que pararam e que os empreiteiros não vão continuar enquanto não forem pagos e bem.

Por último, uma nota de advertência também à comunicação social local que por vezes peca por ser pouco assídua no acompanhamento da evolução financeira da Câmara e pouco assertiva na condenação da má gestão do património municipal.

Sem querermos repetir aquilo que já foi referido na declaração de voto da nossa vereadora, lamentamos mais uma vez que o Relatório de Contas de 2010, à semelhança de anos anteriores, continue a apresentar previsões empoladas além daquilo que seria razoável ou aceitável.

Tendo em conta que as receitas dos anos anteriores nunca chegaram a 50% do previsto, esta falta de rigor crónica só pode ser entendida como uma trapaceira.

É este tipo de gestão facilitista e pouco rigorosa que importa denunciar para bem dos contribuintes. O estrangulamento financeiro da Câmara numa conjuntura em que a banca tenderá cada vez mais a fechar a torneira às autarquias significa que muitas destas promessas eleitorais assumidas para este e anteriores mandatos não serão cumpridas. Falamos em concreto do complexo desportivo municipal, habitações sociais, edifício de serviços municipais, casa da música, pólo tecnológico, museu do azeite e inúmeras obras de manutenção e melhoramento de infraestruturas das freguesias do concelho.

Tendo em conta a actual situação financeira da Câmara e da conjuntura económica do País, propomos que o Executivo em permanência faça o seguinte:

Que reconsidere as suas prioridades e assuma publicamente quais os investimentos que irão ser concluídos. Gostaríamos de ouvir aqui do Sr. Presidente que nos dissesse – resumindo e concluindo, penso que a minha intervenção se resume a isto, porque o resto já foi repetido tantas vezes – quais dos grandes investimentos que estão em curso vão ser concluídos e quais os que vão ser completamente excluídos e que não vão ser realizados até ao final do mandato.

Que nos diga também qual o montante da dívida a longo prazo e a fornecedores que pretende objectivamente liquidar até ao final do mandato.

E por último, que apresente a esta Assembleia um plano de redução faseada efectiva das despesas correntes também até ao final do mandato, com metas e indicadores claros a atingir, a informação que nos veio prestada sobre as percentagens de alguns cortes que foram efectuados, volto a dizer que sobre esses não me pronuncio, porque não vinham com os valores absolutos a que dizem respeito.

Por todas estas razões, o grupo do CDS/PP vota contra as Contas de Gestão de 2010.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Vou falar sinteticamente sobre endividamento.

Quase um quinto dos municípios portugueses tinha esgotado a sua capacidade de endividamento em Janeiro deste ano e em nove câmaras municipais, o endividamento era superior a 100%, isto de acordo com o levantamento efectuado pela DGAL - Direcção Geral das Autarquias.

As câmaras municipais de Lisboa que tem um endividamento de 362%, do Porto, 154%, Vila Nova de Gaia, 151%, Vila do Conde, 145%, Loures, 131%, Sesimbra, 131%, Setúbal, 129% e Chamusca, 112%.

No final de Janeiro de 2006, eram 57 os municípios que tinham excedido a sua capacidade de contratação de dívida, número que em Junho de 2005 citava em 46 municípios quase em rotura de falência, enquanto só 5 municípios recuperaram para um saldo de endividamento positivo, devido á liquidação ou amortização de empréstimos bancários. 20% das 308 câmaras municipais estão em situação de falência, não é de endividamento, é de falência, dados da DGAL.

Em 2009, o vosso querido Sub-secretário de Estado, José Junqueiro, revela ainda que estas autarquias são lideradas por autarcas de todas as forças políticas e é verdade, aqui não há engano nenhum.

Em 2009, a Administração Local fechou o ano com um défice de mais de mil milhões de Euros, um aumento de 228% face a 2008.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, devido à realização de eleições autárquicas ao longo dos anos, a tendência tem sido de aumento de endividamento. O Sr. deputado Luís Sousa, os tribunais de certeza, com tanta coisa que tinham que ver, que já assim não dão cumprimento ao que se coloca num tribunal, então é que ficavam completamente entulhados.

O endividamento líquido das autarquias cresceu mais 645 milhões de Euros em 2009, segundo os dados da evolução da dívida dos municípios que foi ontem divulgada pela DGAL. E de acordo com os números deste organismo, no final de 2009 o endividamento dos municípios portugueses ascendeu a cinco mil milhões de Euros, mais 13% dos 4.36 milhões de Euros verificados em 2008. Há pelo menos uma centena de autarquias que se encontram numa situação económica que as pode levar a ultrapassar o tecto do endividamento permitido, correndo o risco de cortes e transferências do Estado em 2011/2012 e isto são dados da DGAL de ontem.

A contabilização da DGAL mostra que o ritmo de crescimento de nível de endividamento das autarquias, mais que duplicou entre o ano 2008/ 2009, depois de se ter verificado uma subida de 5.4%, que perfaz 239 milhões de Euros.

Esta é uma situação que foi fortemente influenciada, segundo os dados do organismo que tutela as contas das Câmaras Municipais, pelo aumento de montantes de dívida não excepcionada, a que não conta para os limites fixados pelo governo ao seu endividamento, como já aqui referiu o Sr. Presidente.

Contas feitas, este endividamento não excepcionado alcançou no ano passado mais 3.5 milhões de Euros, o que representa um aumento de 18.8%, que dá uma quantia de 663 milhões de Euros face aos valores registados em 2009.

Entre as autarquias mais endividadas no final de 2009 está Lisboa com uma dívida superior a 629 milhões de Euros. Isto são fontes concretas, não é demagogia o que estou aqui a dizer.

A Câmara Municipal de Mirandela não faz mais do que as 308 câmaras a nível nacional. É evidente que faz o empolamento do seu orçamento e isso é fácil de verificar se vocês forem ao anuário financeiro das autarquias. Há câmaras que nem chegam a ultrapassar os 40% daquilo que nos seus relatórios fazem no plano plurianual de actividades. E esta câmara não recebeu 56% de fundos comunitários porque senão havia esse equilíbrio.

O Sr.ª vereadora e estou a falar para a Sr.ª vereadora do PS, a Sr.ª parece que vive num país da Galáxia Orion, ou outra coisa qualquer. Diz que os dados deste Executivo são muito preocupantes, não foi competente para enfrentar esta crise internacional e nacional, transformando também em crise local, isto é retórica, isto é demagogia Sr.ª vereadora. Devia a Sr.ª vereadora perguntar à Ministra da Educação porque é que não paga a horas o transporte escolar.

A política deve ter rigor e quando o seu governo pagar a tempo e horas e cumprir os compromissos, a Câmara Municipal também pagará a tempo e horas. Que dêem à Câmara Municipal os 900 mil Euros e a dívida vai também diminuindo.

Quanto ao referido relatório do Tribunal de Contas, o Sr. Presidente já esclareceu essa questão e a bom tempo deu essa resposta. Mas olhe, mais uma vez eu aqui afirmo, um quinto das câmaras municipais deste país não estão em conformidade com o relatório do Tribunal de Contas. Mas isto não serve de fuga para a frente e esta Câmara tem sido rigorosa e dar-nos-á esse rigor financeiro.

Quanto à Sr.ª vereadora do CDS/PP, eu penso que há aqui uma chapa 5 em declaração ao voto do PS e do CDS/PP. É uma conspiração azul e rosa e não negra, como a Sr.ª deputada diz na sua metodologia da gestão autárquica, que só serve para iludir os Mirandelenses, enganar os fornecedores e empreiteiros desta autarquia, é uma leitura errada, sabe porquê? Porque o governo não governa, desgoverna, este governo não cumpre, a Câmara tem vários projectos aprovados na ordem dos vários milhões de Euros e muitos reembolsos já solicitados e ainda não entram.

Para me referir um pouco também ao pólo tecnológico, às grandes obras que se aprovaram e com toda a razão. Eu era estudante, até fiz protestos em Belém contra o edifício que se iria ali construir, que era um descabro, que era isto, que era aqueloutro, concordo plenamente nisto, mas não nos podemos esquecer das Scut's, não nos podemos esquecer de colocar o nosso distrito, como dizia um líder do PS, no mapa. É verdade que se fazem obras aqui, o governo faz obras aqui e com toda a razão, tem que fazer obras, eu pago os meus impostos, eu crio trabalho, crio produção e, portanto, não há que enviar isso para o esquecimento.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr. deputado, terminou o seu tempo.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Termino já. Nós não vamos fazer aqui batalhas fictícias.

Tenho aqui uma coisa, para terminar e é só um minuto.

Dizer ao Sr. deputado Baltazar que o Sr. também tem telhados de vidro e realmente o Sr. deputado já criou esqueletos e depois esmagou-os e esmagou o concelho.

Presidente da Assembleia Municipal:

A palavra à Sr.ª Vereadora, para usar da palavra tem que ser autorizada pelo Sr. Presidente, segundo o Regulamento, peço imensa desculpa. Temos que rejeitar e temos todos que conhecer o Regimento

Sr.ª Vereadora Dr.ª Graça Calejo:

Gostaria de saber como o Sr. deputado teve acesso às declarações da oposição se a acta ainda não saiu.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sr.ª Vereadora, peço-lhe imensa desculpa mas enquanto a Mesa não der a palavra nenhum Sr. deputado pode usar da palavra ou então estamos a estragar o ambiente da nossa Assembleia, não respeitando o Regimento. Por favor Srs. deputados, serenidade, dêem oportunidade à Mesa de fazer respeitar as regras do jogo que V.ªs. Ex.ªs. aprovaram.

A Mesa tinha comunicado ao Sr. Presidente da Câmara se ia usar da palavra. Entretanto a Sr.ª Vereadora pediu a palavra e segundo as regras do nosso Regimento, os Srs. Vereadores só poderão usar da palavra se o Sr. Presidente da Câmara autorizar.

Estamos então em tempo e na oportunidade de eu perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se vai usar da palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Ó Sr. Presidente, sou obrigado a usar da palavra por uma questão simples. Há aqui perguntas colocadas tecnicamente que não quero que fiquem em dúvida.

Eu não vou fazer discurso político sobre esta questão porque acho que já foram aqui todos feitos, repetidos sistematicamente e essa questão já ficou mais que esclarecida.

A mim interessa-me mais pegar nas questões concretas que não ficaram resolvidas para encerrar este ponto.

O deputado Faustino Cunha diz que faltam as participações da administração local e tem razão porque essas entidades que referiu só no mês de Maio têm a sua reunião de aprovação de contas, uma dia 13, outra dia 20 e nessa altura serão enviados para conhecimento aos Srs. deputados. Eu só posso é pedir desculpa por elas não terem sido feitas até 30 de Abril, de facto não foram enviadas porque não foram ainda aprovadas pelas respectivas Assembleia Gerais.

A questão relativa às receitas de capital que referiu e bem, a dizer que a Câmara até dá um exemplo da venda de terrenos que não realiza, eu digo-lhe que ainda bem porque hoje trazemos aqui um fundo imobiliário fechado que é para fazer dinheiro na venda ou no aluguer de instalações. Espero que depois o CDS/PP vote a favor para concretizarmos esta percentagem que falta sempre nos orçamentos municipais.

Em relação às despesas com o pessoal já dei as explicações necessárias. Quanto às transferências para as freguesias, ninguém melhor do que os Presidentes da Junta sente na pele a crise desta situação mas é importante que tenham também aqui um advogado de defesa, pelo menos para eles ficarem a lembrar-se que de facto estão a fazer pouco porque a Câmara não lhe transfere e não podem assim satisfazer as suas populações.

A culpa é da Câmara e do estado financeiro destes anos que não lhe transfere o dinheiro e não dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia.

Ao Eng.º Baltazar Aguiar, dizer-lhe que o Governo Central faz as obras em parceria com a Câmara Municipal. Convém dizer, que se faz a esquadra, o terreno que vale metade da esquadra, foi dado pela Câmara e é da Câmara essa participação nessa obra também. É do Governo Central a construção, é da Câmara o terreno onde ela é construída.

Na Torre de D. Chama é exactamente a mesma coisa, é-lhe dado um determinado valor e também os arranjos exteriores, uma percentagem dessa obra é feita pela Câmara. São feitos em parceria Governo e Câmara Municipal. Pode a Câmara Municipal perfeitamente falar delas porque participa nelas financeiramente e às vezes os terrenos valem tanto como a obra quando são doados.

Quanto ao Centro Escolar, está completamente enganado porque é exclusivamente da responsabilidade da Câmara, financiado com verbas que cabem à Câmara de Mirandela, dos fundos comunitários e nada do Governo Central. Isto que fique claro e objectivo para que as pessoas possam perceber o que está aqui em causa.

Sobre o grau de execução eu só lhe digo uma coisa. É verdade que é pequeno, tenho pena que seja pequeno, devia ser maior. O Tribunal de Contas ao alertar isto vai ter que alertar os 308 municípios porque sem o relatório final e o município que mais executou foi 67% e o que menos executou foi 38%. Se seguir este princípio, os 308 municípios vão ter que ser avisados, e bem, para que possam cumprir a tal execução orçamental.

Do princípio da especialização dizer-lhe que no que o relatório se referiu foi em relação aos Serviços Municipalizados. A Câmara sempre cumpriu e estou em condições de lhe garantir que cumpre. Pelo menos o relatório de auditoria interna que nós somos obrigados a ter diz que está tudo relacionado com os tempos e os times a que dizem respeito as respectivas despesas. Obedece de certeza ao princípio da especialização.

Há Câmaras Municipais que contabilizam em receitas municipais sem as cobrarem, impostos sobre a EDP, sobre a PT, sobre outras situações de ocupação de terrenos e de via pública. Existe numa norma geral e que eles depois aprovam em termos de Câmara Municipal e Assembleia Municipal que vão em milhões de Euros como receita diluída e que depois na prática não é cobrada porque eles fazem a respectiva contestação e usam isso para não passar os endividamentos municipais. Pode ser que a Câmara de Mirandela aprenda essa situação e em 2010 até consiga fazer mais 5 ou 6 milhões de Euros de receita, mesmo que depois ela não venha a ser cobrada mas como estão tão preocupados com o que o Tribunal de Contas entende, se calhar o melhor é fazer essas situações para passar pelo crivo do Tribunal de Contas.

A Câmara não o tem feito e nunca o fará porque isso é má fé porque não vai contar com receitas que no futuro não vão ser cobradas.

Relativamente às GOP's, é a sua ideia, sempre a transmitiu aqui. Eu só peço uma coisa: é que se o Partido Socialista ganhar estas eleições, escolha o Eng.º Baltazar para o lugar do Eng.º Basílio Horta a ver se conseguimos fazer neste país clusters de desenvolvimento que possam ir com o país e a região para a frente porque ele com certeza nessa altura também se lembrará de Mirandela. Esta é uma boa situação se o Partido Socialista ganhar.

Em relação à acção social, é engraçada esta confusão com a Santa Casa e dizer que o que dizemos aqui tem a ver com a Santa Casa e que não podemos tirar daqui nenhum objectivo porque é a Santa Casa.

Eu só quero lembrar a esta Assembleia que em 10 anos, no mínimo, eu transferi mais de um milhão de Euros em subsídios directos para que a Santa Casa pudesse conseguir estes objectivos mas disso não se lembrou o Eng.º Baltazar porque o que está em causa é que às vezes não há participações directas para determinada acção mas há participações directas de financiamentos directos para que a Santa Casa possa cumprir os seus objectivos. Isto é claro, basta consultar as contas e os subsídios atribuídos.

Os sócios do HTQ, só os não sabem porque não quer porque já foram ditos aqui cinco vezes, desde que ele está constituído.

Quando receber o relatório, vê além dos sócios as despesas de construção, essas ser-lhe-ão fornecidas, do tal condomínio da saúde.

Ao Luís Sousa, dizer-lhe duas coisas muito simples.

Sobre o Relatório do Tribunal de Contas, dê pelo menos o benefício da dúvida dos dez dias, isto é, vamos esperar os dez dias em que a Câmara respondeu possam ser considerados ou não pelo Tribunal de Contas como uma resposta eficaz aos critérios e dúvidas que eles colocam, ponto 1.

Em 2.º lugar. Também fiquei a saber duma coisa que é importante, é que o Sr. deputado entende, e bem, que deve ser a comunicação social de Mirandela a fazer o papel que os seus eleitos não fazem, que é denunciar ou pelo menos alertar as pessoas para o que a Câmara não consegue fazer. É importante chamar que a comunicação social seja o destinatário deste aviso, doutras situações foi o Ministério Público, foram os organismos independentes de controle da Câmara, agora é também a comunicação social, é mais um meio de fiscalização que é importante que se faça como quem não deve não teme, perfeitamente à vontade, a comunicação social pode-o fazer quando quiser e quando entender.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Deputado está a pedir a palavra? Para que efeito? Esclarecimento à Mesa?

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Eu pedia à Mesa para que pedisse ao Sr. Presidente da Câmara que esclarecesse se finalmente me quer para Ministro das Finanças ou para...

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. deputado, peço-lhe imensa desculpa mas não esperava isso de V^a. Ex.^a.

O Sr. deputado está a pedir a palavra para esta questão de Relatório de Contas e de Gestão? Estamos muito atrasados Sr. deputado. Faça o favor de usar da palavra.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

É só para dizer à Sr.^a Vereadora...

Presidente da Assembleia Municipal:

Ó Sr. deputado, por favor, não...eu tenho que lhe retirar a palavra, peço-lhe imensa desculpa, não exceda a palavra do Presidente da Mesa, por favor.

Nós temos que dar uma imagem de dignidade e de bom funcionamento para o exterior.

Sr. Presidente, terminou a sua intervenção?

Presidente da Câmara Municipal:

Terminei, mas peço que a Sr.^a Vereadora possa responder à questão, perfeitamente.

Presidente da Assembleia Municipal:

Sendo assim, Sr.^a Vereadora Graça Calejo, tem a palavra.

Sr.^a Vereadora Dr.^a Graça Calejo:

Muito obrigada Sr. Presidente.

Eu peço desculpa porque há bocadinho percebi que me estava a dar autorização e pelos vistos equivoquei-me.

O que eu quero perguntar é como é que o Sr. deputado teve acesso a uma acta que ainda nem sequer foi aprovada. É que a acta dessa reunião de Câmara nem sequer foi aprovada na última reunião de Câmara. Essa acta é da penúltima e na última reunião de Câmara, ao contrário do que é habitual, em que se vota sempre a acta da reunião anterior e agora o Sr. deputado diz-me que recebeu cópia dentro dos documentos. Eu pergunto aos restantes deputados das outras bancadas se também receberam cópia duma acta que ainda não foi aprovada. Qual é o princípio da equidade?

Presidente da Câmara Municipal:

Ó Sr. Presidente, eu dei a palavra, termino a sessão, para dizer à Sr.^a Dr.^a e ao Sr. deputado que estão completamente enganados os dois.

A acta que tem o Sr. Arquitecto Figueiredo, a minuta da acta, é a mesma que tem toda a Assembleia Municipal, que combinámos nós na Câmara Municipal, quando aprovámos as contas, que a minuta dessa acta e certidão, iria para todos os membros da Assembleia, independentemente de ser aprovada, sobre a votação do Plano e Orçamento e foi a minuta para toda a gente, com a declaração de voto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. Presidentes, Srs. Vereadores e Srs. Deputados, peço a melhor atenção aos trabalhos e respeito pela condução dos mesmos.

Feitos os esclarecimentos, estamos agora em condições de votar. Vamos então votar este ponto de Relatório e Contas.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Enquanto o Sr. Secretário faz as contas, eu tenho o dever de informar a Assembleia que devemos ter algum cuidado no dever de presença porque há bocado fui informado que estávamos com um quórum de 46 deputados.

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação do ponto 4.2, é o seguinte:

Votos contra, 11

Abstenções, 1

A Favor, 40

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 52 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 40 votos a favor, 1 abstenção e 11 votos contra, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2010 da Câmara Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Srs. deputados, então vamos interromper aqui para almoçar, bom almoço para todos e às 15h estaremos aqui.

PONTO 4.3 – RELATÓRIO E CONTA DE GERÊNCIA DE 2010 - SMA

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 2 votos contra dos membros do PS e 1 abstenção do membro do CDS/PP:

- 1 – Aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2010;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Já temos quórum e vamos passar ao ponto 4.3 sobre o Relatório e Conta de Gerência de 2010 – SMA.

Srs. deputados, inscrições.

Deputado Baltazar pode usar da palavra.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (P.S.):

Sr. Presidente, Srs. deputados, Srs. Presidentes da Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Sobre este ponto, nós lembrávamos aquilo que o Tribunal de Contas disse sobre o princípio da especialização dos exercícios.

A reserva que fez, e como muito bem disse o Sr. Presidente da Câmara, foi em relação ao SMAS. Nós sabíamos disso quando há pouco levantámos a questão em relação à Câmara, foi se a Câmara também, ela própria poderia garantir o princípio da especialização dos exercícios.

Como ouviram há pouco, disseram-nos que havia um relatório de auditoria interna e esperamos que esse relatório de auditoria interna seja fornecido à Assembleia Municipal, mas sobre isto, já que a reserva que o Tribunal de Contas fez, ela continua a ser válida para as contas de 2010.

Eu permitia-me a liberdade de ler uma passagem do relatório em que o ele próprio se denuncia, ou seja, nós estávamos à espera que o exercício de 2010 do SMA fosse positivo ou melhorasse em relação a anos anteriores e não melhora, embora as taxas tenham sido aumentadas e depois a dado passo “pág. 10”, do relatório, na Aquisição e Bens de Serviço, que aumentaram 600 mil Euros em relação ao ano passado, diz esta coisa exemplar, eu penso que alguém estava distraído a fazer este relatório.

Ne4ta rubrica, foi pago às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro a importância de 1.486.000,00 Euros, representa 47%.

Isto, tal qual está escrito, dá ideia de não respeitar e tudo leva a crer que não respeita o princípio da especialização dos exercícios e que vai merecer reserva do Tribunal de Contas.

Sendo assim, por estas duas razões, primeiro porque estávamos à espera que com o aumento das taxas, o resultado das contas do SMA, fosse, se não positivo, melhor do que o ano passado e, por outro lado, porque a nosso ver mais uma vez vai merecer reservas em relação ao princípio da especialização dos exercícios, nós votaremos contra o Relatório e Contas do SMA, por estas duas razões que acabei de invocar.

Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):

Apenas uma breve referência no sentido de apelar ao Executivo, se nos pudesse esclarecer sobre a evolução do processo de integração dos SMAS na Câmara Municipal de Mirandela.

Penso que o continuar isolado é abrir caminho às privatizações e nessa área acho muito difícil e, portanto, gostaria de ver se ele vai ser integrado nos serviços da Câmara.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há mais nenhum registo dos Srs. deputados para fazer intervenção.

Sr. Presidente da Câmara quer fazer o favor.

Presidente da Câmara Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. deputados.

Dizer às dúvidas do Eng.º Baltazar que sim senhor arranhou umas justificações para votarem contra o orçamento dos Serviços Municipalizados porque pensa que duas das situações não estão resolvidas. Uma delas, a do princípio da especialização, o Sr. Director-Geral dos serviços que é um economista responsável e que diz que aprendeu com o primeiro relatório do Tribunal de Contas, diz com toda a confiança à Câmara Municipal que esse princípio de especialização neste relatório de contas está perfeitamente resolvido.

À questão do deputado Dr. Faustino, dizer-lhe o seguinte:

É verdade que está a decorrer a integração dos Serviços Municipalizados na Câmara Municipal de Mirandela. Começou esse processo com a aprovação do quadro de pessoal conjunto quando aqui trouxemos o plano e orçamento de 2011.

E já na reestruturação, depois dos respectivos serviços, o DFI e alguns serviços no Departamento de Administração Geral e Finanças, foram integrados. Agora com a aprovação das direcções de departamento e da reestruturação da Câmara Municipal a parte dos saneamentos já está integrada no departamento da Câmara Municipal em conjunto com os SMAS.

A parte da cobrança de taxas e da parte administrativa está a decorrer a formação adequada porque precisa de algumas especializações por causa do tratamento, quer em termos de tesouraria, quer doutro tipo de serviços de apoio à população e em termos formais.

Nós pensamos que no final de 2011 esteja a integração completa dos Serviços Municipalizados na Câmara Municipal e com isso a extinção dos Serviços Municipalizados, sem qualquer despedimento de pessoal ou qualquer outra natureza porque são reafectados e fazem parte do quadro integral da Câmara.

Isto dá origem à outra questão que aqui foi levantada, que é, apesar do aumento das taxas, os serviços começam a ir no bom sentido, que é mais dois anos, pensamos nós até final de 2013, o regulamento aqui aprovado sobre as taxas de água e saneamento, haverá equilíbrio financeiro entre os serviços prestados e as receitas cobradas. Esse foi o nosso objectivo quando aprovámos o regulamento. Já estamos a cerca de 70% de atingir esse objectivo com as respectivas transferências quer para a Câmara quer para as Águas de Trás-os-Montes e o nosso objectivo é no final de 2013 a integração estar completamente feita, não só em termos formais mas em termos de sustentabilidade da própria empresa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente, não havendo mais inscrições, estamos em condições de votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 5

Abstenções, 6

A Favor, 35

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 46 membros dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 35 votos a favor, 6 abstenções e 5 votos contra, aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2010.”

PONTO 4.4 – INVENTÁRIO DE BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DA AUTARQUIA – 2010.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Senhora Vereadora do CDS/PP, Dr.ª Graça Calejo:

1 – Aprovar o Inventário da Autarquia de 2010, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e respectiva avaliação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º, alínea c) do n.º 2 do art. 53º e n.º 2 do art. 49º, todos da mencionada Lei.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos continuar, Ponto 4.4, Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da Autarquia – 2010, que não é necessário qualquer votação.

Senhores deputados, a mesa registará as inscrições.

Nenhum dos Srs. deputados está interessado em intervir? Não registando a Mesa nenhuma inscrição, passa à frente, uma vez que não há qualquer votação sobre esta matéria.

PONTO 4.5- 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – SMA.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 28 de Fevereiro de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

1 – Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Água, para o ano de 2011;

2 – Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.5, 1.ª Revisão Orçamental – SMA.

Srs. deputados, inscrições.

Não há?

A Mesa insiste, Srs. deputados, antes de pedir ao Sr. Presidente do Executivo que nos diga também alguma coisa.

Sr. Presidente da Câmara quer fazer algum comentário? Não.

Então temos que votar este assunto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O ponto 4.5 foi aprovado por unanimidade.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 46 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por unanimidade, aprovar a 1.ª Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Água, para o ano de 2011.

PONTO 4.6- CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2011, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, conforme proposto, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 abstenções sendo, 2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP:

- 1 – Autorizar a constituição de um fundo de Investimento Imobiliário Fechado detido exclusivamente pelo Município;**
- 2 – Aprovar na íntegra a presente proposta e os documentos juntos com anexo I e II;**
- 3 – Que a presente proposta seja, para cumprimento da competência prevista no art.º 64 nº 6 alínea a), da lei 169/99 de 18 de Setembro, submetida a deliberação da Assembleia Municipal para que seja autorizada.”**

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.6, Constituição de um Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.

Srs. deputados façam favor de abrir...

Faz favor Sr. deputado Luís Sousa, pode usar da palavra enquanto a Mesa aguarda mais inscrições.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, há pouco referiu que se calhar quando discutíssemos o Fundo de Investimento Imobiliário, que o CDS provavelmente iria votar a favor dessa proposta. Lamento mas não vai ser possível e vou-lhe explicar porquê.

A Constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado no nosso entender pode-se descrever com duas palavras: desorçamentação e desresponsabilização.

Em teoria, o objectivo da criação deste fundo é o de criar novos modelos de obtenção de receita, rentabilizando o património imobiliário da Câmara num contexto em que as receitas têm diminuído e o recurso a crédito à banca e a terceiros, como já foi dito, encontra-se bastante dificultado, para não dizer esgotado.

O património imóvel do município é colocado sob a gestão privada, mais concretamente de uma entidade financeira, leia-se “banco ou grupo financeiro por ele liderado”. A Câmara receberá à partida uma fatia de receita por parte do consórcio vencedor que servirá certamente para amortizar inúmeras dívidas que têm vindo a ser contraídas com a banca e fornecedores. É uma fonte de receita, em princípio.

Também é verdade que o Município deverá pagar uma comissão de gestão a esse mesmo consórcio financeiro, pelo menos é esse o modelo que tem sido praticado noutras autarquias. O consórcio financeiro vencedor ficará responsável pela gestão do património imóvel do município, arrecadando receitas pela alienação de imóveis ou mesmo pela realização de projectos imobiliários nesses terrenos vazios. Esta é a teoria.

Na prática, a criação do Fundo de Investimento Imobiliário é uma tentativa de passar para o privado as despesas de capital relativamente à manutenção, requalificação e beneficiação do património imobiliário da Câmara para que não pese ainda mais nas contas e também de passar para o privado a responsabilidade de uma política de habitação social que na realidade não existe.

Vamos examinar um bocado mais detalhadamente o que são as principais razões do nosso cepticismo relativamente à constituição deste fundo imobiliário.

Em primeiro lugar, o valor global do património imobiliário em questão é do ponto de vista económico irrelevante e a natureza do património é pouco atractiva para o investidor privado. Prova disso está o facto de a Câmara não ter conseguido alienar parte dos seus bens imóveis de maior valor, nos últimos anos, já foi aqui referido também.

Em 2009, de uma previsão de receita proveniente de venda de bens de investimento superior a 9 milhões de Euros, foram apenas arrecadados 400 mil, com o grau de execução de 4,4%.

Em 2010, de uma previsão corrigida de dois milhões e meio, ficámos-nos pelos 41.000,00 Euros, que é equivalente a um grau de execução financeira de 1,7%. Trata-se de um património imobiliário constituído predominantemente por habitação social, - como podem ver no anexo, vocês têm um anexo aí com a proposta – alguns edifícios de utilidade pública, como escolas e alguns equipamentos, não é propriamente um património constituído por terrenos ou prédios devolutos, com potencial imobiliário de elevado valor económico, exceptuando-se os terrenos para construção no vale

da Cerdeira, que estão aí indicados e cuja avaliação me parece excessiva, mas eu também não sou perito nessas questões não vou estar a opinar muito sobre elas.

Em segundo lugar, a proposta também não inclui uma estimativa do encaixe financeiro a médio e a longo prazo pela simples razão de que é uma total incógnita.

É preciso ter em conta que tudo isto se processa numa conjuntura de desespero e de crise. Desespero de uma Câmara que tem uma grave situação financeira, desespero das Agências Bancárias que vêem o seu crédito ao município mal parado, desespero do sector da construção civil por não conseguir recuperar o investimento imobiliário realizado nos últimos anos, que o mercado imobiliário encontra-se estagnado e os construtores mais do que entrarem em pseudo aventuras financeiras, que agravarão ainda mais a sua condição de falta de liquidez, preferem que o município lhes pague pelas obras públicas realizadas.

Em terceiro lugar, a proposta também não discute as vantagens e desvantagens da constituição de fundo, conforme pode ler-se na alínea m) do justificativo que acompanha a proposta, futuramente o município pretende e cito *“vir a incluir no referido fundo, imóveis onde se encontrem a funcionar serviços e instituições do Estado, sem que resulte qualquer benefício financeiro para o município, por tal utilização”* fim de citação.

Na realidade o que a proposta indica é que amanhã poderão integrar este fundo, imóveis que neste momento estão ocupados por serviços que não trazem rentabilidade à Câmara. E que serviços são esses? São serviços descentralizados do Estado, localizados na nossa sede de concelho. É uma forma interessante de colocar a questão, não partilhámos, mas também não é este o principal argumento.

Retomemos então o discurso inicial sobre o propósito do fundo, como já tivemos oportunidade de referir, o papel da entidade gestora é o de avaliar o potencial dos bens no mercado e sugerir formas de rentabilizá-los. A gestão privada do património público significa que terá de haver um retorno e um proveito para o investidor e isto poderá ser feito através da alienação desse património.

Na prática, quais são os cenários que se perspectivam para este negócio e digo nas condições precárias em que se pretende realizar, tendo em conta a actual conjuntura.

A alegada rentabilização de imobiliário, a verificar-se, não é dito que venha a acontecer, e digo a verificar-se porque o investidor privado terá justamente de obter algum retorno para o seu investimento, estará assente em dois parâmetros: numa alienação barata do pouco património com algum valor imobiliário. Trata-se de vender desesperadamente as jóias de família num contexto de dificuldade financeira da Câmara e também de dependência do crédito privado, seja ele banca, seja fornecedores e por outro lado também se vai traduzir numa actualização, entenda-se, “talvez como um aumento exponencial e não discriminado, que é esse o problema” das rendas da habitação social. Isto é mercadejar com as rendas de habitação social e significa obviamente que aquilo que não se quer fazer directamente se está a passar para um privado para o fazer.

Por último, a proposta refere que o Fundo Imobiliário em questão é detido exclusivamente pelo município, mas também não explica porquê. Não é a única opção de criação de um Fundo Imobiliário.

A possibilidade de incluir outros subscritores fica à partida limitada e vem na proposta “em empresas municipais de Mirandela”, o que reforça a tese de que o Executivo em permanência está deliberadamente a engendrar uma manobra sem qualquer significado do ponto de vista da receita, mas que tem como único objectivo disfarçar as despesas de manutenção e beneficiação do património e que passarão agora a constar do Fundo.

A proposta também não refere o montante que o adjudicatário pagará ao município e qual o valor que o município por sua vez pagará ao consórcio vencedor para gestão do Fundo.

Concluindo, o problema não está na passagem deste imobiliário para a gestão de privados, mas no facto, como disse, de se tratar de uma manobra de diversão para disfarçar a questão da dívida associada às obras de manutenção e beneficiação do património e passar também para um banco o ónus da actualização das rendas da habitação social, que aliás, compreende a maioria dos edifícios que estão no anexo à proposta.

Obviamente que para um executivo que prometeu muito em termos de habitação social mas fez muito pouco, assumir agora a responsabilidade de actualização das rendas sociais seria um desastre político e o Fundo acaba por ser uma boa escapatória, é muito mais fácil passar essa função penosa “chamemos-lhe assim”, para um privado, sobretudo para um banco que já estão habituados a lidar com essas questões e serem portanto os maus da fita.

Concluindo, o CDS/PP não é contrário à criação de novos modelos de captação de receitas para o município mas é preciso ter em conta a sua operacionalidade e o contexto em que são implementados.

A constituição de um Fundo Imobiliário só se torna num instrumento eficaz de gestão de património se forem reunidas um conjunto de condições. Se o município tiver uma política transparente de gestão do seu património até à constituição de um Fundo Imobiliário de Gestão privada pode conduzir a resultados desastrosos no sector da habitação social, como já foi oportunamente referido.

Segundo factor, para que haja algum sucesso neste tipo de instrumento, que o município apresente uma situação financeira saudável e sustentável porque senão acontece que a constituição do fundo é vista como a galinha dos ovos de ouro e depois na realidade o desespero financeiro acaba por colocar o município numa situação de vender as poucas jóias da família que tem.

Em terceiro lugar, outro factor que condiciona o sucesso, como foi referido, é se o mercado imobiliário está ou não estagnado e neste caso está estagnado.

Por último, é preciso também que o Fundo para ser atractivo tenha um valor de mercado relevante para o investidor privado, coisa que também não nos transparece através da leitura do anexo que especifica o património imobiliário que irá fazer parte deste fundo.

Por todas estas razões (a questão não é tanto o instrumento em si, mas é a forma como está a ser operacionalizado e o contexto em que é feito) parece-nos uma manobra de diversão, relativamente às despesas de capital envolvidas com a manutenção e a beneficiação destas habitações. Há estes riscos, como vos falei, da subida de rendas, que obviamente não querendo a Câmara assumir esse papel mas que o deveria assumir, porque há muitas situações que terão que ser corrigidas e passá-lo a um privado.

Por todas estas razões, nós não vamos votar a favor desta proposta e optamos pela abstenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Tem a palavra o deputado Baltazar Aguiar.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Para quem veio aqui, quando se discutiram as contas de 2010, dizer que as contas de 2010 reflectiam que acima de tudo estavam as pessoas, é de facto um espanto ver agora esta proposta de constituição do Fundo de Investimento e Imobiliário Fechado.

Eu permitia-me ler aquilo que está no Anexo 2 deste fundo, que é claro:

“A colocação do património imobiliário em apreço, sobre gestão de uma entidade profissional especializada e independente, objecto da supervisão pela CMVM.”

E agora o ponto fundamental, que o deputado anterior também tratou “aliás, faço minhas as palavras dele, até para simplificar a minha intervenção” que diz taxativamente o seguinte:

“O arrendamento a preços de mercado de prédios que integrem o seu património”, aqui não há nada escondido, isto está claro, é uma machadada da e na habitação social e é também claramente uma tentativa desesperada de aumento de receitas. É isto que se pretende, como vamos ver mais adiante na ordem de trabalhos, há outros pontos que vêm a esta Assembleia. Trata-se e tão-somente de desesperadamente conseguir receitas.

Só que se querem receitas, não venham dizer que consideram as pessoas em primeiro lugar. E se querem receitas, então também venha conjuntamente um plano de racionalização dos serviços da Câmara porque aquilo com que nós não estamos de acordo é um aumento indiscriminado de receitas, o que é de estranhar para quem diz que a política hoje em dia é desenfreadamente para o lado das receitas e não apresentam um plano de racionalização dos serviços da Câmara.

Se fizermos um paralelo como aqui foi feito atrás, o Presidente José Gama tinha com certeza uma Secretária e pouco mais do que isso. Se calhar hoje todos os vereadores têm Secretários, têm Assessores, têm uma quantidade de serviços que lhe estão directamente ligados.

Querem mais receitas, estamos de acordo, mas racionalizem os serviços da Câmara. Trazer a esta Assembleia só um aumento de receitas sem racionalização dos serviços da Câmara, nós estamos contra. Nós dizemos também que não estamos contra a constituição do fundo mas contra a apresentação a esta Assembleia, exclusivamente de captação de receitas. Tragam a esta Assembleia captação de receitas sim, achamos que elas são necessárias, tenham em conta as pessoas e tenham em conta a habitação social mas tragam também uma racionalização dos serviços da Câmara.

Por estas razões, nós votaremos contra.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não há registo de nenhuma inscrição dos Srs. deputados.

É evidente! Constató a evidência, mas não registo nem aprovo, porque o poderia ter feito antes. Tem a palavra o Sr. deputado Dinis.

Deputado Municipal Dinis Veiga (PSD):

Eu não tinha intenção de me inscrever mas depois de ouvir aqui determinadas coisas, tenho mesmo que dizer alguma coisa sobre este ponto.

Critica-se a Câmara por parar obras porque não há dinheiro. Critica-se a Câmara porque se deva aos fornecedores e se estão a criar problemas e agora critica-se a Câmara porque procura duma maneira ou outra realizar dinheiros para pagar a quem se deve. Quer dizer, somos criticados por ter cão e somos criticados por não ter cão.

Mas vamos um bocadinho atrás.

Aquilo que a Câmara está a fazer é o mesmo que o Governo está a fazer. O do Governo pode não se chamar um fundo fechado mas que é negociado antes da operação ser colocada no mercado, é verdade. E o pior é que coloca no mercado dívida que é vendida a cinco e a dez anos, com juros proibitivos, porque eles também sabem que não são eles que vão pagar. É a mesma história das Scut's e dos privados.

Fizeram-se Scut's a começar a pagar oito anos depois, o Guterres foi-se embora para a ONU. Nós, para muitas vezes falarmos, temos que olhar também para aquilo que os outros fazem. Esta é uma verdade indiscutível.

Quando um privado quer fazer uma casa, quer fazer um investimento, vai à banca e a banca exige-lhe algo para ele hipotecar. Hipoteca, paga os seus encargos de juros de amortizações, tudo correcto.

Este fundo é praticamente a mesma coisa. Não é hipotecar mas a banca para emprestar à Câmara tem que ter algo que lhe garanta aquilo que lhe vai emprestar. E há aqui uma coisa muito diferente Sr. deputado é que há determinados edifícios que não podem ser vendidos e volto a repetir, há determinados edifícios que não podem ser vendidos.

Se a Câmara tivesse possibilidades de vender terrenos, de vender habitação social, óptimo, mas o povo, se lhe puxamos pelos bolsos, sai cotão e algumas fogalhas de pão. Puseram-nos na penúria, não há nada. Sabe qual é o medo que tenho. É que não exista nenhuma instituição bancária que o aceite. Esse é o medo que eu tenho. O outro não porque ainda aqui há tempos se colocaram terrenos em venda em haste pública e praticamente teve que se pedir por favor a um que concorresse e só comprou um e hoje é capaz de estar arrependido. Isto está falido, não há dinheiro, acabou.

Portanto, a Câmara e muito bem, tenta procurar uma maneira de arranjar dinheiro para pagar a quem deve mas não é para gastar em despesas correntes.

Se somos criticados porque devemos, porque é que não arranjam maneira de arranjar dinheiro. E digo-lhe mais, a Câmara de Mirandela não leva a camisola amarela, já muitas câmaras fizeram isso.

Quanto às rendas sociais, falou-se aqui no papão das rendas sociais. É curioso, eu gostava que essas pessoas passassem pelo Bairro de Fomento, são rendas sociais, há outros que já são proprietários das próprias casas. Eu olho para aquelas casas e vejo bons carros estacionados à porta, antenas de televisão para a TV Cabo! Afinal como é? Muita gente não teve a sorte de ir para um bairro desses, com rendas de miséria e agora tenho que pagar uma renda de 250, 300 ou 400 Euros no privado.

Vamos acabar com esta falsa questão porque há muita gente que está nos bairros sociais e não devia estar e se estivesse devia pagar uma renda realmente justa, conforme aquilo que está a usufruir.

Depurado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

É só para explicar o seguinte:

De facto o Sr. deputado acabou por trazer à baila uma outra questão que não ficou tão clara na minha intervenção que é de se tratar também de uma garantia para a banca tendo em conta o montante de dívida que a Câmara tem em relação à banca.

Como nós dizemos naquilo que foi a minha intervenção, foi no sentido de tornar claro que há modos e modos de fazer, há contextos e contextos e há patrimónios e patrimónios e garantias que se podem incluir ou não e aqui, como acabou de dizer e bem, não há qualquer garantia que o gestor privado relativamente à habitação social não venha a subir as rendas a valores de mercado e o faça sem qualquer discriminação e é aí que a política entra. A política serve precisamente para discriminar determinadas situações e fazer uma discriminação positiva. A política social é para isso que serve, de haver aí uma intervenção de correcção e não deixar o mercado tomar por garantido de que a acção que está a fazer de actualização das rendas, é a mais ajustada.

Se houver na reformulação deste fundo essa garantia, que não há, como acabou de dizer, então aí reconsideraríamos a nossa posição.

Agora, desresponsabilizar a Câmara por aquilo que referiu de haver carros de marca, como disse, no Bairro do Fomento, um bairro onde eu cresci, como tantos outros que vieram um pouco numa situação precária de África, com uma mão à frente e outra atrás, como se costuma dizer e que tenho muito orgulho por ter crescido lá, que muito aprendi.

Essas situações irregulares, chamemos-lhe assim, compete ao poder político resolvê-las e isso vai de encontro àquilo que eu estou a dizer. Se não há uma política de habitação social, que faça essa fiscalização, que faça essa actualização. Não peçam ao privado para a fazer porque ele só tem um critério, é para cima indiscriminadamente, é o critério do mercado.

Não vai estar a distinguir se fulano A ou fulano B, cidadão A ou cidadão B numa determinada situação, com um agregado familiar numa conjuntura que sabemos que é difícil, pode ter ficado até numa situação de desemprego grave e de fraco encaixe na família, de chegar a esse pormenor, não chega.

Isto é uma lição que serve não só para o caso municipal mas serve também para a gestão das contas do País porque o que vai acontecer – aliás já está a acontecer – com a vinda dos avaliadores externos, o que eles vão fazer relativamente à dívida portuguesa é chamada poda grossa. Poda fina que olhe aos particularismos e às necessidades que estão em causa, que as façamos nós e com razão. São os nossos políticos que devem resolver essas questões e não vai ser o privado que as vai resolver.

É por isso que nós temos as nossas razões de cepticismo relativamente a este instrumento.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Queria congratular-me com a intervenção do Sr. deputado porque finalmente ficou claro o que é que se tratava neste ponto. As coisas estão claras. É um aumento de receitas e o terminar de qualquer política de habitação social e lamentar, também queria o meu lamento, porque confesso que gostaria muito de ter ouvido a palavra do Sr. deputado sobre a nossa proposta.

A proposta é conjuntamente com o aumento de receitas que viesse um plano de racionalização dos serviços da Câmara. Devo dizer que lamento não ter ouvido a sua palavra sobre a segunda parte da minha intervenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Perguntava ao Sr. Presidente se quer usar da palavra.

Presidente da Câmara Municipal:

Sou obrigado a usar da palavra Sr. Presidente, com tanta criatividade que vi aqui depois de almoço.

Há situações em que uma pessoa fica impressionada porque quando pensa algumas coisas não lhe dá o requinte nem a criatividade que estes membros da Assembleia hoje quiseram aqui transmitir sobre este fundo. Não foi essa a pretensão, nem é e tem também aqui alguns adornos transmitidos por esta Assembleia que eu queria explicar, sob pena de todos ficarem confundidos com o que se passa.

E a questão é tão simples como isto. Vamos ao princípio geral e é sempre assim.

Toda a gente critica ao longo dos anos e criticou que não se faz dinheiro e mais, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal o principal reparo é sempre o mesmo. Lembram-se bem, se lerem os relatórios da oposição em todos os sítios, o exemplo dado era a venda de património em cada ano. O ridículo, 100% a menos, 90% a menos, 500% a menos, do que aquilo que estava contratado.

E pensava eu que essas críticas sobre o património eram relevantes. Eu até dizia na altura que ainda bem que não se vende património.

Arranjou-se uma forma, que é um Fundo Imobiliário Fechado, para se poder rentabilizar esse mesmo património, rentabilizar não só a venda do que pode ser alienado mas também a renda do que existe em termos duma gestão privada, que pode ser aqui equilibrada e pode ser eficiente porque quem é o dono do fundo, por isso é que ele é fechado, é sempre a Câmara Municipal que vai ter a última palavra sobre toda a decisão do Fundo.

E então vem este papão que agora aqui ouvirem das rendas sociais.

Eu não sei se esta Assembleia sabe, mas não deve saber, que a Câmara só recebe 19 rendas sociais. Isto é impressionante, é preciso dizê-lo aqui, que preocupação tão grande, quando a Câmara só tem 19 inquilinos porque tudo o resto não é da Câmara, é do INH e do extinto INH, que estão no Bairro do Fundo de Fomento e noutros, onde grande parte já foi alienado aos próprios inquilinos e a outra parte está arrendada directamente ao conjunto das pessoas pelo Instituto Nacional de Habitação. A Câmara não tem nada a ver com isso. A Câmara a única coisa que tem a ver é com estas habitações que aqui estão que pagam renda à Câmara e que não representam duas dezenas. Portanto, não custará nada à Câmara nem era com a intenção de subir rendas, porque só são vinte, que a Câmara fazia isto. Se ela

tem a última palavra, se quiser manter as rendas, mantém-nas sempre e assume a Câmara a diferença desse arrendamento. Ó meus amigos, são duas dezenas, não chega, as pessoas se calhar pensavam que a Câmara era detentora aqui de algumas cem ou duzentas habitações nos bairros de habitação social para levantar esta questão. São essencialmente no bairro operário, nem é noutras sítios, tirando essas situações pontuais.

O segundo argumento também acho uma questão engraçada, por um lado a alienação é barata, isto é, esperamos que depois a Câmara não entregue a alienação barata a particulares que podem utilizá-la para tirar dividendos.

Mas entretanto diz-se que a avaliação que aqui está nestes edifícios é demasiado elevada, ninguém a vai querer. Então no que ficamos? É elevada, defende os interesses, defende o património ou é uma alienação barata onde toda a gente vai ficar prejudicada com esta situação.

Ó meus amigos, não tem os montantes porque não deve ter, este tipo de fundos é para ser negociado sobre supervisão da CMVM porque só algumas entidades credenciadas e reconhecidas pelo próprio Banco de Portugal é que podem concorrer a estes fundos fechados, são entidades idóneas, não é qualquer entidade, têm que estar credenciadas e capacitadas pelo Banco de Portugal, nomeadamente entidades bancárias.

Outra das questões que aqui ouvi e que tem algum sentido, que é: “se trouxessem um plano entre a redução de despesas e a obtenção de receitas, nós aprovávamos”. Ó meus amigos, quem não é capaz de aprovar um plano, isso é retórica política, não é capaz de aprovar um plano de obtenção de receitas mesmo que isto não constitua nenhum encargo para o futuro, como outros fazem e não é nenhum encargo para o futuro é sobre o que existe.

Agora imaginem se eu trouxesse aqui redução de funcionários, “estão a ver o Partido Socialista a votar a favor”, é perfeitamente claro e objectivo.

Quando o Eng.º Baltazar há bocado perguntava que pelo menos no Município de Mirandela quantos assessores tem porque antigamente o Dr. José Gama só tinha um, não leu se calhar a última acta, onde houve 60% de redução naquilo que é pessoal político e que publicamente esta Câmara nos três vereadores a tempo inteiro, mais o Presidente da Câmara, só tem um Chefe de Gabinete e dois Secretários, mais nada. Todo o Executivo só tem pessoal nomeado, estas três pessoas, um Chefe de Gabinete e dois Secretários, para o Executivo inteiro, rigorosamente mais nada.

Digam-me qual é a Câmara que tem menos. Já teve mais, já sim senhor, já teve lá o Sr. Marcelo, já teve lá o Sr. Amândio, já, mas já não tem. Pelo menos deviam nesta altura dizer qual é o facto e qual é a realidade objectiva. Tem a minha Secretária, um Secretário do Dr. Maçaira e um Chefe de Gabinete que é o Dr. Rui. Mais ninguém no Executivo está nomeado. Às vezes dizem-se as coisas para que as pessoas fiquem confusas, com uma grande complicação.

Agora, é verdade que isto é para fazer dinheiro, é verdade que é para obter receitas, mas às vezes obter receitas não quer dizer que se racionalizem melhor os serviços e se tirem melhores proveitos dos próprios serviços, não há aqui mais nenhuma intenção de nada, eu não quero comparar nada disto com o que o Governo está a fazer em passar encargos para o futuro, não estou...então tirava um empréstimo a 15 ou 20 anos ou fazia uma parceria público privada para construir determinados edifícios e pagava-se daqui a dez anos com 20 de carência como se faz às vezes, ou vice-versa. Não é nada disso, é específico, é para esta finalidade que está aqui e a esta Assembleia compete dizer apenas isto: ou concorda que se abra o concurso público para esta situação ou não concorda e está tudo bem, tão simples como isto.

Presidente da Assembleia Municipal:

Então, estamos agora em condições de votar.

O Sr. deputado está a pedir a palavra para este assunto? Esgotou o seu tempo mas se é algum contributo rápido para melhor esclarecimento deste assunto, com certeza que poderá usar da palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

O esclarecimento é simples.

Se vocês virem o Anexo 1, podem notar o valor do património que está em causa.

Como eu disse na minha intervenção, tirando um terreno ou dois que está aqui, o resto não tem qualquer significado nem valor económico.

Quando estamos a falar de dezanove casas que estão numa condição de rendas de habitação social, é problemático. Num município em que se fez uma transferência de um terreno que até custou à Câmara numa trapalhada que envolveu inclusive uma construtora, que o PSD até teve umas boas relações com essa construtora no passado, tem umas histórias engraçadas.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mas julgo que isso está fora de contexto Sr. deputado, peço-lhe imensa desculpa, estava a confiar na sua capacidade de síntese e de celeridade...

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Faço, mas se me continuar a interromper, não faço.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não Sr. deputado, peço-lhe imensa desculpa, eu não o interrompo. Eu cumpro o Regulamento e como vou cumprir o Regulamento, vou-lhe tirar a palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito obrigado pela atenção.

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos votar.

Quem vota contra?

Quem se Abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 12

Abstenções, 1

A Favor, 44

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 57 membros dos 75 que a compõem, deliberou, por maioria, com 44 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção, aprovar, autorizar a constituição de um fundo de Investimento Imobiliário Fechado detido exclusivamente pelo Município.

PONTO 4.7- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2011, que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD, 2 abstenções dos membros do PS e 1 voto contra do membro do CDS/PP:

- 1 – Aprovar o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do estatuto do Direito de Oposição;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.**

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos então continuar.

Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição.

Sr. deputado Fraga pode usar da palavra.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Muito boa tarde Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar as minhas desculpas por chegar tarde, mas enfim, está a ser um dia complicado para mim por motivos da minha vida particular e familiar e espero que compreendam.

Sobre este assunto que aqui me traz, eu queria fazer aqui algumas considerações.

Li o Relatório que me chegou relacionado com o Estatuto da Oposição ou do tratamento que ela tem tido e isto faz-me até lembrar uma peripécia que me aconteceu em criança, nesta então, vila de Mirandela.

Havia vendedeiras na rua, que vendiam tremoços e fruta.

Uma vez, junto ao antigo quartel dos Bombeiros, junto ao Tanque, havia uma senhora, que infelizmente já faleceu, Eu era miúdo, andava no primeiro ciclo, passei e vi bananas, - que na altura eram uma coisa rara e que hoje há em toda a parte – e comprei duas ou três.

Para meu espanto, quando cheguei à frente, fui para comer uma, estava rija como a cortiça e amarga e fui atrás reclamar à Sr.ª. – Ela diz, o menino se calhar comeu-a com a casca.

Presidente da Assembleia Municipal:

Mas não era?

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

É óbvio Sr. Presidente, que não.

Então em troca deu-me duas laranjas. Só que azar dos azares, peguei na laranja, abri-a e era amarga como o fel e voltei novamente ao pé da Sr.ª.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Fraga estava com azar nesse dia.

Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):

Pois estava.

A Sr.ª diz-me, isso não é problema, chega a casa, com uma faca corta a laranja em quatro e mete açúcar no meio e é comer e gritar por mais.

Vamos então directos ao assunto.

Este relatório que foi elaborado está muito bonito, muito colorido, tentaram adoçá-lo muito, há lá coisas que dizem “os Srs. deputados municipais, têm sido tratados em pé de igualdade”, somos todos deputados legítimos, é o que já disse aqui de manhã, quer os Srs. Presidentes de Junta que também são deputados por inerência e os que são eleitos directamente, somos todos deputados. Penso que foi infeliz a pessoa, ao fazer essa alusão à Assembleia Municipal, foi o tentar colorir.

Mas o que me preocupa e o que eu acho que o tratamento que não tem sido assim tão real e tão objectivo e tão democrático é que ao constatar as actas do Executivo. O Srs. Vereadores da oposição, em inúmeras reuniões do Executivo, se queixam que muitos assuntos pertinentes só sobre a hora é que lhes são facultados os dossiers e isto está mal, há algo a corrigir. Se o que eu estou a dizer não está correcto, estão aí os Srs. Vereadores e se o Sr.

Presidente autorizar, que tem toda a legitimidade para o fazer, eles que digam, mas é o que eu depreendo. O tratamento não tem sido assim tão democrático, que é a palavra exacta, quanto o relatório nos faz crer.

O que eu julgo é que se devia trabalhar no aperfeiçoamento, em pé de igualdade, fazer chegar a informação, os dossiers a quem de direito, porque uma coisa é aquilo que o Sr. Presidente, que permanentemente está a presidir ao Executivo e os Vereadores a tempo inteiro, outra coisa é os Srs. Vereadores que estão em regime de não permanência, que têm as suas vidas, que têm os seus trabalhos e que não podem continuamente estar ali sobre o assunto e é isso que eu lamento, que eles se queixam continuamente.

Sr. Presidente, fica este reparo.

Muito colorido, muito adocicado, mas está azedo também pelo meio.

Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Tem a palavra o deputado Luís Sousa.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Depois de uma intervenção tão colorida e sintética, acho que não vou conseguir ultrapassar seguramente porque sintetizou aquilo que é de facto este relatório.

Peço desculpa a quem o fez mas eu considero isto uma fantochada e mais valia ficarmos na situação que estávamos no passado porque às vezes a ignorância é reconfortante, não se fazia o relatório, mas andou para cá um chato, que veio aqui para esta Assembleia, das primeiras coisas que disse, foi que este Executivo estava em falta de fazer este relatório e então apressaram-se de fazer assim esta ninharia e depois publicá-lo no Diário da República.

Isto é ridículo porque é uma comunidade pequena, é um município pequeno, são vizinhos, com ideias diferentes, admito, e passam-se coisas vergonhosas em termos de facultar informação, de responder a solicitações, etc., esta Câmara podia funcionar tão melhor se houvesse um bocadinho de abertura por vezes e um bocadinho mais de respeito a quem não ganhou as eleições, a quem não ganhou o poder, isso é que é importante.

Eu vou só lembrar algumas questões que penso que já teriam sido referidas até em reunião de Câmara que são preocupações que temos constantemente referido e que têm sido ignoradas relativamente à observância do direito da oposição.

Pedidos de informação, requerimentos apresentados durante as reuniões de Câmara ou sessões da Assembleia Municipal, não são respondidos. Dou-lhe o exemplo, questão da indemnização de familiares acidentados da linha do Tua, nunca mais obtive resposta.

Relatório do IGAT, solicitei aqui ao Sr. Vereador Branco e nunca se dignou de enviar o dito relatório.

Relatórios anuais de representações institucionais, já foi aqui mencionado, das várias representações que a Assembleia tem, também nunca foram aqui trazidos.

Documentos que no nosso entender são cruciais para avaliação das propostas submetidas pelo Executivo à deliberação da Assembleia Municipal. Título de exemplo, tivemos agora a questão da constituição do Fundo Imobiliário e refere na sua alínea e), cito "*no âmbito dos estudos e reflexão que têm promovido, com vista a identificar as melhores e mais seguras soluções técnicas institucionais para os referidos efeitos, foi identificada como solução mais adequada a integração de algum do seu património imobiliário, num Fundo de Investimento Imobiliário Fechado, detido em exclusivo pelo Município e eventualmente por empresas municipais de Mirandela*". Onde é que estão os ditos estudos? Onde está a tal reflexão? Nós não temos direito, também? Não temos direito de ver o que fundamenta esta proposta?

Aquando da reorganização de serviços, reafecção de recursos humanos da Câmara, ousámos questionar o Executivo se existia algum estudo objectivo e rigoroso que nos fizesse uma análise longitudinal e funcional das necessidades de evolução dos recursos humanos da Câmara, nunca foi facultado. Hoje já foi dito que esse estudo vai ser feito e que nos vai ser entregue. Aguardaremos.

É prática sistemática do Executivo não facultar à oposição documentos de análise das propostas de orçamento e planos de actividades ou de entregá-los dois dias antes e por vezes até com alguns erros e omissões, o que é perfeitamente natural, não é tanto isso que me preocupa, mas obviamente que dois dias antes da reunião, é complicado de poder avaliar esses materiais para estar preparado e poder contribuir para o debate.

Também raramente são submetidas à apreciação desta Assembleia as contas de gestão das empresas municipais e de outras participações em capital, certificadas por Revisores Oficiais de Contas.

Tivemos a explicação porque é que a do Matadouro e do Hospital da Terra Quente não foram enviadas, porque ainda não foi feita a reunião, etc.

Se calhar também convinha coordenar as datas de apreciação das contas para que tudo chegasse ao mesmo tempo para que pudéssemos fazer a sua avaliação na globalidade.

No que concerne ao agendamento das reuniões são cumpridos os prazos mínimos legalmente estabelecidos. Eu não posso fazer disto uma queixa pessoal porque todos temos as nossas vidas privadas, as nossas preocupações e os nossos compromissos, mas a minha agenda não funciona com 15 dias de antecedência. Nunca funcionou e já não funciona há muitos anos para cá, não funciona com 15 dias de antecedência.

Procedimentos de consulta, inexistentes.

Apoio logístico a grupos políticos também não se encontra regimentado.

Em algumas ocasiões, como diz o relatório, esse apoio foi concedido, só que sem nós sabermos ao que temos direito e ao que não temos direito. Aliás, numa determinada ocasião até coloquei esta questão ao Primeiro Secretário.

Noutras iniciativas o apoio é negado ou tem que ser parcialmente suportado pelos próprios deputados da oposição.

Estamos a falar de actividades que obviamente são de interesse para o Município e algumas que foram aqui desenvolvidas.

Nós organizámos aqui um seminário sobre convivência na escola, teve aqui público e não esteve tão mal de público, até para uma tarde agradável em que as pessoas podiam estar a fazer outra coisa mas vieram cá porque era

um tema interessante e oportuno, dada aquela situação particular que tivemos numa nossa escola e também não foi noticiado na Agenda Municipal.

Recordo-lhe também da questão que foi aqui proposta da entrega das senhas de presença, num Natal, que foi até aqui votada, ao Lar do Menino Jesus de Pereira e que essa entrega foi feita, também não mereceu atenção. São coisas ridículas.

E-mails, páginas pessoais para os membros da Assembleia Municipal, no portal da Câmara, há quanto tempo bato nesta tecla, também não foram disponibilizados.

Espaço de reuniões disponibilizado para a oposição, só fiquei a saber através do relatório, portanto já teve utilidade o relatório. Fiquei a saber que há um espaço para nos reunirmos, para recebermos pessoas, mas pelo que parece é pouco funcional, inacessível a pessoas que tenham dificuldades motoras.

A outra questão que notamos com agrado do relatório é que foi retirada aqui uma expressão que até referia o método de eleição dos deputados intermunicipais e ainda bem que foi oportunamente retirada mas se é para cumprir formalismos mais vale estar quietos. E continuo a sublinhar que isto é uma comunidade pequena, que nos conhecemos todos e que todos podem dar contributos valiosos para o bom governo desta casa. Portanto, um bocadinho mais de tolerância de abertura e de consideração por quem também tem um papel ingrato, que vocês sabem que também não é fácil estar aqui a bater na mesma tecla, como diz o Prof. Dinis, mas é o nosso papel, oxalá um dia também seja o vosso.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):

Quero antes de tudo dizer que eu não estou a ganhar tempo por causa das cinco e meia, é que eu já tinha previsto intervir neste ponto.

Em relação ao Estatuto do Direito da Oposição, começo por dizer que a oposição esquece-se quase sempre que não é poder executivo e na minha opinião não pode ter a veleidade de tudo querer saber e de tudo controlar.

A oposição não pode pretender governar, administrar, gerir, optar, priorizar e definir estratégias de intervenção concretas. Para isso é preciso estar no poder e para estar no poder é preciso ganhar eleições.

Quem ganha as eleições deve governar, se possível com estabilidade e quem é da oposição deve fazer oposição construtiva e proactiva com ideias objectivas e com propostas alternativas.

Estas são as regras da democracia, que se quer, como não podia deixar de ser, participativa, transparente e rigorosa.

A oposição não pode pretender integrar membros seus nos gabinetes de apoio pessoal dos Presidentes de Câmara ou dos Vereadores, porque como sabem são cargos de nomeação política e de confiança pessoal.

Em relação a esta questão eu não falo na minha posição pessoal, na medida em que o Sr. Presidente da Câmara já esclareceu o deputado Baltazar Aguiar, relativamente ao número de assessores desta Câmara.

Mas há uma coisa que eu lhe garanto: aquilo que me pagam é bem pago, acredite.

Não é a oposição que deve definir o rumo a seguir nas prioridades nos domínios da educação, da cultura, do desporto, da acção social, do urbanismo ou do ambiente, embora possa e deva exercer a sua acção de fiscalização e de controlo ou o seu direito de acesso a documentos administrativos ou exprimir com liberdade as suas ideias.

Sobre o desempenho dos membros da oposição, eu também posso perguntar:

- Será que toda a gente sabe que propostas concretas e que alternativas viáveis têm apresentado em Mirandela?
- Que ideias, que projectos e que estratégias lhe são conhecidas sobre Mirandela e o seu desenvolvimento? De que forma têm prestado contas a quem os elegeu? Que medidas repudiam e que decisões tomariam nos vários sectores de intervenção municipal?
- Mais, defendem uma postura diferente quanto ao apoio que tem sido concedido à organização, por exemplo, de festas no concelho de Mirandela?
- Que tipo de relacionamento teriam com as Juntas de Freguesia? Delegariam mais ou menos competências? Em que sectores? De que forma?
- Que política defendem quanto ao relacionamento do município para com as colectividades de Mirandela? Reduziriam os apoios, ou acabariam com os subsídios?
- Que investimentos prioritários defendem para Mirandela e que obras jamais realizariam?

Sei o que normalmente a oposição diz, aqui e noutros municípios, raríssimos, em que esse relatório é elaborado e as críticas são idênticas em todos os municípios.

Quanto à auscultação dos titulares do direito de oposição na elaboração dos documentos previsionais, aqui o Executivo é normalmente preso por ter cão e por não ter.

Se os não convoca, é porque tem um comportamento antiético e antidemocrático e se os convoca é normalmente acusado de não ter colocado na mesa todos os dados, de ter criado obstáculos ou de não incluir nos documentos as suas propostas.

Quanto a essa questão dos mails disponíveis no portal do município, é verdade que eu como gestor de conteúdos da página do município, nunca coloquei os mails dos membros desta Assembleia, mas não foi para dificultar ou coarctar o legítimo direito dos cidadãos de contactar com a oposição e de esta ouvir aqueles. Foi apenas porque raros membros desta Assembleia tinham fornecido o respectivo mail.

Essa omissão, se é que existia, está resolvida, convido-o a ir à página do Município de Mirandela. Já lá estão vários contactos e vários mails dos elementos desta Assembleia Municipal.

Outra das críticas comuns dos titulares do direito de oposição é a inexistência no portal do município de um espaço, especificamente para eles. Não creio que isto seja necessário, na minha opinião, até porque hoje é tão fácil criar portais na Internet, é tão fácil criar blogs políticos e partidários. A oposição pode fazê-lo e pode aí fazer também oposição à gestão municipal em Mirandela.

No que diz respeito à questão que foi rectificada hoje no relatório que vos foi apresentado, eu aqui faço mea culpa. Fui eu que erradamente induzi o Sr. Presidente da Câmara em erro na medida em que confundi a Comunidade

Intermunicipal de Trás-os-Montes com a CPCJ. Errar é humano e reconhecer os erros na vida pessoal e política também me parece uma atitude nobre.

O texto que vocês receberam e que vai ser publicado no Diário da República tem já a redacção correcta.

Em relação ao espaço cedido à oposição no terceiro piso, creio que há também aqui uma falha de comunicação entre a Vereadora do CDS/PP e os deputados municipais do CDS/PP. Penso eu e peço desculpa à Vereadora Graça Calejo se estarei errado, mas eu tenho a certeza que ela sabe que esse espaço foi disponibilizado pela Câmara de Mirandela. É verdade que esse espaço é de difícil acesso, está no terceiro piso mas também é verdade que no rés-do-chão e no primeiro andar eu posso-lhes garantir isso e convido-os a ir lá. Não há um único espaço disponível para isso porque estão todos ocupados com funcionários da Câmara Municipal e também com o Presidente da Câmara e com o pessoal político a ele afecto.

O relatório também não diz, mas eu vou dizer e se calhar isso não acontece em todas as câmaras. Eu já fui ao lançamento de vários livros nesta Câmara Municipal que foram escritos por membros da oposição e, tanto quanto eu sei, não lhe foram criados obstáculos a esse nível.

Relembro aqui os dois livros publicados por um antigo deputado municipal do Partido Socialista, o Dr. José António Costa Ferreira, e também de um livro publicado e da autoria (penso que é juntamente com outra pessoa, neste caso o João Triães) do deputado Luís de Sousa, intitulado “Corrupção e os Portugueses”.

São dois conhecidos militantes da oposição que aqui estiveram a lançar livros seus e eu acho muito bem, acho que aí a Câmara esteve bem.

Num desses lançamentos (eu não sei se vocês estiveram presentes) esteve inclusivamente em Mirandela um Sr. chamado Fernando Rosas que é um militante conhecido do Bloco de Esquerda.

Isto não é respeitar a oposição? Eu acho que é. Se calhar nem todas as câmaras dariam esta possibilidade de publicar e divulgar livros de pessoas de Mirandela, independentemente das suas opções políticas e partidárias e a Câmara de Mirandela deu e muito bem.

Eu sei que há pessoas que têm aqui os seus portáteis, é fácil, se forem à página da Câmara Municipal, na página principal, do lado esquerdo, existem várias subpastas. Uma dessas subpastas é referente à Câmara Municipal e vocês com um único cliquezinho na Câmara Municipal imediatamente se apercebem que estão lá nessa sub-pasta as Grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara de 2006 a 2011 e as Prestações de Contas de 2005 a 2009.

Eu pergunto: em quantos municípios existe informação tão detalhada? Em quantos municípios é elaborado o relatório do estatuto do direito da oposição, depois de ser pedido por um dos titulares do direito da oposição?

Isso aconteceu porque o Sr. Presidente da Câmara quis que ele aqui estivesse. Ninguém pediu que ele aqui estivesse e a lei diz que ele só é apreciado na Assembleia Municipal depois de um pedido de algum titular do direito de oposição.

Termino a minha intervenção partilhando convosco o que António Cândido Oliveira escreveu na sua obra “As Assembleias Municipais Precisam de Reforma”. *“A função da oposição é aplaudir o que é de aplaudir e criticar o que é de criticar. Uma oposição que critica tudo, descredibiliza-se. Quando critica, mesmo com razão, corre sempre o risco de não ser levada a sério e isso não a beneficia. A oposição deve conquistar o poder, não porque quem governa, governa mal, mas porque tem propostas de melhor governo. Na democracia devem ser observadas duas regras fundamentais: o respeito pela verdade (factos são factos) e o respeito pelo adversário”*. Muito obrigado.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Muito brevemente para dizer o seguinte:

Quanto à questão dos e-mails, até admito que a opção que tomou nem sequer é a melhor porque eu também não fui consultado se o meu e-mail profissional deveria ser colocado no site da Câmara. O que foi referido é que há e-mails institucionais que não foram atribuídos, que é diferente. O meu e-mail pessoal, tenho-o para motivos de trabalho e não é seguramente da Câmara Municipal.

Outra questão. Se de facto este relatório, nem que fossem duas páginas, mas que fosse um bocadinho crítico, tivesse a abertura suficiente para dizer, se calhar neste e naquele aspecto, falhámos, ou precisamos de reforçar ou de melhorar, etc., até era capaz de ter o meu voto favorável porque eu me bati sempre que esse relatório fosse feito e já agora também lhe deixo aqui um pedido perpétuo que até ao final do mandato tragam sempre cá o relatório se o fizerem, mas espero que não seja feito neste estilo de estado novo, é aquela história, não eram colónias, eram províncias ultramarinas, não era polícia de repressão, era polícia internacional de defesa do estado. Não era a ditadura, era democracia orgânica, veja lá que até na altura da ditadura se votou tanto, nós tivemos das ditaduras que mais vezes a eleições foi, é por isso que ela durou 48 anos.

Portanto, esses formalismos não nos interessam e o que interessa é que haja aqui ponderação de ambos os lados, do nosso também.

Se sentimos que há determinado tipo de preocupações no funcionamento, obviamente que não queremos inverter os papéis Sr. Secretário, que isto fique bem ciente. Também não venha para aqui a dizer “vocês não apresentam outras propostas”, nós fazemos o nosso papel de fiscalização e vocês fazem o vosso de governar. A questão é que se respeitem os papéis e nós para fazer o papel de fiscalização, precisamos de informação, informação que a temos de transformar em conhecimento, em política, em acção. Se não a obtivermos ou se a obtivermos de uma forma limitada, também a nossa actuação fica ferida de qualidade e é isso que não queremos. Muito obrigado.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Três pontos neste tema.

O primeiro ponto é para enaltecer o brilhantismo da intervenção do deputado Carlos Fraga e que me revejo completamente na intervenção dele. Não seria capaz de fazer uma intervenção tão brilhante até, como ele fez.

O segundo ponto é em relação ao Sr. deputado, Dr. Rui, que lhe queria dizer que creio que sabe que eu tenho muito apreço pelo seu trabalho e, portanto, longe de mim (penso que sabe disso) pensar ou ter qualquer atitude ou a minha intervenção poder provocar uma situação dessas sobre o salário que aufer.

A terceira questão é uma questão simples. É pela segunda vez que vou ter que fazer isto nesta Assembleia mas tenha que me penitenciar por um défice de informação. É que quando falava, no ponto anterior sobre os assessores dos assessores, eu não sabia que alguns já tinham passado ao Quadro da Câmara. Muito obrigado.

Presidente da Assembleia Municipal:

Não registamos inscrições.

O Sr. Presidente quer usar da palavra?

Presidente da Câmara Municipal

Sim, Sr. Presidente, só para neste tom que o Carlos Fraga introduziu aqui, acho que é bem-vindo embora depois tivessem deturpado as palavras não foram tão alegres nem com tão humor como começou, dizer-lhe também num tom humorado que ainda teve a sorte que da laranja que encontrou mais tarde, ainda teve a sorte de ficar com o gosto amargo porque se tivesse encontrado uma rosa a quem tivessem tirado as pétalas, só ficava com os espinhos.

Dizer-lhe também que eu só conheço um critério, penalizo-me por isso, de quinze anos que estou à frente da Câmara, também se ganham vícios e eu, mesmo este do relatório, só o corrijo, que o trabalho é do Dr. Rui Magalhães, confesso que metade, se não fosse ele, como ficou aqui bem demonstrado tecnicamente por ele, eu não teria sequer atingido metade do respeito (pelo menos no relatório) deste direito da oposição.

Mas há uma coisa que eu respeito no Executivo e aí é que eu desafio alguém que diga que não tem os documentos na hora que legalmente a lei exige. Eu só consigo perceber um critério objectivo durante os anos todos, se quiser cumpri-lo, é que de acordo com o que diz a lei, 48 horas antes (nós mandamos à quarta-feira e só há reunião à segunda, nem contam os fins-de-semana), os vereadores têm sempre os documentos em ordem, só estou a falar do Executivo. Nunca nenhum dia ficou depois de quarta-feira. E conheço câmaras que nem os documentos mandam com a Agenda.

Se este prazo legal não é o suficiente, estamos de acordo. Eu só conheço um critério que seja homogéneo e que seja idóneo e capaz, é o que a lei prevê. Se a lei prevê fantochadas, temos que a corrigir e acho que é um papel de todos, ou vamos pedir que a corrijam.

Para terminar com humor, para responder ao Eng.º Baltazar, dizer-lhe que está mais uma vez enganado. Já se penitenciou duas vezes porque não sabia, vai penalizar-se a terceira, é que nenhum desses assessores foi contratado, foram os dois reformados.

Presidente da Assembleia Municipal:

Terminou Sr. Presidente? Terminou.

Como não tem votação, a mesa também se regozija pelo modo louvável como estão a decorrer o decurso dos debates, entre os lamentos da oposição sobre o que se passou e que a mesa registou e as justificações de quem elaborou o relatório, queria que todos constatássemos que há um esforço e um caminho comum e que progride de etapa em etapa na melhoria.

A mim fez-me lembrar “perdoem-me”o que um dia o saudoso e grandíssimo poeta transmontano Miguel Torga, disse num grande auditório em S. Paulo, quando se falava acerca das línguas, ele rematou pedindo a atenção de todos, “bom, mas o que é certo é que estamos aqui a falar em português” e Srs. deputados, o que aqui estamos nós também a fazer é democracia e entre os arremedos de uns e a tolerância de outros estamos no caminho certo e a mesa não deixa de se regozijar com esse aspecto.

PONTO 4.8- ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA RESÍDUOS DO NORDESTE, EIM.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: Em reunião do Executivo Municipal de Mirandela, realizada no dia 11 de Abril de 2011, foi deliberado por unanimidade, aprovar, nos termos dos artigos 8.º, n.º 1, alínea a) e 17.º, n.º 1, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, a participação deste Município no capital social e a alteração dos Estatutos da Resíduos do Nordeste, E.I.M., em conformidade com a minuta junta em anexo à proposta apresentada pelo Conselho de Administração dessa empresa em 30/03/2011, e que aqui se dá por integralmente reproduzida, determinando-se ainda que a mesma seja submetida à apreciação/aprovação da próxima Assembleia da Municipal Ordinária deste Município, a realizar no dia 29 de Abril de 2011, em cumprimento dos poderes de fiscalização e acompanhamento desse órgão quanto às actividades da Câmara Municipal em empresas municipais e na prossecução das suas atribuições, nos termos e para os efeitos dos artigos 8.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e 53.º, n.º 1, alíneas c), d) e q) e n.º 2, alínea Mirandela) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

No âmbito da proposta apresentada foi também deliberado habilitar os órgãos sociais da Resíduos do Nordeste, E.I.M., a proceder às diligências registais e administrativas necessárias à transformação e modificações propostas, com vista aos fins aí previstos, nos termos e para os efeitos dos artigos 130.º a 140.º-A do Código das Sociedades Comerciais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 33/2011, de 7 de Março, submetendo-se igualmente esta habilitação à apreciação da próxima Assembleia da Municipal Ordinária deste Município.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Vamos agora discutir e votar uma alteração dos estatutos duma empresa importante dos resíduos. As questões ambientais são muito importantes, é a melhor herança que nós vamos deixar aos nossos filhos e netos e eu estou certo

que vai haver um debate interessante sobre esta questão que aqui está “**Alteração dos Estatutos da Resíduos do Nordeste**”

Queria, com a minha habitual sinceridade, dizer-vos que eu não conheço a empresa mas irei visitá-la em breve e depois falaremos que se trata de uma ponte muito importante para a nossa região.

A mesa vai registar as inscrições. Quem se inscreve?

Eu estive aqui com tanto esforço a encaminhar, a encaminhar para a importância ambiental e agora os Srs. deputados não se inscrevem? Eu passo já a palavra ao Executivo.

Presidente da Câmara Municipal:

Sr. Presidente, eu a única coisa que posso dizer para contribuir para o esclarecimento ambiental necessário é que o que aqui vem é uma alteração aos estatutos da empresa Resíduos do Nordeste que já existe há bastantes anos, que tinha como sócios as Associações de Municípios, Terra Quente, Terra Fria e Douro Superior, nos estatutos que ainda existem, até à aprovação desta Assembleia.

Entretanto foi constituída também com Vila Nova de Foz Côa, que estava fora do Distrito de Bragança, são 13 municípios e no nosso entendimento de dirigentes desta empresa e eu como Presidente que a responsabilização das câmaras municipais, que são as consumidoras finais da parte que são as que fornecem os resíduos e têm que os pagar, tinham que ser sócios individuais porque era mais fácil por um lado responsabilizá-las directamente pelo não cumprimento das suas obrigações, nomeadamente financeiras e em segundo lugar, porque sendo as câmaras municipais as sócias directas isso reflectia-se nas próprias contas municipais directamente, sem ser através da Associação de Municípios.

Uma alteração é que sejam sócios não as três Associações de Municípios mas que passem a sua quota para as treze autarquias que são todas identificadas, as 12 do Distrito de Bragança, mais Vila Nova de Foz Côa.

A outra alteração é no objecto que em vez de ter só como objecto o tratamento de resíduos, se acrescente também a água porque nunca se sabe quando no futuro estas problemáticas não tenham que ser associadas e já estava preparado o objecto para que tal pudesse acontecer.

São estas apenas as alterações aos estatutos desta empresa.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado Sr. Presidente da Câmara.

Vamos votar então

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro:

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos contra, 0

Abstenções, 1

A Favor, 56

DELIBERAÇÃO: Em reunião ordinária desta Assembleia Municipal de Mirandela, realizada no dia 29 de Abril de 2011, foi deliberado por maioria, aprovar, nos termos dos artigos 8.º, n.º 1, alínea a) da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e 53.º, n.º 1, alíneas c), d) e q) e n.º 2, alínea m) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, a participação da Câmara Municipal de Mirandela no capital social e a alteração dos Estatutos da Resíduos do Nordeste, E.I.M., em conformidade com a minuta junta em anexo à proposta apresentada pelo Conselho de Administração dessa empresa em 30/03/2011 e remetida para aprovação deste órgão pelo Executivo Camarário em 11 de Abril de 2011, que aqui se dá por integralmente reproduzida, deliberando-se ainda que, no âmbito da proposta apresentada, os órgãos sociais da Resíduos do Nordeste, E.I.M., sejam habilitados a proceder às diligências registais e administrativas necessárias à transformação e modificações propostas, com vista aos fins aqui previstos, nos termos e para os efeitos dos artigos 130.º a 140.º-A do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 02 de Setembro, com as alterações introduzidas até ao Decreto-Lei n.º 33/2011, de 07 de Março.”

PONTO 4.9 - PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ESTACIONAMENTO.

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 11 de Abril de 2011 que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, conforme proposto, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 abstenções sendo, 2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP:

1 – Aprovar a Proposta de Regulamento Municipal de Estacionamento;

2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.”

Presidente da Assembleia Municipal:

Ponto 4.9 da Ordem do Dia, Proposta de Regulamento Municipal de Estacionamento.

Deputado Luís Sousa, faz favor de usar da palavra.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Isto trata-se de uma fonte de receita para o Município, já discutimos aqui hoje, não temos nada contra, antes pelo contrário, que haja mais encaixe financeiro para a Câmara mas também tem que haver uma maior contenção do lado da despesa, isso é inevitável, também já foi aqui referido por outros deputados.

O que nos apraz dizer relativamente a esta Proposta de Regulamento é que no nosso entender a proposta final deveria ser submetida a consulta pública. Estou convencido que os comerciantes da baixa da cidade terão algo a dizer sobre esta questão e visto que temos defendido uma maior participação dos cidadãos.

Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):

Sr. Presidente, Srs. deputados, Srs. Presidentes da Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Queria dizer que de facto parece que este ponto é mais uma receita.

Nós temos algumas dúvidas se será receita porque a intenção é essa, não há dúvida nenhuma, mas, por outro lado, não fica claro qual é o equilíbrio entre a receita e a fiscalização. Ele vai obrigar a que seja feita fiscalização e não sabemos muito bem o que é que decorre do balanço da receita e da fiscalização.

Por outro lado, também não nos parece que esteja suficientemente bem trabalhado e que seja claro, nomeadamente no seu art.º 11 do cartão de avença mensal.

Daí que com o princípio concordamos mas parece-nos que o que acrescentou agora o deputado Luís Sousa, da consulta pública é pertinente e dentro deste quadro, que por um lado concordamos com o princípio, por outro temos reticências várias em relação à forma que aqui está vertida e por outro a questão da consulta pública não é de passar, nós ir-nos-emos abster.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Não há mais nenhuma inscrição? Não. Sr. Presidente.

Presidente da Câmara Municipal:

Dizer apenas que há aqui um erro de base e o erro de base é que o objectivo não é a cobrança de receita. Eu passo a explicar em termos simples.

Se fosse o objectivo a obtenção de receitas nós teríamos feito nesta primeira fase um estudo e um regulamento completamente diferente, abrangendo toda a cidade, a sua envolvente e outros locais onde podia de facto ser taxado o estacionamento porque se repararem é que nos primeiros cinco anos que aqui estão previstos a receita só cobre os encargos que vai ter a implementação desta medida. Isto é, nós não prevemos obter mais receitas em cinco anos do que o que vamos gastar para implementar esta medida.

Perguntarão então qual é o efeito principal? O que é que o Executivo pretende com esta medida?

Pretende essencialmente e só quem não anda todos os dias em Mirandela, nomeadamente nalgumas alturas do ano ou em alturas de feiras ou de fins de semana, ou aos sábados de manhã, é que não percebe que o trânsito é completamente caótico nalgumas artérias da cidade. É caótico não só para os veículos mas também perigoso para as pessoas em muitos dos locais.

É também regulamentar este trânsito e obrigá-lo a ter alguma disciplina em termos de estacionamento e favorecer também o transporte urbano e outro tipo de transportes alternativos, nomeadamente no centro histórico da cidade.

Estas foram preocupações para nós mais relevantes do que a obtenção de receita, que como vos digo, nos primeiros cinco anos apenas será a necessária para implementar toda esta medida.

Quanto à questão de ter consulta pública, num projecto de mobilidade houve audição a muitos dos comerciantes e das populações instalados no centro histórico da cidade, donde se retirou uma determinada conclusão e entendemos nós e é o nosso critério que estamos em condições de propor esta medida e que trará mais vantagens do que inconvenientes a Mirandela e ao comércio de Mirandela e à própria segurança dos peões em Mirandela.

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado. Vamos então votar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Secretário da Assembleia Municipal, Humberto Cordeiro.

O resultado da votação foi o seguinte:

Votos Contra, 0

Abstenções, 13

A Favor, 43

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 56 membros, dos 75 que a compõem, deliberou por maioria, com 43 votos a favor e 13 abstenções, aprovar a Proposta de Regulamento Municipal de Estacionamento.”

PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Mais uma vez, Srs. Presidentes, Vereadores, Deputados Municipais, Público aqui presente.

Fazendo a ponte com a minha intervenção anterior, eu queria dizer ao deputado Luís de Sousa, que eu sei, nestas coisas, separar o trigo do joio e tenho por si a máxima consideração e também se enquadra no conceito de respeito pela oposição.

Queria também dizer-lhe e às restantes pessoas que aqui estão que eu sou quase um especialista em lidar com a oposição. Estive oito anos na Junta de Freguesia de Mirandela a liderar o Executivo que era minoritário e graças a Deus nunca tive problemas com ninguém, dei-me sempre bem com toda a gente, posso-lhes dizer que 90% das decisões que ali foram discutidas, quer na Junta quer na Assembleia de Freguesia, foram-no por unanimidade, num contexto teoricamente difícil.

Isto para enaltecer aqui uma edição muito recente da autoria do deputado Luís de Sousa, que por mero acaso encontrei numa livraria. É o 13º volume duma colecção da Fundação Francisco Manuel dos Santos, de Abril de 2011, que se chama "Corrupção". Eu já comecei a ler o livro. É muito interessante e recomendo-o a todos.

Queria também aqui partilhar convosco três eventos que reflectem o dinamismo e a pujança das instituições do concelho de Mirandela.

O primeiro diz respeito ao 24º Festival de Folclore que vai decorrer sábado, dia 30 de Abril, às 21h30, aqui neste Auditório. Venham ver que eu acho que vai valer a pena.

No dia 01 de Maio, temos a tradicional festa do 1.º de Maio e 110º Aniversário da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses. É mais uma oportunidade para verem a banda passar.

Finalmente, uma palavra de apreço para com a Junta de Freguesia de S. Pedro Velho que vai organizar pelo 3.º ano consecutivo a Feira do Vinho e Morangos. É um programa muito interessante e muito aliciante e vai valer a pena ir a S. Pedro Velho provar o vinho e acabarmos por nos deliciar com os morangos. Muito obrigado.

Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):

Muito boa tarde a todos.

Em boa verdade, sem que considerasse a possibilidade de usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos tinha mesmo que parafrasear o nosso amigo e deputado municipal Dinis Veiga.

Não tinha mesmo previsto esta intervenção, contudo, fundamentalmente, porque se têm ouvido algumas intervenções num tom pouco apropriado e referências pouco dignas sobre o Primeiro-ministro, o qual para o bem e para o mal é o Primeiro-ministro de Portugal e consequentemente de todos nós.

Não tenho dúvidas que nem tudo foram rosas nos governos do Partido Socialista. Assim, em nome da verdade, pretendo apenas lembrar aos mais distraídos alguns temas e episódios das governações ao longo dos últimos 25 anos que nos conduziram até aqui.

Já foram lembradas aqui as célebres parcerias público-privadas e as derrapagens em obras como o Centro Cultural de Belém, a Ponte Vasco da Gama, entre outras, as Scut's também.

Recordo a quem Miguel Cadilhe atribuiu a paternidade do célebre "pai do monstro" que é hoje o aparelho de Estado e que tanta preocupação causa.

Que dizer do célebre caso do BPN, para mim um dos erros do Governo, não ter evitado a sua falência? Quanto custou a tal operação às Finanças Públicas?

Sobre os doutores de fim-de-semana, perguntar quem promoveu a proliferação de universidades privadas, algumas delas com o monopólio de determinados cursos?

Quem introduziu número clausus no acesso aos cursos de medicina?

Mas já agora, por exemplo, quem mais recentemente abriu mais cursos de medicina?

Alguém se lembra do rasgado elogio do nosso Presidente da Câmara à ex-Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, aqui neste Auditório? Teria razão, posso-vos dizer que a decisão da Assembleia da República dos partidos da oposição em revogar o célebre diploma que vinha do Governo do modelo de avaliação dos professores, foi hoje considerado inconstitucional, pelo Tribunal Constitucional. Portanto, ao que parece, Maria de Lurdes Rodrigues estaria a fazer um bom trabalho.

Alguém se lembra a quem se deve a criação do RSI? Eu sei que para muita gente é complicado o RSI mas esta semana ouvi alguns casos de sucesso nos Açores. É uma marca dos Governos que se preocupam com os mais desfavorecidos.

Alguém se lembra do Complemento Solidário para Idosos, acho que é uma boa marca deste Governo.

Que dizer das obras em curso na nossa região? IP2, IC5, A4, que são marcas deste Governo.

Quanto mais haveria para dizer, mas é tudo.

Presidente da Assembleia Municipal:

Antes de dar a palavra ao deputado Luís Sousa, eu lembrava novamente a esta Assembleia que neste momento estamos a debater "Outros Assuntos de Interesse para o Município" e portanto peço o favor de ficarem ligados a esta circunstância.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):

Sr. Presidente, muito obrigado.

De facto está aqui um bocadinho de rumor na 1.ª bancada, está tudo com vontade de ir ver o beijo do Príncipe.

Eu vou falar um pouco sobre um relatório que nos foi facultado no pacote de informação mas que a sua discussão não ficou agendada para esta Assembleia, que é o Relatório do Metropolitano Ligeiro de Mirandela. Deveria figurar na Agenda mas nós não temos que deliberar sobre ele mas temos que apreciá-lo. E tendo em conta que estamos a apreciar as contas da Câmara, todas as participações e já foi aqui dito na Lei das Finanças Locais, compete à Assembleia Municipal apreciar as contas anuais de gestão da Autarquia e de todos os organismos em que a Câmara tenha participação em capital, tal é o caso da Empresa Municipal do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA.

Quem ler a análise deste Relatório de Gestão e Contas e a documentação da anterior reunião de Câmara relativamente à assinatura do Protocolo para a criação do Serviço Turístico Multimodal, fica com a impressão de que há aqui uma tentativa de fuga à verdade. É que a 01 de Março de 2011, sobre o futuro da Empresa Municipal MLM, SA, o

relatório refere o seguinte, cito “*A envolvente da actividade social apresenta-se com contornos cujos efeitos são muito difíceis de prever, sublinho, cujos efeitos são muito difíceis prever, pelo que não está o conselho de Administração muito à vontade para tecer grandes considerações acerca do que poderá vir a ser o futuro da empresa, numa perspectiva de médio / longo prazo*” fim de citação.

A 31 de Março, 30 dias depois, o Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, o nosso caro Presidente Dr. José Silvano, agora na qualidade de membro da Sociedade Anónima não Financeira para o Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, assinam um protocolo de intenções e compromissos para a criação de um Serviço Turístico Multimodal do Tua onde se prevê a extinção da Empresa Municipal do Metropolitano Ligeiro de Mirandela, capítulo I, n.º 10.

Colocar esse relatório no pacote de informação, é colocar um relatório fora de validade. O facto de nem o terem colocado agendado para discutir, até fizeram bem. Sr. Presidente, o Sr. com tanta experiência, com uma carreira política tão grande, com 30 dias de antecedência, o Sr. não antevê o fim da empresa e depois no espaço de umas horas assina o seu fim. Acho que houve aqui um bocadinho de fuga da verdade e mais valia ter dito na análise, o futuro da empresa, isto é para fechar.

Mas vejamos, o dito protocolo de intenções e compromissos para a criação de um Serviço Turístico Multimodal do Tua, que deveria ter sido incluído no pacote de informação e não foi incluído.

Tanto quanto compreendi, a Empresa Municipal Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA. deixa de existir e o serviço entre Mirandela-Carvalhais e o Cachão passa a ser garantido pelo Serviço Turístico Multimodal do Tua, cuja gestão será da responsabilidade da tal nova sociedade anónima não financeira para o desenvolvimento regional do Vale do Tua.

O serviço entre o Cachão e Brunheda, como diz o Protocolo, só será realizado, cito “*se existir encomenda de viagens anteriormente anunciadas e registadas. Também convém não esquecer que tudo isto será feito em regime de concessão*”, mas não é dito nada com o dito protocolo sobre a viabilidade económica deste projecto, é de facto um projecto de intenções.

Assumindo que o investidor, que é uma entidade económica racional (eu entendo assim os investidores, não entendo malucos que se andam a meter em pseudo negócios, o investidor é um tipo racional, mete-se porque sabe que vai tirar algum proveito) e não quer enterrar-se em dívidas, penso que a probabilidade deste projecto, estas intenções de passarem do papel para a realidade, parece-me pura ficção. Esperemos que haja um adjudicatário que apareça aí e que tenha boa vontade de pegar naquilo e de investir nesse serviço às populações do Vale do Tua, mas tenho as minhas sérias reticências.

Muita atenção às disposições finais do protocolo e chamo a atenção ao ponto 33 do capítulo III, porque reservam aqui um defecho interessante para os municípios e utilizadores do serviço de metropolitano ligeiro do Cachão à Brunheda. Cito “*se por razões estranhas a todas estas entidades subscritoras deste protocolo não for possível realizar a obra de qualificação da linha ferroviária entre o Cachão e a Brunheda, a EDP deverá transferir para o financiamento de outros projectos o montante remanescente do referido no ponto 1 do Capítulo II deste protocolo, depois de executadas as restantes estruturas da sua responsabilidade*”.

Concluindo e resumindo, eu penso que a probabilidade (mas corrija-me se estiver errado, certamente está dentro do assunto, não vale a pena estar aqui a especular e poderá esclarecer esta Assembleia) que os utilizadores do serviço do metropolitano entre o Cachão e a Brunheda, percam esse serviço, é alta, em meu entender. Não estou a ver quem é que irá pegar nisto, que condições e com que vantagens.

Se a solução vai ser, ok, isto não se vai fazer, porque quando se colocam razões estranhas em disposições finais, serve para tudo. Juridicamente compreende-se que é uma norma para deixar algum espaço de manobra e optar-se por outras soluções mas o que gostaríamos de saber é quais são as outras soluções.

Se o montante do investimento em causa, que refere aqui, que poderá ser transferido para outros projectos, compete-nos saber se já há uma ideia de quais serão esses outros projectos e qual é o montante dessa contrapartida da EDP que é referente a este troço.

Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):

Boa tarde Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, Srs. Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Eu era para não falar porque a pessoa de quem vou falar não está presente mas é imperativo falar porque fiquei magoado com essa pessoa e mesmo não estando ela presente vai receber a acta e depois falará, se quiser falar.

É em relação ao Sr. deputado Miguel Ângelo, que na anterior Assembleia Municipal veio invocar o artigo 58º, n.º 1, alínea c) e e) que são os deveres, concretamente às minhas modestas opiniões que dou aqui nesta tribuna.

O Sr. deputado dizia e diz o próprio Regimento, na alínea c) que o deputado em causa devia respeitar a dignidade da Assembleia e seus membros. Eu pergunto se aqui nesta assembleia faltei ao respeito a qualquer membro.

O que disse aqui o Sr. deputado Municipal para mim é puramente um acto de pura demagogia, uma finta sem derivo porque tenta manipular sem ideias e estratégias para me contradizer quando falo sobre o seu partido ou quando falo sobre o Sr. deputado que o representa.

Eu falo desta tribuna para poder contribuir para o prestígio dos trabalhos desta Assembleia e não o contrário e isso vem em conformidade com a alínea e).

E quando falo aqui, falo em relação a qualquer partido e neste caso ao partido do Governo, que é o PS e continuarei a falar contra o Socratismo e a sua veia de mentira compulsiva.

A verdade é que o Sr. deputado municipal apoia o partido que aqui representa, não me podem impedir de dizer isso.

Da minha parte há dignidade e honestidade daquilo que eu digo desta tribuna. É uma pura constatação, tornaria a dizer aquilo que disse, não ofendi a honra a ninguém e olhe, Sr. deputado, nesta Assembleia às vezes também existe falta de urbanidade.

Quando eu estava a usar da palavra desta tribuna, o Sr. interrompeu-me. Eu tenho telhados de vidro mas o Sr. deputado também os tem.

O Sr. deputado municipal pensa que o país em que vive é imaculado. Não se pode dizer nada sobre o país, só o Socratismo está em boa forma e recomenda-se. Não se pode dizer nada sobre o Serviço Nacional de Saúde, está em boa forma e recomenda-se. Sobre a Segurança Social, recomenda-se.

A qualidade de vida dos portugueses, o emprego, a economia e muito mais, Sr. deputado municipal, já estou farto de repetir isto daqui desta tribuna.

O buraco em que estamos metidos, onde este Socratismo nos colocou. Oxalá que não fosse verdade.

Agora aproximam-se as Legislativas e vem a vitimização. A oposição é a culpada, senão ainda vivíamos num mar de rosas, era o PEC atrás do PEC. Isto é tenebroso, Srs. deputados municipais e Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, isto preocupa-me.

Recordam-se deste mês daquele show off que houve num comício congresso. Ali não estava o verdadeiro PS, ali estava o Zé, estamos contigo, parecia uma feira, chamem-lhe o que quiserem.

Aqui também responsabilizo em parte a comunicação social e o show off dessa mesma comunicação social, o que fazem ao partido do Governo e ao Primeiro-ministro demissionário. Agora a sua máquina de propaganda está mais oleada do que nunca e a mensagem do folclore continua a passar. Até quando não sei, o povo é soberano e esperemos até ao dia 05 de Junho.

Para terminar, Sr. deputado municipal, falo e falarei, porque eu senti isso na pele quando tinha 13 anos de idade. E o meu pai, um alfaiate de Mirandela, que o Sr. deputado infelizmente não conheceu, dizia-me em voz baixa que as pessoas não tinham liberdade para se poderem manifestar. Eu não percebia nada disso e daquilo que ele me dizia e quando eu soube, com esta mesma idade que ele esteve preso, sabe o que ele me disse Sr. deputado? Bati numa vizinha.

Portanto, invocar o artigo 58º, Sr. deputado municipal, não tem sentido, não é credível, é falta de imaginação, é oco e sem nexos.

Eu respeito a Assembleia com toda a dignidade, contribuo para o prestígio da mesma e se alguma vez faltar ao respeito a qualquer um dos membros, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, estará na altura de me fazerem esse reparo.

Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Tem a palavra a deputada Fernanda Cerqueira.

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):

Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Tivemos uma sessão desta Assembleia muito participativa e como costume fazer uma breve reflexão, frases como “às vezes para ver claro, basta-me mudar a direcção do olhar”, não podia estar mais de acordo com tal afirmação, “Os políticos são todos iguais”, será que é mesmo verdade, ou estamos sempre a pegar num caso particular e torná-lo em geral? Não vale a pena mudar? A mim sempre me disseram que quem muda Deus ajuda. “Crise por culpa de” e crise e crise e crise e quem é o culpado? PSD, PS, CDS/PP, a banca e porque não minha, enquanto cidadão não participativo e cada vez mais penso que esse é um problema dos outros e que não é meu problema. Porque é que não é meu?

Estamos falidos, eu não sei... não apresento as contas, não é? Eu não sei. Todas essas afirmações levaram-me a reflectir um pouco e permitam-me que partilhe esta minha reflexão.

Desde pequeninos que nos contam contos de fadas, de grandes palácios, príncipes e princesas, com lindos vestidos, coches, luxo, jóias, festa, glamour...

Desde pequenos sonhamos ser reis, – as mães até chamam príncipes e princesas aos seus filhos – não porque é um símbolo da monarquia, mas sim porque é um símbolo de riqueza material.

Estamos a comemorar os 100 anos da implementação da República mas isso não impediu que milhares de pessoas estivessem hoje atentas ao casamento real de William e da Kate da Inglaterra e porquê? Porque foi um desfile de modelitos de alta-costura, jóias e neste caso chapéus “chapéus há muitos”.

Com base nas minhas últimas leituras, o problema da economia, da dita crise, é também – e como professora posso afirmá-lo sem dúvida – um problema de valores «não estou a falar da falta de valores», já lá vamos.

Vou passar a citar o Dr. Víctor Bento, que entre outras coisas foi Presidente do Instituto sobre a dívida pública. No livro “A Economia Moral e Política”.

“Durante muito tempo a moralidade religiosa era ancorada em tábuas de valores de origem religiosa, tal origem concedia a essas tábuas duas importantes características: a autoridade que tomava absoluto os tais valores e uma predominância de valores inatingíveis sobre os valores materiais.

Com o avanço da modernidade, as âncoras religiosas e a hierarquia de valores foram gradualmente disputadas e postas em causa, sem que nenhuma alternativa surgisse (fala-se em alternativas, alternativas) com suficiente consenso social para preencher o vazio de referências nas sociedades. Mas como a vida social precisa de valores comuns para se poderem regular as interações sociais, com o mínimo de eficácia funcional, a relativização dos valores inatingíveis, acabou por fazer emergir como âncora social reconhecida, o único valor cuja tangibilidade permite estabelecer facilmente comparações e hierarquizações, a riqueza material.”

O meu colega de bancada e várias pessoas já deram alguns exemplos disso a nível nacional, nas primeiras intervenções e agora também.

Somos um país de ostentação, temos grandes estádios, grandes construções, somos os que melhor comemos e até mesmo no momento de crise, não vamos deixar escapar a oportunidade de ter um TGV.

Isto está mal mas talvez seja a altura de repensar o modo como podemos fazer mais com menos para o desenvolvimento de Mirandela.

Chega de criar ilusões orçamentais, passando-se a uma prática de orçamentos ambiciosos sim, mas possíveis.

Problemas sociais, problemas de segurança, assolam-nos cada vez mais e que não seja a âncora da riqueza material que impeçam este município de intervir.

Finalizo com mais uma observação que eu ouvi hoje aqui.

Se eu ouvi bem, o que aqui foi dito é que o novo quartel da PSP, não abriu por falta de mobiliário mas no quartel antigo não têm mobiliário? Pelo menos até se poder aos pouquinhos, comprar novo. Será que todos nós quando mudamos de casa, compramos todo o mobiliário e toda a decoração nova de uma só vez? Muito obrigada.

Deputado Municipal Pedro Fonseca (CDU):

Srs. deputados muito boa tarde.

Quería só deixar uma última ideia no ar. Realmente onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão.

Seja pela falta de pagamentos do poder central para as câmaras, seja pela fraca gerência dos recursos do poder local, já se aperceberam os senhores deputados que estamos a falar exclusivamente no caso local do desastre do PSD, no caso central do desastre PS, PSD e CDS/PP. Temos de comprar aquilo que o país não produz ou deixou de produzir.

Também aqui a Câmara Municipal de Mirandela não soube fazer vista grossa às directivas europeias da não produção e do esvaziamento agrícola, investindo na dinamização da agricultura e deixando o Complexo Agro-Industrial do Cachão, motor de toda a agricultura do Distrito, morrer e com ele morrer qualquer aspiração de uma política agrícola sustentável.

Podem vir dizer que essa é responsabilidade do Governo PS mas este caso é exemplo perfeito do que eu estou a tentar dizer, que passo a explicar.

A Agro-Industrial do Nordeste é administrada pelas Câmaras de Mirandela e de Vila flor, uma PSD, a outra PS. Assim se vêem as semelhanças de política agrícola e de desenvolvimento do distrito.

Por outro lado, este Executivo tem vindo a transformar aquela localidade e aquelas instalações num autêntico caixote do lixo, onde algum deste lixo é tóxico e com potencial cancerígeno, aliás, confirmado pelo Ministério do Ambiente.

Quem semeia colhe, foi o que sempre me disseram os meus avós, que toda a vida viveram da agricultura.

Quais foram as sementes que esta Câmara semeou para agora poder colher e passar a perna à crise? As colheitas estão à vista. São as instalações do Cachão a servirem de armazém de lixo, em vez de estarem activas, a produzir e a transformar o suor dos agricultores em mais valias locais e nacionais. Portanto não façam tanta algazarra, porque no fundamental os Srs. estão de acordo, ou caso contrário, estas discussões são um teatro de se lhe tirar o chapéu.

Deputada Municipal Luísa Deimãos (PSD):

Exm.º Sr. Presidente da Mesa e Srs. Secretários, Exm.º Sr. Presidente da Câmara e Vereadores, Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores.

Como Professora, queria agradecer a um deputado do Partido Socialista ter-nos dado a notícia em primeira-mão que o diploma que chumbava a avaliação dos Professores, tinha sido chumbado pelo Tribunal Constitucional. Já era de esperar.

O que foi chumbado no diploma foi a forma e não o conteúdo porque há separação de poderes e a avaliação dos Professores é da responsabilidade do Governo. Portanto, a Assembleia da República à partida não o poderia chumbar.

Quanto ao conteúdo, como teceu tantos elogios à avaliação, foi chumbada e foi chumbada por uma maioria (apesar de dizerem que é maioria negra) de representantes do povo português, que são os partidos da oposição, que estão em maioria na Assembleia da República.

Quanto ao conteúdo nem é preciso discuti-lo muito porque a avaliação dos professores, se o Sr. não sabe, já está morta porque o objectivo a que se propunha era fazer a seriação, subirem só alguns. Agora como não há dinheiro, o Partido Socialista já nos brindou no seu programa com medidas de fundo para a educação, a escolaridade até ao 12.º ano e pasme-se, a avaliação de professores, portanto mediante isto, ou já mataram a anterior avaliação e por isso não era assim tão boa, porque o Partido Socialista, mesmo que ganhe as eleições, vai-nos brindar com uma nova avaliação, não sabemos qual, mas vai haver uma nova avaliação.

Quanto a essa, está morta e já não há nada a fazer.

Deputado Municipal Humberto Dinis (PSD):

É só para informar que no dia 26, nesta semana, terça-feira, tivemos uma reunião da Assembleia Intermunicipal e como membro da Assembleia Intermunicipal queria informar a Assembleia Municipal que foram discutidas e aprovadas as Contas e o Relatório de Actividades de 2010.

Acho que é minha obrigação, como representante desta Assembleia, informar a Assembleia que me elegeu e também queria deixar aqui só este ponto relativo à Assembleia Municipal e outra coisa.

Na última Assembleia Municipal a deputada Marisa Aranda criticou os deputados que foram eleitos para a Assembleia Intermunicipal por não estarem nas Assembleias Intermunicipais e, curioso, ela desta vez também não foi.

Os únicos que têm comparecido às Assembleias Intermunicipais são os eleitos do PSD.

Ao meu amigo Jorge, vou brindá-lo com algumas coisas.

Deitar para os outros as coisas menos boas e esconder aquelas que o seu partido fez e continua a fazer, não é sério e eu vou recordar-lhe algumas.

No tempo do Eng.º Guterres construíram-se dez estádios, quando só se precisavam oito e agora estamos a pagar. Alguns estão fechados, vão transformá-los em pastos para vacas e ovelhas.

Scut's para todos os lugares, a pagar oito anos depois.

Obras feitas por privados, que estamos agora a pagar e a encher os bolsos desses grupos.

RSI e outros, foi para se criar um grupo de pessoas que deixaram de trabalhar. Eu não consigo arranjar ninguém para um trabalho agrícola e ainda me dizem que é preciso desenvolver a agricultura, como e com quem? Ninguém vai trabalhar. Eles recebem o subsídio. Eu também não ia, sou franco.

Se eu enumerasse aquilo que o seu Governo fez, só acabávamos a reunião amanhã.

Na última legislatura autárquica o Sr. deputado era capaz de não dizer o que disse agora e no entanto o Governo era o mesmo. Eu sei que o Sr. deputado gosta muito da música “o vira”.

Para terminar, digo-lhe que a única coisa que admiro no Eng.º Sócrates é o grande respeito que ele tem pela oposição, seja da Assembleia da República ou no interior do seu partido.

Presidente da Assembleia Municipal:

O Sr. Presidente quer intervir?

Presidente da Câmara Municipal:

Preciso de responder às duas questões concretas que aqui colocaram.

Tenho que responder porque, por um lado, saúdo e digo que fiquei bem impressionado e não é com ironia. De facto este tema dos Outros Assuntos somado a todas as intervenções de fundo ou a muitas das intervenções de fundo desta Assembleia Municipal, levaram-me a pensar que os nossos partidos políticos quão longe estão da realidade deste país. Se conhecessem bem as intervenções na Assembleia Municipal de Mirandela, tinham os quadros cheios para estas candidaturas de deputados, melhor do que quaisquer outros deputados escolhidos pelo país fora.

Não vou falar sobre política nacional, até porque corria o risco de ficar muito inferior a qualquer intervenção dos Srs. deputados mas responder às três perguntas concretas postas aqui pelo Luís Sousa, pela Fernanda Cerqueira e pelo Pedro Fonseca.

As questões do Luís Sousa sobre o Metro de Mirandela, dizer-lhe que essa questão das participadas são para discutir conjuntamente, mesmo sem ser agendadas, no ponto da Prestação de Contas, se o quiserem fazer, por isso é que são para conhecimento e vêm nesse ponto, em termos de análise da situação económico financeira.

A questão que colocou é completamente diferente e o que eu sei para lhe responder é que nós tivemos que inventar o nome grande para colmatar a redução da linha. A linha era tão grande, tinha tantos quilómetros, que agora ficando reduzida, tivemos que aproveitar o nome para o projecto parecer também um bocado longo.

Depois de criada a situação da agência, num mês não consegui prever o que passava no dia 30 e não conseguia mesmo. Até numa semana senti mudanças significativas na respectiva negociação. Ainda bem que eu um mês antes não disse porque senão tinha dito uma coisa completamente diferente daquela que se realizou, porque estas questões, nomeadamente nestas negociações, semana a semana, mudavam em termos de pressupostos e por isso não corresponde o relatório que foi aprovado antes com a parte final de que falou e que é muito simples.

Depois de constituída esta associação, que agora teve a sua constituição notarial e depois de essa associação ter os órgãos eleitos, que ainda não tem, e de ter o seu plano de acção definido, passará para essa associação a responsabilidade da ligação da mobilidade total de Mirandela ao Tua, que inclui o troço da linha entre o Cachão e a Brunheda por um lado e a Brunheda e o coroamento da barragem por outro e depois do coroamento da barragem até ao Tua.

Toda esta mobilidade será entregue a esta Agência de Desenvolvimento constituída como uma das suas funções e ficará à responsabilidade também da parte do Metro atribuída a esta Associação porque senão não se entenderia ter dois custos com duas empresas, quando a mesma pode fazer tudo e a dissolução da Metropolitana Ligeiro de Mirandela é feita com integração dos eventuais funcionários que queiram ser transferidos para essa Agência, não querendo ser transferidos, dois deles já saíram da empresa, os outros serão abrangidos pela Câmara Municipal, conforme o estatutos da Empresa Metro Ligeiro de Mirandela, sem prejuízo para qualquer funcionário que também só tem oito.

Esta empresa vai assegurar a mobilidade entre Mirandela e o Tua porque tem várias vertentes e nessa altura não fará sentido ter a empresa Metro Ligeiro de Mirandela.

Não foi propositada essa situação, o que avançou foi a constituição da Associação de Desenvolvimento, que antes não estava feita.

Perguntar-me-á e bem agora aqui, o que é que esse protocolo com essas questões e nomeadamente nessa questão específica prevê.

O protocolo prevê que depois dessa associação estar a funcionar e ter essa mobilidade, nomeadamente entre o Cachão e Mirandela, tem dois serviços de que fica responsável. Primeiro, serviço normal de passageiros, depois o serviço de transporte de turístico.

E é sobre o serviço de transporte turístico que põe essas questões, de haver operador e de haver sustentabilidade económica porque um está relacionado com o outro na viabilização da linha.

Nós entendemos e a CCDR que elaborou connosco este procedimento que esse projecto tem pernas para andar e é sustentável porque ele foi objecto de uma candidatura comunitária, porque custa cerca de 35 milhões de Euros a reparação da linha entre a Brunheda e o Cachão e a respectiva mobilidade em segurança, com carruagens diferentes naquele percurso. 27,5 milhões serão financiados por fundos comunitários e a contrapartida nacional será paga pela EDP até ao montante máximo de 10 milhões de Euros, isto para chegar à última questão. Contrapartida da EDP para a mobilidade, até 10 milhões de Euros.

O que houve que fazer para que estes 10 milhões de Euros que são da EDP não fossem desperdiçados se por acaso houver algum percalço na obtenção destes fundos comunitários para a consolidação da linha. É que, se por qualquer motivo isto não se verificar, esses 10 milhões de Euros que era o valor referido em termos de protocolo, pudessem ser aplicados em projectos turístico económicos do Vale do Tua, porque é para isto que se constitui o fundo de desenvolvimento na Associação do Vale do Tua e sejam gastos nesses concelhos em desenvolvimento turístico e em desenvolvimento económico e não ficassem nas mãos da EDP, com o pretexto de que podendo não haver a circulação de comboio entre os dois pontos, ficasse depois o dinheiro por atribuir. Essa cláusula surge como prevenção dessa possibilidade.

Dir-me-à, mas isto pode acontecer? Pode acontecer qualquer situação mas nós temos todos os indicadores que quem faz este investimento, o próprio Governo ao fazer este investimento através da CCDR, são fundos comunitários que saem de outros projectos que podiam ser importantes para os municípios, penso que não está ninguém aqui a brincar ao desperdiçar este dinheiro, que está a candidatura feita. Vamos esperar que isso seja uma mais valia e que haja aqui um aproveitamento turístico de fileira, quer até ao Tua, quer até à Brunheda.

Em relação à Fernanda Cerqueira, dizer-lhe que eu sou de opinião da PSP, de não ter mudado por causa do mobiliário e vou-lhe dizer porquê.

Eles já estão habituados em que se tivessem feito a mudança sem estar lá o mobiliário, teriam que viver toda a vida com o mobiliário que lá têm. Têm essa experiência noutros sítios e, portanto, bem, obra acabada, concurso aberto em Janeiro porque não havia dinheiro até Dezembro vale mais prevenir do que remediar, nós só mudamos depois de lá estar o equipamento porque nós não podemos funcionar com o pouco equipamento que temos nas instalações antigas porque é de fraca qualidade e não serve nenhum dos interesses da nova esquadra. Acho que eles fizeram muito bem.

Não foi uma questão de poupança mas de realismo sobre as novas instalações e aquilo que lhes fariam se eles abrissem sem o novo equipamento. Perderam-se três meses, mas penso que ganha, quer em termos de funcionalidade da esquadra, quer em termos de qualidade de vida, são os guardas da PSP que para lá vão estabelecer-se.

Ao Pedro Fonseca, dizer-lhe que é engraçado isto, ao menos o PCP fica livre dos desastres.

Tem desastre o PS, tem desastre o PSD, tem desastre o CDS/PP e ao PCP ninguém lhe pode assacar nenhum desastre, Deus seja louvado, ao menos há aqui uma reserva para o futuro em termos de reserva moral.

Em relação ao Cachão eu só lhe queria dizer uma coisa. É que fala do Cachão sem conhecer o passado, ou se conhece, omite propositadamente, porque se quiser falar disto com toda a clareza, vai a doze anos atrás e quando a dissolução do Cachão foi feita em termos de processo em Tribunal foi feita a dissolução do Cachão, julgada em Tribunal, a massa falida foi posta na lei como acabar o Complexo Agro-Industrial do Cachão e tinha-se transformado naquela altura, se não fossem as duas Câmaras, num monte de silvas, que naquela altura tinha acabado todas as funções.

Nem o bairro era entregue às pessoas que a seguir foram as Câmaras que o fizeram a preços simbólicos nem nenhuma actividade tinha lá existido, nem nenhum posto de trabalho tinha sido criado. Acabava naquela altura, tornava-se um monte de silvas o Cachão, há doze anos atrás, quando a decisão do Tribunal foi tomada.

O que é que fizeram as Câmaras? Devia valorizar ao menos esse papel que era para não fechar naquela altura e acabar com tudo e tornar num monte de silvas. As duas meteram mãos à obra mesmo não sendo a vocação delas, mesmo perdendo dinheiro para lá meter, mesmo todos os dias com a exploração tendo resultados negativos, mantiveram durante este tempo todo alguns postos de trabalho, melhoraram algumas infraestruturas, criaram melhor nível de vida para as pessoas que lá vivem, pelo menos isso fizeram.

Se no futuro não tiveram outro sucesso, adiou essa morte que podia existir e criou algumas condições para que pelo menos uma parte continue a subsistir e esse trabalho só foi feito à custa do investimento público das duas Câmaras Municipais, não tenha nenhuma dúvida sobre isto, senão estava completamente falido porque ele foi decretado falido pelo Tribunal naquela altura.

Isto que fique claro porque não foram as Câmaras por vontade própria mas foi porque olhando para os seus municípios, olhando para a realidade das pessoas que lá estavam, disse, entre o zero e pretender um projecto que leve a alguma sustentabilidade, nós preferimos isto, porque nós só iniciámos nesta altura, nem fui eu, foi o Presidente da Câmara de então, o Dr. José Gama e o Presidente da Câmara de Vila Flor, o Sr. Travessa Ramalho, portanto nós só continuamos, o que eu achei muito bem, mesmo que tivesse custado grandes investimentos aos municípios.

Isto que fique claro, para que se perceba a realidade do Cachão, não é pegar como se fosse a definir e a fechar, é o que aconteceu e porque as Câmaras assumiram esta responsabilidade, que fique claro e objectivo para que todos os municípios também entendam o esforço financeiro que se faz naquele Complexo.

Muito obrigado Sr. Presidente.

PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Presidente da Assembleia Municipal:

Muito obrigado também.

Passamos agora ao 2.º Período de Intervenção Aberto ao Público.

E a Mesa perguntava aos Srs. Municípes, se estão presentes e querem eventualmente intervir.

Não registamos intervenções.

O Sr. deputado está a pedir a palavra para que efeito?

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

É totalmente fora do normal.

Presidente da Assembleia Municipal:

Pode ser que não seja, faz favor de dizer.

Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP):

É só o seguinte, esta sala também serve de cinema sexta-feira à noite e penso que agora até é o único dia que há cinema nesta casa. Já tive oportunidade de vir cá uma vez e jurei para nunca mais. Eu pensei que o jardim zoológico fosse em Sete Rios mas isto era uma autêntica bicharada.

Tenho pena, o funcionário não consegue dar resposta a isto e que passa por um problema das nossas famílias, os nossos filhos que mandamos aqui à noite, darem um bocadinho mais de educação para que as pessoas possam gozar desse serviço.

Presidente da Assembleia Municipal:

Fica registado. Isso foi na qualidade de Municípe.

Srs. deputados, só um segundo por favor.

Quero informar esta Assembleia que a Mesa, no âmbito das suas obrigações, tem estado atenta aos movimentos de presença e participação dos seus deputados, registando ou a precocidade de saída, ou a demora na entrada.

Quero dizer com isto e sem entrar em pormenores, que a dignidade deste órgão, que todos nós integramos, passa por aí e a elasticidade da Mesa tem que ser preservada e defendida por V. Ex.ª s.

Antes de terminar convidava-os a subirem ao Museu, onde o nosso Secretário Dr. Rui Magalhães está a apresentar um livro.

Boa tarde a todos.

Nos termos do número 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes pelo que foi deliberado aprovar a mesma.

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram 17 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos da Lei.

Mirandela, 29 de Abril de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO